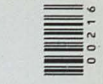


www.etm.com.br

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

R\$ 6,00

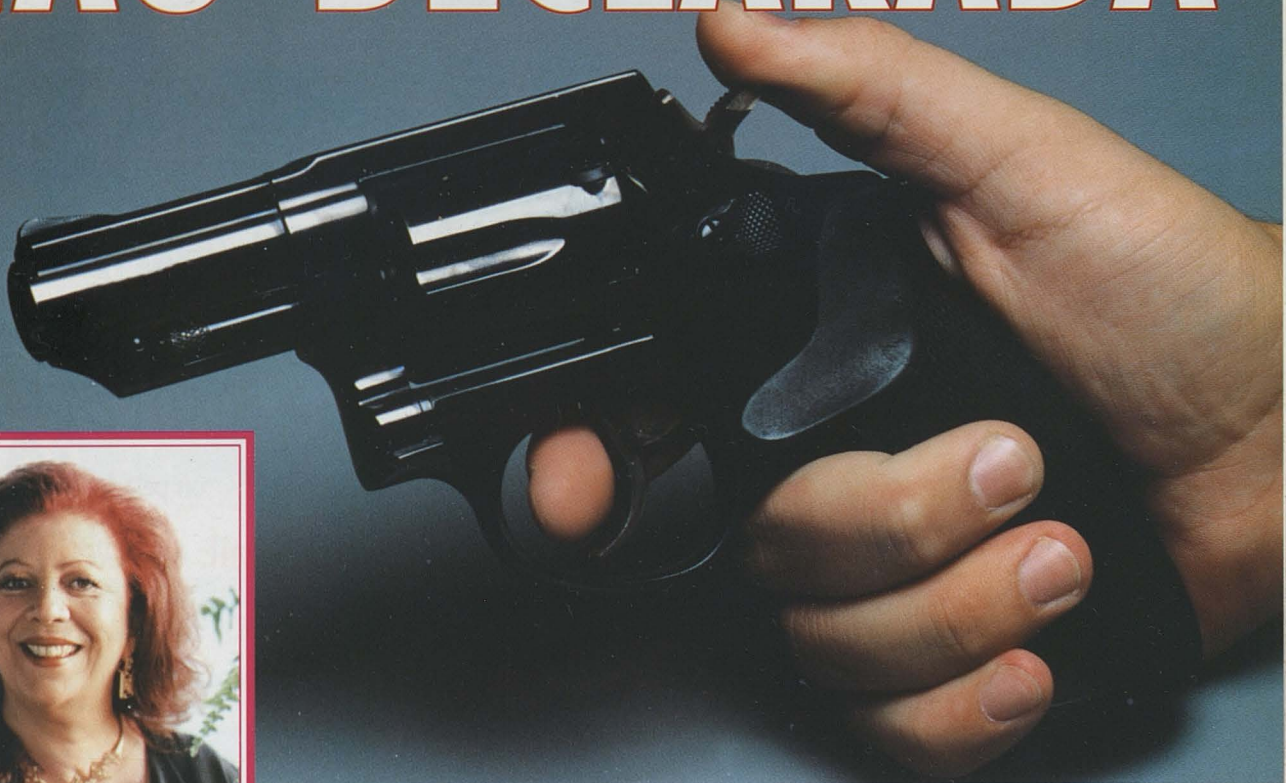


216



GUERRA CIVIL

NÃO DECLARADA



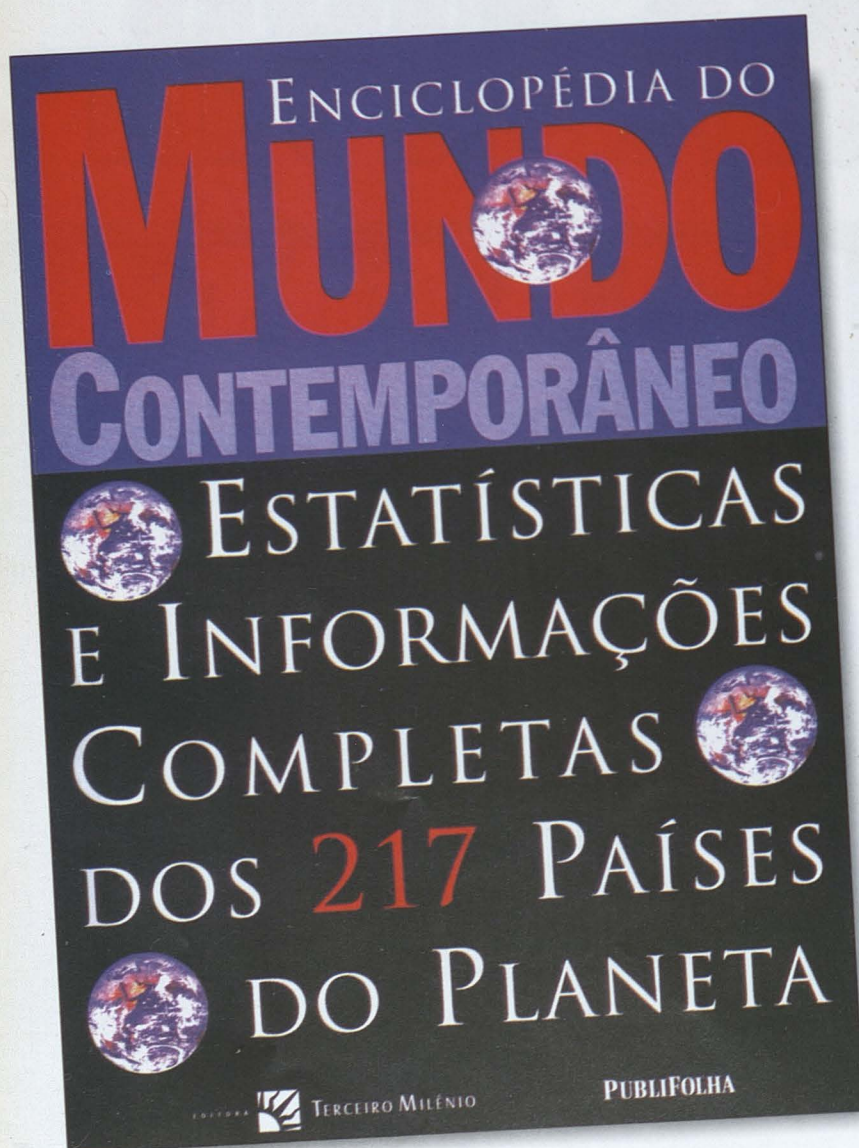
Beth Carvalho
Revelações da
rainha do samba

Eleições municipais
Mais de 100 parlamentares
candidatos à prefeito

Equador
Alerta vermelho
contra o neoliberalismo

Peça já o seu exemplar

A *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* é resultado de um amplo trabalho de pesquisa coordenado pelo Instituto do Terceiro Mundo, do Uruguai, e realizado mediante a cooperação de uma rede internacional de pesquisadores, editores e entidades civis. É publicada em espanhol e inglês desde 1979. A presente edição em português é uma parceria da Editora Terceiro Milênio e a PubliFolha.



“Um instrumento de trabalho imprescindível para quem se interessa pelos temas da atualidade”

Le Monde Diplomatique, Paris

Preço: R\$ 54,00

Pagamento somente com cartão de crédito

Tel: (0XX21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por fax:

(0XX21) 252-8455

ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

<http://www.etm.com.br>

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA

Um cotidiano de sangue

Trazemos à análise do leitor, como assunto principal deste número, a aguda questão da criminalidade e da proliferação de armas. O Congresso Nacional debruça-se sobre o tema, que envolve interesses econômicos, políticos, sociais e mesmo culturais. Discute-se a relação quantidade de armas em poder dos cidadãos e o número de crimes, e também os efeitos do empobrecimento da população e do desemprego sobre a expansão das atividades criminosas.

O brasileiro não possui, como ocorre com os norte-americanos, a cultura da arma, uma espécie de culto à posse de revólveres, pistolas, rifles. No Texas, por exemplo, o uso e o gosto por armas é passado de pais a filhos como uma espécie de instrução sagrada e aperfeiçoamento humano. Nos Estados Unidos, como um todo, acontecem, talvez por isso, aquelas chacinas que nos horripilam, quando as vemos pela tevê, algumas praticadas por crianças contra crianças.

Mas, em termos planetários, é no Brasil que se assassina mais.

Nossas regiões metropolitanas - esse trançado de cidades grandes e médias para as quais o antigo projeto desenvolvi-

mentista atraiu a maior parte da população nacional, agora entregue aos efeitos de políticas antidesenvolvimento - fazem escorrer sangue em quantidade, dia após dia, como se seus bairros, ruas, becos e vielas fossem chagas abertas. E, em alguns momentos, até mesmo campos de batalha.

Por aí se vê que o debate da segurança pública, em nossa percepção, não pode estar alheio ao tema do desenvolvimento social amplo (algumas pistas desse outro lado da moeda poderão ser pinçadas nas análises da seção Notas Econômicas).

Ficaremos satisfeitos, se a matéria trazer a você, leitor, boas reflexões sobre o panorama geral brasileiro.

Não esqueça de ler também a extraordinária entrevista com Beth Carvalho, mais que uma cantora e sambista, um símbolo e monumento da música popular brasileira.

Na seção internacional, os destaques são as reportagens e comentários sobre a situação do Equador e da Costa do Marfim, dois países que tiveram seus presidentes substituídos. A insatisfação popular, à qual aderiu parte das Forças Armadas, detonou a crise, num caso como no outro, e ambas as matérias procuram elucidar o processo.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993

Nº 216 - Jan / Fev 2000

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122/Grupos 105/106 - CEP 20241-180 Glória - Rio de Janeiro RJ - Brasil

Tel: (021) 221-7511 - Fax: (021) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)

Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

COMERCIALIZAÇÃO:

Mensagem Representação Ltda. - Kleber Saboya

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade

Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -

05374-000 - Tel/Fax. (011) 810-4541/5828

Beio Horizonte: KSD publicidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG - Cep 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.

R. Guilherme Rocha, 218/503 - Cep 60.030-140

Fortaleza - CE - Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio

ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem adquiridos diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços de: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

Golpe

No dia 21 de setembro passado fui vítima de um pequeno golpe. Um homem que se dizia funcionário da Terceiro Milênio (Sr. João Manuel Souza Cruz) oferecia assinaturas das revistas, na Uerj, durante um congresso. Eu fiz uma assinatura da **cadernos do terceiro mundo** e, um tempo depois, descobri tratar-se de um golpe. Contudo, ao levar o problema até a editora, uma funcionária, Cláudia, com uma profunda simpatia e respeito, me informou que honraria a assinatura que eu havia feito. Confesso que fiquei espantada. As revistas, todavia, já começaram a chegar! Quero, portanto, agradecer essa demonstração explícita de ética e cidadania, tão raras nos dias de hoje.

Ana Livia
analiviaby@aol.com
Rio de Janeiro-RJ

Resposta do Departamento de Assinaturas:

Agradecemos as palavras do assinante e aproveitamos a ocasião para esclarecer publicamente a todos os nossos leitores que o Sr. João Manuel Souza Cruz não representa a nossa Editora. Mas nos desculpamos por quaisquer transtornos que essa pessoa possa ter causado.

Desastre ecológico

O Crea-RJ, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro, o Movimento de Cidadania Pelas Águas, o Senge-RJ, entidades ambientalistas e entidades de classe estão profundamente consternados com o desastre ecológico decorrente do vazamento de óleo de instalação da Petrobras, na Baía de Guanabara.

É lamentável constatar que o esforço de muitos e os milhares de dólares aplicados nos últimos dez anos, por diversas entidades, na melhoria da qualidade das águas da Baía de Guanabara foram para o lixo em apenas 3 ou 4 horas. Previsões iniciais apontam 20 anos para que

o ecossistema da baía volte às condições anteriores ao derrame.

As falhas técnicas no projeto, execução e manutenção do sistema de condução e bombeamento do óleo, que estão na origem do acidente, e a falta de agilidade e presteza nas ações necessárias para que se evitasse o espalhamento do óleo, precisam ser conhecidas, quer para a apuração de responsabilidades, quer para prevenir futuros acidentes como este, que, além de atingir a natureza, resultou num desastre social, afetando os manguezais, as atividades pesqueiras e o turismo.

Josi Chacon de Assis
Presidente do Crea-RJ
internet@crea-rj.org.br

Amizades

Sou leitora da revista desde 1983/84 (na época eu tinha apenas 12 anos de idade), quando tive o imenso prazer de descobrir esta cachoeira de informação que é **cadernos do terceiro mundo**, através de outro admirador da mesma, o meu pai. Já fiz vários contatos pela lista de intercâmbio, inclusive conheci dois amigos. Com um deles, Julio Cazot, do Uruguai, me correspondi durante 10 anos (84/94), e também com outro, Martins Venske, de Santa Catarina. Atualmente, eu gostaria muito de ter o meu nome publicado novamente na lista de Intercâmbio, para construir novas amizades, trocar informações e conhecimentos. Agradeço a todos que fazem parte (ou fizeram) da minha revista favorita.

Gisele Gibson
ggib@mailcity.com

Coerência

Sou assinante da **cadernos do terceiro mundo**, e quero parabenizá-los por ainda manterem uma coerência na edição desta revista.

Fernanda Lage
flagea@zipmail.com.br

Alcoolismo

Sou leitor e assinante desta revista e sempre a considereei um dos veículos de comunicação mais democráticos entre os que estão disponíveis para a população brasileira.

Sou estudante de Ciências Sociais e estou fazendo um pesquisa sobre a questão do alcoolismo e a exclusão social. Gostaria de trocar material com outras pessoas e pesquisadores sobre esse assunto.

Marcel Robalinho
marcelrobalo@aol.com

Neoliberalismo

Gostaria de parabenizá-los pelo excelente e esclarecedor trabalho "Neoliberalismo na UTI", publicado na revista **cadernos do terceiro mundo**.

Acredito que informações desta qualidade nos possibilitarão um olhar e agir mais conscientes na sociedade que vivemos, buscando o resgate da dignidade de brasileiros e brasileiras excluídos do processo de desenvolvimento social, cultural, político e econômico. O comentário é extensivo ao Prof. Reinaldo Gonçalves pelos esclarecimentos quanto à atuação do Banco Mundial, FMI, Bird no mundo.

Marlene de Araújo
Ipatinga-MG
marlened@zaz.com.br

Parabeno a **cadernos do terceiro mundo** pela excelente reportagem sobre "Neoliberalismo na UTI". Se toda população mundial tivesse acesso a essa matéria talvez pudesse perceber o que significa realmente a ideologia neoliberal, cuja lógica excludente tem agravado a desigualdade social e atentado contra a dignidade humana em todas as suas dimensões.

Janaína Andrade
Salvador-BA

O que eles dizem...

"O neoliberalismo é um grande produtor de pobres."

Milton Santos, geógrafo,
professor da USP

"A despeito de termos vendido grande parte do setor produtivo estatal (Usiminas, Volta Redonda, Vale do Rio Doce, Telectrás), as empresas privadas nacionais, sobretudo as pequenas e médias, mas muitas grandes também, foram massacradas por políticas econômicas que as submeteram a condições desiguais de concorrências com importações e empresas estrangeiras. Entramos, assim, num processo de forte desnacionalização da economia."

Paulo Nogueira Batista Júnior,
professor da Fundação Getúlio Vargas (Coluna Genilson Gonzaga -
Jornal do Commercio)

"A liberalização do comércio pode dar importante contribuição ao crescimento econômico. Mas o desenvolvimento humano sustentável depende de políticas econômicas que sejam conscientemente elaboradas para promover os direitos econômicos e sociais para todos. Mecanismos devem ser criados para assegurar que os processos da globalização sejam consistentes com os requisitos do desenvolvimento sustentável."

Anders B. Johnsson,
secretário-geral da União
Parlamentar Internacional

"Havana é uma cidade para ser amada. O povo cubano é delicioso como temperamento e fascinante como talento. Isso contribui para tornar ainda mais polêmicas todas as apreciações que se façam de Cuba, de qualquer dos seus aspectos. Diante disso, adotei um princípio em minha volta a Havana: manter a ternura, mas sem perder o rigor jamais."

Jânio de Freitas (Folha de S. Paulo,
no seu retorno de viagem a Cuba)

"O Brasil vive a situação mais difícil de sua história e está sendo entregue descaradamente em todas as frentes, e de uma forma como nunca se fez em qualquer tempo."

Miguel Arraes, presidente nacional do PSB, durante convenção de seu partido no Rio de Janeiro

"A nova economia está muito mais perto do novo comunismo do que do capitalismo tradicional."

Paulo Coelho, escritor, no Fórum Econômico de Davos

"Deus, segundo é visto por João 23 e por outros que pensam como eu, é cristão, católico e socialista. O Deus que é capitalista é o do presidente Clinton, de Roberto Campos e do bispo Edir Macedo."

Ariano Suassuna, escritor (Folha de S. Paulo)

"O lucro depende da estabilidade, e é preciso dar os anéis para manter os dedos."

"À falta de assuntos concretos de administração, obras, metas, medidas claras e coerentes, o atual exercício de poder é uma sucessão de intrigas, de fabulações e confabulações de grupos e subgrupos. (...) Quanto tempo está se gastando com a fritura de um ministro? Quanta energia não é gasta com as especulações de uma briga entre FHC e ACM? Por que a mídia é a primeira a ter orgasmo com tanta inutilidade?"

Carlos Heitor Cony
(Jornal do Commercio)

Colin Power, coordenador-geral da Unesco, defendendo investimento a fundo perdido dos países ricos nos países pobres (Correio Braziliense)

"O novo trabalhismo é, na verdade, o thatcherismo com uma fachada de bondade."

Tony Benn, deputado pelo Partido Trabalhista há 50 anos, que diverge de Tony Blair, em entrevista à Globo News

"O nó financeiro com que nos ataram só será desfeito depois de uma moratória final, numa crise ainda prolongada."

Maria da Conceição Tavares, economista, no livro Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações

"Aqui Pinochet nunca será julgado."

Viviane Díaz, presidente da Associação dos Presos Desaparecidos do Chile, sobre a decisão da justiça britânica de "devolvê-lo" ao Chile (O Globo)

"Eu amo o presidente."

Antônio Carlos Magalhães, presidente do Congresso Nacional, sobre a sua relação com FHC

"O sr. De la Rúa, novo presidente argentino, propõe uma única moeda para o Brasil e o seu país, mas ainda não escolheu um nome para a referida. Sugiro o tangode (tango + pagode), para os que não perceberem a sutileza da sugestão."

Joel Silveira (Revista Nacional)

"Nossa, seu avô era o Jair Bolsonaro da época."

Ana Tavares, assessora de imprensa de FHC, ao saber que o avô do presidente pediu o fuzilamento de D. Pedro II (O Globo)

Sumário

JAN / FEV • 2000 • Nº 216 • Ano XXVI

- 2 **CARTAS**
- 3 **NA MÍDIA**
- 6 **PLANALTO**
- 11 **PANORAMA NACIONAL**

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

- 26 **130 parlamentares na disputa pelas prefeituras**
Mais de 90 estão em campanha aberta

ENTREVISTA

- 30 **Beth Carvalho: A guerreira indomável do samba**
A grande sambista confessa o seu amor à Mangueira e ao Brasil

COMPORTEMENTO

- 37 **O manual dos 500**
Historiador resgata, através de documentos, os principais fatos da história brasileira

TURISMO

- 38 **Quinhentos franceses em São Luís**
Construções antigas, ruas de paralelepípedo e gente acolhedora fazem da capital maranhense uma das cidades mais atraentes do Brasil

- 40 **NOTAS ECONÔMICAS**

- 44 **PANORAMA INTERNACIONAL**

PERFIL

- 52 Personalidades e fatos atuais

LIVROS

- 59 Os mais recentes e importantes lançamentos editoriais ao alcance de nossos leitores





Armas e criminalidade

O CICLO DO MEDO



Campeão mundial de mortes a bala, o Brasil debate o desarmamento civil como estratégia para a redução dos índices de violência



AMÉRICA LATINA

- 53 **Equador: Seis meses de trégua**
Dura reação popular e militar contra a radicalização das medidas neoliberais obriga o presidente Mahuad a abandonar o governo e mergulha o país na pior crise dos últimos anos

ÁFRICA

- 56 **Costa do Marfim: O que se esconde por trás do golpe**
Decepcionado com a administração de Konan Bédié, cujo mandato não era considerado legítimo, o povo confia que o general Guei, um herói nacional, conduza o país à democracia

COMPORTEMENTO

- 62 **É preciso ver distintas inteligências**
As pessoas estão cada vez mais inteligentes no mundo inteiro

PÁGINA ABERTA

- 63 **Arquitetura hospitalar**
A maioria dos hospitais latino-americanos têm infra-estrutura obsoleta

HISTÓRIA

- 64 **O índio brasileiro ensinou liberdade à Europa**
Os nossos indígenas deram aos europeus a lição histórica de que deviam civilizar a sua própria sociedade



Extinção da CLT

O projeto de extinguir a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), anunciado pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso nos primeiros dias de janeiro, foi engavetado. Os primeiros protestos contra este projeto surgiram exatamente da base governista, quando um dos deputados mais fiéis ao presidente da República, Luís Antonio Medeiros (PFL-SP), ex-presidente da Força Sindical, anunciou uma ampla mobilização das três centrais sindicais, a partir do início da sessão legislativa ordinária. E o deputado Paulo Paim (PT-RS) chegou a duvidar da disposição do governo em encaminhar este projeto ao Congresso num ano eleitoral. A extinção proposta por Fernando Henrique permitiria a exclusão de algumas conquistas dos trabalhadores, entre elas o direito às férias e o 13º salário, além do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e mereceu repúdio imediato dos sindicalistas.

"A proposta é um retrocesso. Nunca houve debate com a sociedade para discutir o assunto", reagiu Luís Antonio Medeiros. Mesmo reconhecendo que os sindicatos brasileiros são "atrasados e funcionam apenas como administradores da contribuição mensal", Medeiros bombardeou o projeto, que alteraria cláusulas da Constituição previstas nos Direitos Sociais.

Eleito por 185 mil paulistas, o deputado garantiu que jamais votaria em propostas que enfraquecessem mais ainda as relações dos trabalhadores com os patrões. "Estamos vivendo uma crise de emprego e agora, se este projeto chegar ao Congresso e for aprovado, vão acabar, também, com o direito normativo do trabalhador", disse Medeiros, afirmando ainda que quer votar leis que "fortaleçam os sindicatos, enfraquecidos com a atual crise de desemprego".

Disposto a unir tanto a Força Sindical quanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT), partiu em busca do apoio de seus colegas de bancada e recebeu deles a garantia de que o projeto de FHC não seria apro-



Deputado Luis Antonio Medeiros

vado na Câmara. "O governo quer aproveitar a crise do desemprego para enfraquecer mais ainda os sindicatos, mas democracia se faz com partidos, sindicatos fortes e organizações da sociedade civil", acrescentou Medeiros, que manteve audiências com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, para levar a insatisfação provocada pelo anúncio do presidente da República.

Dias depois de uma série de audiências com os parlamentares, o ministro Dornelles reconheceu publicamente que a idéia "ainda está verde" e aproveitou para dizer que a intenção do governo era "dar aos trabalhadores a opção de abrir mão de benefícios em troca de garantias de emprego". O ministro do Trabalho disse ainda que, cedo ou tarde, "os sindicatos serão obrigados a aceitar as mudanças", garantindo que a proposta do governo manteria intactos o seguro-desemprego, o salário mínimo e a aposentadoria.

Enquanto parlamentares e sindicalistas discutiam a proposta, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto de lei da Câmara que determina a adoção da CLT para setores do funcionalismo público. Estão de fora do projeto os servidores já em atividade e funcionários de carreiras exclusivas do Estado.

Tarifas telefônicas

O deputado Sérgio Novaes (PSB-CE) está cobrando o cumprimento do programa de desestatização no setor das telecomunicações. Na sua avaliação, a intenção do governo era reduzir o preço das tarifas telefônicas e viabilizar a livre concorrência no mercado. "O que estamos vendo é exatamente o contrário", disse o deputado cearense, afirmando ainda que "em todos os contratos do processo de privatização do Brasil, tanto no gás, energia, rodovias, telefones, todos foram indexados, enquanto os trabalhadores e os servidores públicos não têm direito à reposição salarial".

Novaes lembrou ainda que as empresas particulares de telefones anunciaram já no início do ano mais um aumento de tarifas na faixa de 9,09%, "numa proteção do Estado brasileiro às multinacionais". Ele revelou ainda que as atuais proprietárias da telefonia brasileira, além de baixar a qualidade dos serviços, "já demitiram 260 funcionários no Ceará e 150 em outros estados nordestinos. Portanto, as empresas não estão produzindo novos postos de trabalho. Pelo contrário, contribuem cada dia para o aumento na taxa de desemprego".



Alerta sobre epidemia

A falta de uma política sanitária efetiva e investimentos na saúde pública são os principais fatores do retorno de endemias que já haviam sido erradicadas no Brasil, entre elas a febre amarela, que ressurgiu na região Centro-Oeste.

O alerta foi dado pelo deputado petista Pedro Wilson, representante de Goiás, estado que apresenta o maior índice da doença.

Preocupado com a possibilidade de estas epidemias atingirem os centros urbanos, Pedro Wilson informou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê uma epidemia globalizada e o Brasil, com baixos índices de saneamento básico, é um dos principais alvos da pandemia anunciada. Ele exige que o governo se posicione, de forma a evitar a generalização destas doenças.

O deputado Dr. Hélio (PDT-SP), que é médico, em discurso na Câmara dos Deputados, solicitou a presença do ministro da Saúde, José Serra, para a discussão de ações de emergência ao combate das doenças do "século passado".

O deputado alertou para os riscos da precariedade da saúde pública, no combate a possíveis epidemias de doenças como



Deputado Dr. Hélio: são necessárias ações de emergência para o combate a doenças como dengue, febre amarela e malária

a dengue, a febre amarela e a malária.

Essas doenças, que dizimaram milhares de brasileiros no século passa-

do, voltam a preocupar o país, às vésperas do século XXI. Na opinião do parlamentar, esse possível quadro endêmico seria "um verdadeiro absurdo no Brasil, quando se faz, por exemplo, retrospectivas dos trabalhos de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro".

Dr. Hélio diz que "nos casos de febre amarela e dengue o mais importante é o combate permanente e implacável ao mosquito *aedes aegypti*". E analisa que "todo o descontrole hoje constatável é reflexo da falta, sobretudo, de uma execução orçamentária correta no combate ao mosquito. Nos últimos anos, estes recursos têm sido aquém das necessidades reais de combate ao transmissor".

O parlamentar denuncia que, no Orçamento de 99, apenas 40% a 60% foram executados, e a diferença restante fora usada para pagamento de dívidas públicas. Ele ainda abordou a demissão dos funcionários da Fundação Nacional de Saúde, especialmente os técnicos de combate às zoonoses, como um indicador da falta de priorização governamental para esse problema.

O deputado paulista assinalou a "urgência da realização de uma campanha de vacinação em grandes proporções, semelhante à patrocinada pelo governo da China, no caso da possível pandemia da gripe australiana".

Inflação e salário

A crescente distância entre os salários e o custo de vida tem sido objeto de discursos, projetos e outras iniciativas surgidas principalmente no campo da oposição parlamentar.

O senador socialista por Sergipe, Antônio Carlos Valadares, exigiu da tribuna do Senado um imediato reajusta-

mento salarial e citou que, nos últimos cinco anos, houve uma inflação acumulada de 85,3%, sem aumentos correspondentes para os trabalhadores.

As tarifas estatais puxaram os aumentos. Subiram, no conjunto, naquele período, 292,5%, destacando-se telefones (291,9%) gás (218,18%) gasolina (129,28%) energia elétrica (122,84%).

Quanto à habitação, os preços acumulados foram de 212,15%.

O senador definiu esses aumentos como alarmantes e insuportáveis para os trabalhadores.



Senador Antônio Carlos Valadares

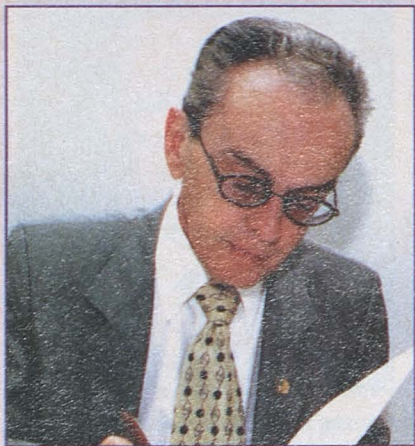
Mudar o BNDDES

"N ão faz nenhum sentido que o BNDDES continue financiando a compra de empresas estatais brasileiras por grupos estrangeiros, inclusive as nossas estatais, ou que invista recursos dos trabalhadores em grandes empresas."

A afirmativa é do senador Jefferson Peres (PDT-AM) que, acompanhado de seus colegas Heloísa Helena (PT-AL), Ademir Andrade (PSB-PA), José Alencar (PMDB-MG), Arlindo Porto (PTB-MG) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), querem mudança na estrutura do BNDDES.

Peres questionou o investimento feito por este banco, de "quase um bilhão de dólares do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para grandes empresas, entre elas a francesa Peugeot, a suíça Nestlé e a Embraer, destinando apenas a outra metade do FAT a pequenos empreendimentos". Heloísa Helena considerou um "absurdo" a postura do banco em financiar empresas multinacionais para comprar as estatais brasileiras, "enquanto nossos projetos sociais estão sendo financiados pelo Banco Mundial" e convidou seus colegas a rever a estrutura do banco, para que ele possa "realmente servir à nação brasileira".

Senador Jefferson Peres



Juízes: Crimes de responsabilidade

Agora parece chegar a vez dos próprios magistrados que terão seus eventuais crimes de responsabilidade definidos em uma lei específica.

O projeto nesse sentido é de autoria do senador Paulo Souto (PFL-Bahia). O relatório do senador Jefferson Peres (PDT-AM) foi aprovado por 11 votos favoráveis na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

O projeto, além dos delitos previstos na Constituição e legislação ordinária, enquadra como crime de responsabilidade o extravio de processo ou documento e o desrespeito a regras jurisdicionais ou de competência para favorecer uma das partes em processo judicial. Também será considerado crime de responsabilidade condenar a Fazenda Pública em ação de desapropriação, ou em qualquer tipo de ação, ao pagamento de indenização flagran-



Senador Paulo Souto

temente desproporcional ao preço de mercado do bem imóvel.

O projeto irá ao plenário no Senado e depois passará à Câmara dos Deputados.

Seguro-desemprego para extrativistas

J á está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que concede seguro-desemprego aos extrativistas de açaí e castanha.

De acordo com o projeto, só serão beneficiados os trabalhadores que exercem a função individualmente ou em regime de economia familiar.

Uma das exigências do projeto para pagar o seguro é a de que o trabalhador esteja filiado a alguma cooperativa de extrativismo ou beneficiamento do produto. Este seguro-desem-

O extrativismo é uma das atividades mais presentes na economia amazônica, como no caso da exploração do açaí



prego deve ser pago no período da entressafra, definido anualmente pelo Ibama.

Venda de ações da Embraer

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) está questionando a transferência de ações da Embraer para um grupo francês, projeto aprovado na Câmara na última sessão de dezembro e que está provocando reações negativas nas Forças Armadas. Seu pedido de informações sobre a situação societária da instituição

foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos. A data ainda será marcada.

Disse Suplicy que a alienação de ações da Embraer a pessoas físicas ou jurídicas está limitada em 40%, de acordo com edital aprovado pelo Senado, mas, "em dezembro passado, foi anunciada a venda de 20% das ações ordinárias,

com direito a voto, equivalentes a 10% do capital social, a um grupo de empresas francesas constituída pela Aérospatiale Matra, a Dassault Aviation, a Thompson-CSF e a Snecma. Além disso, a companhia Bozzano, Simonsen, controladora de 20% das ações ordinárias da ex-estatal, foi vendida para o Banco Santander, sem ficar claro se as ações da Embraer foram ou não transferidas para o grupo estrangeiro. Já trabalhando em parceria com o grupo alemão Liebherr, a Embraer estaria totalmente internacionalizada", disse o senador.

Preocupado com a falta de clareza da transação, Suplicy afirmou que a Embraer é uma empresa "estratégica para a economia nacional, em função da importância para a Aeronáutica, a defesa e o desenvolvimento tecnológico, além do crescimento das importações".



O presidente da Embraer, Maurício Botelho, anuncia negócio com franceses



Proposta antiviolência

Com base em estudos que apontam o ano de 1999 como um dos "mais violentos do século", quando 40 mil pessoas foram mortas no Brasil (mais que nas guerras de Chechênia e Kosovo), das quais 12 mil em São Paulo, o deputado Luís Antônio Fleury (PTB-SP), ex-governador daquele Estado, propôs uma nova política de prevenção e repressão ao tráfico de drogas, além da inclusão, pelo Ministério da Defesa, da função de segurança pública, com a coordenação da inteligência policial e com ações de combate às drogas e armas.

Ele defendeu a presença das Forças Armadas no combate ao narcotráfico, mesmo sabendo que esta não é sua função institucional. "A função das Forças Armadas de defender as fronteiras não pode limitar-se à invasão estrangeira. Deve envolver também o combate ao tráfico de drogas e de armas", declarou.

Enquanto Fleury quer a presença dos militares no combate ao crime organizado, o deputado Gonzaga Patriota (PPS-PE) solicitou ao governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), a continuidade da "Operação Man-



A violência urbana reflete o agravamento das condições de sobrevivência nas regiões metropolitanas brasileiras, afetando os jovens

dacaru", realizada pelas Forças Armadas na região do Polígono da Maconha.

"Os sertanejos disseram que se sentiram mais seguros durante o período da operação

chefiada pelos militares. Isso significa que o governo, quando quer fazer, consegue dar tranquilidade à população", disse o deputado Gonzaga Patriota.

Reforma do Judiciário

Aprovada na Câmara, a Reforma do Judiciário chega ao Senado sob críticas generalizadas da base governista. Os aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso, a começar pelo seu líder na casa, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), consideram "inaceitável" o dispositivo que proíbe o Ministério Público e juízes a dar informações à imprensa sobre andamento de processos, impedimento conhecido por "Lei da Mordação".

"Isso é uma imposição de censura", disse Arruda, frase repetida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ex-ministro da Justiça. Calheiros, que à frente do Ministério da Justiça chegou a retirar essa proibição proposta na reforma do Código Penal, afirmou que o texto aprovado na Câmara "limita o papel da imprensa e o direito à informação". Segundo o senador José Agripino (PFL-RN), a Lei da Mordação é "uma ameaça à democracia". Esta proibição, defendida pela deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), é uma das principais exigências do presidente da República, mas até os senadores governistas querem alterar alguns dos pontos aprovados pela Câmara. Os principais itens do texto aprovado pelos deputados são:

- Nepotismo: proíbe a nomeação para cargos em comissão de cônjuges, companheiros ou parentes de membros dos três poderes da União, dos estados e dos municípios, de detentores de mandato eletivo e de ocupantes de cargos políticos.

- Quarentena: proíbe a nomeação para cargos em qualquer tribunal de quem tenha exercido mandato eletivo ou ocupado cargo de ministro de Estado, secretário de Estado, procurador-geral da República, procurador-geral de Justiça, advogado-geral da União ou presidente dos conselhos da OAB nos três anos anteriores. O projeto prevê também quarentena para o juiz que se aposenta ou é exonerado.

- Mordação: proíbe os membros do Ministério Público e os juízes de revela-



Deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP)

rem ou permitirem que cheguem até os meios de comunicação fatos ou informações que violem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra das pessoas.

- Mandado de injunção: permite que a Justiça conceda mandado de injunção, mecanismo que garante o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à cidadania que não estejam regulamentados em lei.

- Controle externo: cria o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, com competência administrativa e disciplinar.

- Justiça Militar: extingue os tribunais militares dos Estados, reduz de 15 para nove o número de ministros do Superior Tribunal Militar (STM).

- Justiça do Trabalho: mantidos os Tribunais Regionais do Trabalho e acaba com a carreira de juiz classista. Cria os conciliadores que vão atuar na mediação e na arbitragem de causas trabalhistas, mas não serão pagos pelos cofres públicos.

- Arguição de relevância: permite recurso aos tribunais superiores apenas quando o assunto é de importância ampla para a sociedade.

- Ação declaratória de constitucionalidade: O STF pode ser consultado para dizer se uma lei é constitucional ou não.

Mais prazo para CPI

Com baixa audiência nos seus 180 dias de trabalho, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a atuação da Funai pode ser prorrogada por mais 60 dias. Seu relator, deputado Antonio Feijão (PSDB-AP), favorável à abertura de garimpos em áreas indígenas, vai pedir a prorrogação dos trabalhos "para esclarecer questões ainda pendentes".

Feijão, que não aceita o trabalho das organizações não-governamentais, que atuam junto às comunidades indígenas e nas questões ambientais, criticou o ministro Sarney Filho, do Meio Ambiente, dizendo: "Ele que me desculpe, mas ele não manda nada na política de Meio Ambiente. Quem manda são as ONGs."

Recuperação do São Francisco

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, instituiu e instalou oficialmente a Comissão Especial para o São Francisco, com a presença do ministro da Integração, Fernando Bezerra. O tema está despertando grande interesse no Parlamento. A pesar do apoio da maioria das bancadas nordestinas, há vozes discordantes, como o senador Antônio Carlos Magalhães e líderes sergipanos.

O deputado Régis Cavalcanti (PPS-AL) quer revitalizar o rio São Francisco antes da transposição das águas. "Qualquer intervenção só pode acontecer depois da recuperação do rio, desde suas cabeceiras até a foz", declarou. Ele informou que na época da construção da hidrelétrica de Xingó os técnicos garantiram que não ocorreria nenhum problema na região. "O que vemos hoje é uma grande salinização da foz do rio", denunciou.

MEDICAMENTOS: Propaganda abusiva

A té o final de março, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária vai editar normas para controlar a propaganda e publicidade dos medicamentos. A medida quer disciplinar e coibir abusos, além de estabelecer padrões éticos nas mensagens veiculadas em peças publicitárias e promocionais sobre medicamentos.

O anúncio da medida foi feito pelo presidente da Agência, Gonzalo Vecina Neto, afirmando que "muitas propagandas estão sendo veiculadas sem qualquer critério".

As normas de regulamen-

tação às propagandas serão fiscalizadas por uma comissão integrada por um médico, um farmacêutico, um advogado e um profissional da área de comunicação social. Além de estabelecer as normas, a Vigilância Sanitária quer proibir propagandas que incluam mensagens para mascarar a real indicação do produto e o anúncio de remédios que não estão registrados no Ministério da Saúde. Outro objetivo da medida é definir como requisito da propaganda a venda de medicamentos com prescrição médica.

A decisão do governo de

estabelecer condutas para a propaganda do setor farmacêutico acontece um mês depois da denúncia feita pelos deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) na CPI da Câmara que apura a formação de cartel na indústria farmacêutica. Eles mostraram revistas dos laboratórios onde a palavra "lucro" estava presente em todas as publicidades.

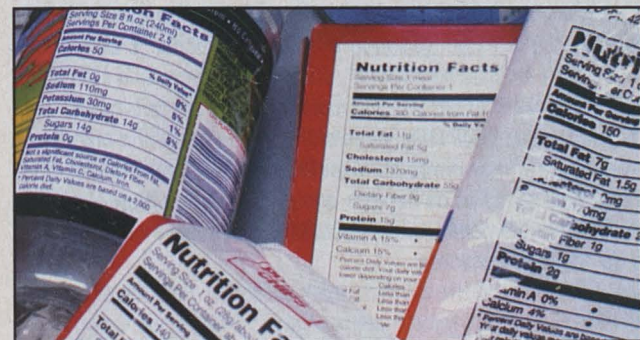
A Comissão de Inquérito, presidida pelo deputado Nélson Marchezan (PSDB-RS) ouviu o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira. Ele reconheceu que o Brasil "é o paraíso dos cartéis" e que as indústrias farmacêuticas aumentaram os preços "de forma abusiva". O diretor do Cade admitiu também que a instituição "não tem meios de fiscalizar ou proibir estes reajustes".

O preço dos medicamentos gerou uma polêmica entre os Ministérios da Fazenda e

Saúde porque, segundo o secretário de Gestão e Investimentos em Saúde, Geraldo Biasoto, houve erro na elaboração da lista de remédios de preços majorados porque "é o Ministério da Fazenda quem repassa os reajustes".

A publicidade feita pelos laboratórios e os aumentos nos preços vêm sendo repudiados por deputados de todos os partidos, e o líder do PL, Bispo Rodrigues (RJ), cobrou do ministro da Fazenda, Pedro Malan, maior atenção ao setor das indústrias farmacêuticas. O líder do Partido Liberal chegou a ironizar o ministro que se escandalizara ao tomar conhecimento de que os reajustes nos preços dos remédios servem para alimentar a propaganda. "Como é que o ministro pede um conselho de ética se o que impera nesta área é a desonestidade. Ética só existe quando há pessoas honradas, que têm amor ao próximo", acentuou. O parlamentar contestou os frequentes reajustes promovidos em 99, quando alguns medicamentos aumentaram em 100%.

Os grandes laboratórios transnacionais dominam o mercado brasileiro, de onde extraem, a cada ano, um dos maiores lucros em termos mundiais



Genéricos nas prateleiras

A CPI dos Medicamentos continua fuçando os mistérios que cercam a ação dos grandes laboratórios. Uma vitória já pode ser creditada à sua atuação: o surgimento dos primeiros remédios genéricos. Os consumidores já podem escolher entre marcas de fantasia e três de genéricos produzidos pelo laboratório EMS Indústria Farmacêutica, do grupo Sigma Pharma.

Mais baratos em torno de 50%, a Cefalexina 500 mg, Ranitidina 150 mg e a Ampicilina 500 mg (apresentada em embalagens de 6, 12 e 24 comprimidos) substituem outros medicamentos que contêm esse produto básico. O EMS quer produzir 100 genéricos, nos próximos dois anos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária já estuda a aprovação de outros 185, a serem fabricados também por laboratórios nacionais. Os estrangeiros não manifestaram interesse.

Falta agora vencer a batalha com os médicos, há muito adaptados às estratégias de vendas dos fabricantes. Enquanto em países de saúde pública avançada os médicos são obrigados a receitar, prioritariamente, os genéricos, esta orientação ainda inexiste no Brasil.



O presidente Fernando Henrique Cardoso recebe no Planalto o presidente eleito uruguaio Jorge Battle. Nota de origem desconhecida tentou intrigar os dois presidentes, ao insinuar que Brasília via em Battle um americanófilo capaz de complicar o Mercosul. O Itamarati esclareceu o episódio, isentando o Planalto de qualquer responsabilidade na criação e divulgação da fofoca

Universidade amarrada

O ensino superior brasileiro continua a exibir índices desfavoráveis, mesmo quando comparado a países em desenvolvimento. Continua a possuir apenas 1,1% de sua população em universidades (menos de dois milhões de alunos), o que é muito pouco. Na comparação com outros países, o percentual brasileiro demonstra que a situação poderia ser bem diferente e que certamente faltam políticas e vontade para se mudar o quadro. Na Argentina, por exemplo, o índice é de 6% da população (2,1 milhões, numa população quase cinco vezes menor que a brasileira) presentes nas universidades; na Itália, 8,2%; 12,5% na Alemanha; 14% na França; 22% no Japão e 25% nos Estados Unidos.

Reclamam entidades de professores que a universidade pública - a que responde pela qualidade do ensino superior brasileiro - vem sendo impedida de expandir-se. A ênfase governamental é pela expansão universitária privada, cara e reconhecidamente, com exceções, de qualidade duvidosa. A dúvida que cerca o ensino superior brasileiro é se a prioridade se dará à qualidade ou à simples quantidade. Diante do comercialismo que afetou o ensino privado, é prudente discutir a oportunidade de se incrementar o crescimento universitário por esse ramo.



A busca da escola pública pela classe média comprova a extensão da crise social que afeta camadas cada vez maiores da população

Refluxo da classe média

Das semanas depois de iniciadas as aulas, as escolas estaduais do Rio de Janeiro ainda realizavam matrículas de alunos novos. A procura por uma vaga na rede pública atrapalhou o planejamento da Secretaria Estadual de Educação (SEE). "Esperávamos uma procura excedente de sete mil alunos novos, mas nos deparamos com uma demanda extra de quase 30 mil estudantes. São alunos que estão deixando o colégio particular e buscando completar sua educação no sistema público", comentou a secretária Lia Faria.

Neste ano, a SEE implantou um sistema mais moderno de matrículas, que podiam ser feitas, numa fase preliminar, via telefone, o que permitiria organizar melhor a distribuição dos alunos novos por escolas próximas à residência. Mas o número surpreendente de filhos de famílias que já não podem pagar colégio particular levou ao engarrafamento nas matrículas e provocou a necessidade de convocação de novos professores.

Devastação no mar

Especialistas brasileiros mostram-se preocupados com os estragos provocados por grandes barcos atuneiros estrangeiros arrendados por empresas nacionais e que praticam a chamada pesca de cerco. Pelas características da operação, o rendimento econômico é considerado excelente, com produtividade acima da pesca de espinhel ou de isca-viva, as tradicionais da frota nacional de 45 barcos. Mas, advertem os técnicos, a pesca de cerco é devastadora para os estoques, dizimando os cardumes e ameaçando a sustentabilidade do processo.

"Enquanto a pesca por espinhel ou por isca-viva captura exemplares já adultos, em torno de 50 e 30 quilos, respectivamente, e que já se reproduziram, o método cer-

queiro captura exemplares muito jovens, em torno de apenas cinco quilos, e que ainda não se reproduziram. Assim, afeta-se diretamente a reprodução dos cardumes e, a longo prazo, ameaça-se uma atividade atuneira rentável na Zona Econômica Exclusiva de nosso mar territorial", descreve o especialista do Ibama José Heriberto Meneses Lima, de Pernambuco.

Um barco arrendado já está em operação e numa única viagem conseguiu 400 toneladas de atum. Este tipo de operação de pesca de cerco é praticado com intensidade na costa africana, onde a captura de exemplares imaturos chega a 70% da carga, o que já afeta a reprodução dos cardumes de lá. Em 1997, a delegação brasileira na Comissão Internacional de Pesca de Atum

(Iccat) chegou a apresentar proposta de proibição do método. Mas, no ano passado, o próprio Ministério da Agricultura passou a autorizar o arrendamento de grandes barcos cerqueiros, contra a opinião do Ibama, que é o responsável legal pela sustentabilidade de nossos estoques pesqueiros.

A atuação dos atuneiros de cerco, além do prejuízo econômico que decorrerá do esgotamento dos cardumes, provoca um grave efeito social, pois elimina a competitividade dos barcos nacionais de pesca a espinhel e isca-viva, onde o fator mão-de-obra é de grande peso, representando milhares de empregos, também ameaçados. O Ministério da Agricultura, segundo técnicos, poderá conseguir uma produção atuneira maior no curtíssimo prazo, mas põe em risco a atividade pesqueira no médio e longo prazos, com prejuízos nacionais incalculáveis.

Desastre ecológico e responsabilidade empresarial

O vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo nas águas da Baía de Guanabara, no dia 18 de janeiro, representou um choque de múltiplos efeitos, começando pelo abalo ao ecossistema local. Para a Petrobras, que sempre se orgulhou de seus cuidados com a ecologia, o impacto demonstrou que uma rotina de inspeção de seus dutos deveria fazer parte também da política ambiental e revelou a desatenção que houve, quando, há três anos, o Sindicato dos Petroleiros denunciou, sem ser ouvido, descuidos na montagem da linha subaquática que agora estourou.

Para o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), o acidente representa atraso de alguns anos no trabalho de reequilíbrio ecológico

da região, cujo cronograma já anda defasado. E os prejuízos se estenderam ainda a pescadores e aos negócios que dependiam da frequência popular às praias atingidas. Entre os prejuízos, deve-se somar também a mancha na imagem empresarial da Petrobras e a tentativa de exploração do acidente como arma de propaganda a favor da privatização da companhia.

O posicionamento aberto da direção da empresa, porém, acabou por limitar essa tentativa de exploração política, uma vez que o presidente, Philippe Reichstul, adotou uma postura de reconhecimento da falha e de disposição de reparo imediato, mobilizando todo o aparato técnico da empresa e estabelecendo o diálogo com autoridades estaduais e a população

atingida. O superintendente de Exploração de Produção, Rodolfo Landim, assumiu a tarefa de coordenador do Plano Baía de Guanabara, com o fim de despoluir a área atingida.

Três semanas após o acidente, ao fecharmos esta edição, a Petrobras já conseguira recolher 473 mil litros de óleo do mar e do canal da Refinaria Duque de Caxias, de onde parte o duto para a Ilha D'Água - o equivalente a um terço do óleo vazado. A refinaria já recebera 4.538 toneladas de resíduos - mistura de areia, óleo e lixo, para reciclagem. Na limpeza das praias e rochas estão trabalhando 2.188 pessoas, das quais 207 são empregados da Petrobras, 1.266 contratadas, 640 voluntárias e 66 da Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb).

Segundo informações do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes) da Petrobras, em colaboração com o professor Renato Carreira, do Departamento de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), amostras de água da baía revelaram baixos índices de contaminação por óleo, indicando que o grosso da poluição ficou concentrado na área adjacente ao vazamento.

"Essas amostras foram coletadas a partir do dia 28 de janeiro último, apenas 10 dias após o vazamento. É importante registrar que na área de proteção ambiental de Gua-pimirim, foram constatados sinais menores de poluição por óleo combustível", segundo informou a Petrobras. A limpeza se faz em 21 frentes de trabalho nas praias de Mauá, município de Magé, e de Paquetá e Ilha do Governador, no Rio.

Na reparação dos efeitos sociais do acidente ambiental, 5.463 pessoas comprovaram ter direito a uma indenização, porque dependiam de atividades relacionadas ao mar e que foram prejudicadas pelo vazamento de óleo, nas localidades de São Gonçalo, Mauá, Paquetá, Ilha do Governador, Ramos e Magé. A Petrobras pagará a essas pessoas pelo tempo que durar o impedimento do trabalho autônomo, variando a mensalidade, conforme o caso, entre 150 e 500 reais.

Segundo a Petrobras, os gastos com a descontaminação da baía e indenizações chegarão a 110 milhões de reais. Cento e sessenta e seis aves morreram em consequência do banho de óleo, mas 93 puderam ser salvas, através de cuidadosa limpeza antigraxa.

A poluente atividade petrolífera exige cuidados redobrados e acidentes como o da Baía de Guanabara demonstram que a legislação precisa ser rigorosa e obedecida fielmente, para evitar danos extensos







Armas e criminalidade

O CICLO DO MEDO

Campeão mundial de mortes a bala, o Brasil debate o desarmamento civil como estratégia para a redução dos índices de violência

Procópio Mineiro

A POLÊMICA DAS ARMAS ESTÁ NO AR, ENQUANTO AS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS TEIMAM EM SE SUPERAR. As chacinas passaram a rotina diária na Grande São Paulo, enquanto, no Rio, ganham destaque os assaltos a edifícios inteiros, realizados por grupos numerosos de bandidos, todos muito bem guarnecidos de revólveres, pistolas, escopetas e até metralhadoras. No campo, militantes da reforma agrária queixam-se dos pequenos exércitos que garantem os latifúndios e a grilagem de terras e que promovem a expulsão de posseiros e impõem e vigiam o trabalho escravo.

Desarmar a população é utopia, dizem os defensores de um suposto direito individual de se portar um instrumento de ataque para se garantir a defesa própria. Proibir a venda e o porte de armas

é uma necessidade e é factível, alegam, por sua vez, os pacifistas.

Princípios morais e religiosos, argumentos jurídicos e políticos, razões econômicas e interesses comerciais envolvem o debate em andamento no Congresso Nacional. As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores e Defesa Nacional ainda não conseguiram articular uma proposta possível de ser votada no Senado. Uns pedem a proibição pura e simples de se comercializar esse tipo de produto e exigem seu recolhimento obrigatório, enquanto outros procuram demonstrar a necessidade de exceções e a observância do direito adquirido, que permita ao proprietário atual de uma arma qualquer a manutenção de sua posse.

Entram também, nas acaloradas análises e depoimentos, as estatísticas que atribuem às armas de fogo a responsabilidade por 90% dos assassinatos e o poder de estimular a agressividade de quem as usa - seriam uma espécie de passaporte para a



encrenca. Outros números mostram o prejuízo da violência, indicando que a criminalidade representa um custo social dos mais elevados, obrigando as sociedades a gastarem por ano 10% do Produto Interno Bruto dos respectivos países. (No caso do Brasil, uma soma fantástica de cerca de 80 bilhões de dólares, incluindo o crescente aparato policial e um já estrangulado sistema carcerário.)

Segundo dados da Polícia Federal,

existiam 42.550 armas cadastradas no Brasil no ano passado. Delas, 1.030 eram consideradas extraviadas e nada menos que 12.886 tinham sido furtadas, estando, portanto, em mãos criminosas. As 1.500 firmas de segurança existentes no país empregam um exército de 420 mil vigilantes, que têm a seu dispor um total de 241 mil armas, dentre as quais sumiram 13 mil no Rio de Janeiro e cinco mil em São Paulo, nos anos de 1997 e 98.

Em São Paulo, policiais de operações especiais exibem um lança-granadas antitanque capturado em ação no centro da capital, quando uma quadrilha se preparava para um grande assalto. É um exemplo da facilidade em se adquirir armas, mesmo as de guerra



"Se a arma não é causa, é difícil alguém negar que ela seja o principal instrumento da violência, da forma como esta tem se manifestado no Brasil"

Rubem César Fernandes, sociólogo, coordenador do Movimento Viva Rio

Emergência

No ano passado, o Movimento Viva Rio liderou a campanha "Rio, abaixo essa arma", que coletou, em cinco meses de agitação cívica, 1,2 milhão de assinaturas de apoio da população à proibição total do comércio de armas no país. O resultado expressivo foi considerado um termômetro da opinião pública brasileira contra os níveis crescentes de crimes. "No Rio de Janeiro, na faixa etária de 15 aos 19 anos, de cada dois jovens que morrem, um morre a bala", cita Rubem César Fernandes, coordenador do Viva Rio. Ele rebate a acusação de ingenuidade, alegando que a pesquisa do movimento mostrou que ampla maioria da população quer a proibição total da comercialização de armas, mesmo entendendo que a restrição não significará um automático fim da violência.

A topografia acidentada do Rio de Janeiro, com morros favelizados dominando a paisagem abaixo, onde se situam os edifícios residenciais da classe média, ajudou a mobilização. São cada vez mais frequentes os tiros a esmo que saem lá de cima e se alojam em paredes e até em camas nos apartamentos, tendo provocado já diversas mortes. Tiroteios de horas entre quadrilhas neutrotizam muita gente, ao tornar inesquecível o eco dos estampidos no meio da escuridão da noite (leia o quadro "Cerro Corá, uma operação de guerrilha").

Este quadro, com uma ou outra adaptação regional, repete-se nas grandes aglomerações metropolitanas brasileiras. No debate sobre o desarmamento, causa uma unanimidade - "é preciso

Cerro Corá e Nova Holanda, operações de guerrilha

O ataque à favela de Cerro Corá, no bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro, muito noticiado pelos meios de comunicação, foi uma operação de guerra.

Cerro Corá, cujo nome relembra a batalha da guerra do Paraguai, onde foi derrotado e morto Solano López, é uma favela em processo de se transformar em bairro. Ocupa um morro, limitado por outras favelas e em cujas ruas próximas há algumas referências obrigatórias do Rio de Janeiro: a residência do jornalista Roberto Marinho, a casa, tombada pelo Patrimônio Histórico, do jornalista Austragésilo de Athayde, a antiga casa onde residia Oswaldo Aranha e

a popular igreja de São Judas Tadeu. Vive ali uma população de trabalhadores e também atua uma ativa e bem armada base do narcotráfico, disputada por assaltos armados, em vários episódios anteriores.

No fim de janeiro, cerca de 60 narcotraficantes atacaram a favela, matando seis pessoas, quase todas reconhecidamente ligadas ao tráfico. O que chamou atenção de autoridades que enfrentam o crime no Rio foi a organização e o poderoso aparato militar do ataque.

Os atacantes eram procedentes de várias favelas e conduzidos em um comboio de kombis, usavam armas de grosso calibre e atuavam sob um comando unificado, com táticas de guerrilha urbana.

"É uma etapa mais avançada da organização do crime que atua no país", comentou uma autoridade militar que analisou o episódio.

Ainda nem bem cessara a troca de fogo em Cerro Corá, um outro episódio, classificado como "ensaio de guerrilha urbana", ocorria na favela Nova Holanda, no chamado

Complexo da Maré, um emaranhado de 16 favelas.

Uma operação envolvendo dezenas de pessoas vestidas com roupas militares, usando aparelhos de transmissão, armas pesadas e atuando com táticas de guerrilha urbana, que invadiram à noite a favela, matando seis jovens ligados ao narcotráfico. Para se ter uma idéia da operação, foram necessários mais de 700 policiais militares para, já pela manhã, ocupar a favela. A ocupação total da área mobilizou 800 policiais militares e civis. Foi noticiado que haveria indícios de que angolanos asilados no Brasil e que participaram da luta armada, que há mais de 20 anos se verifica em Angola, estariam cooperando na preparação dos grupos armados. Líderes da comunidade de angolanos no Rio consideram a versão totalmente sem fundamento. No mesmo sentido opinaram porta-vozes da Caritas, que tem muito contato com estrangeiros refugiados no Brasil, e autoridades policiais do estado.

O governo angolano, através de sua embaixada em Brasília e do cônsul geral no Rio, protestou veementemente contra essa versão. Isso levou o governador Anthony Garotinho a receber o cônsul e pedir desculpas a Angola.

"Os policiais agiram de forma insensata, racista, discriminatória e extrapolaram de suas funções, quando acusaram os imigrantes de estarem a serviço de traficantes de droga", disse. O cônsul Ismael Diogo da Silva aceitou o pedido de desculpas, dando por encerrado o incidente diplomático.

A retirada de um dos cadáveres, na saída da Nova Holanda, é repetitiva: acontece no dia a dia, após confrontos armados



"Em termos de segurança pública, estamos ainda na Idade da Pedra. Ao longo dos anos, nossas polícias foram esquecidas e estão em completo abandono"

*Antônio Marcos Moraes de Barros,
presidente da Cia. Brasileira de Cartuchos*



acabar com isso" - e provoca duas posições antagônicas. De um lado, o exemplo serve para que o *grupo pomba* comprove a urgência da proibição total de armas em poder de civis. Do outro lado, a mesma situação leva o *grupo gavião* a alegar que o veto às armas apenas atingirá o cidadão de bem, pois as quadrilhas continuarão a aperfeiçoar seus arsenais da mesma maneira como hoje o fazem: pelo contrabando, pelo roubo e até pela corrupção policial.

Falso argumento

"Este é um falso argumento, usado por quem não quer fazer nada", rebate o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, um defensor do fim das armas. "Em primeiro lugar, num país com veto à comercialização de armas, o contrabando se torna muito mais difícil. Em segundo lugar, o que se deve ter em mente é o que as estatísticas nos mostram: possuir arma, portar arma, aumenta em muito a possibilidade de incidentes fatais. É um fator psicológico, pois a pessoa armada se sente poderosa e capaz de revidar com sucesso em qualquer circunstância. Por isso, existem esses números que indicam que os assassinatos no país são cometidos, em 90% dos casos, com armas de fogo." (*Leia artigo do governador Garotinho na página 22*)

O secretário-executivo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas pela Prevenção do Delito e Tratamento de Delinqüentes (Ilanud), Oscar Vilhena Vieira, segue o raciocínio do governador do Rio. Citando estudos da ONU, apontou que os homicídios no Brasil chegam a 46 mil por ano, dos quais 41

mil produzidos por armas de fogo. Na maioria destes casos, segundo ele, a morte dificilmente ocorreria, caso não houvesse a presença de uma arma no local do crime.

Esta posição coincide, igualmente, com a do ex-ministro da Justiça e senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Para ele, a proibição da venda de armas, conjugada com a entrega às autoridades das armas hoje em poder do público, mesmo as legalizadas, é o caminho mais apropriado para baixar a criminalidade. "Sessenta por cento dos crimes no Rio de Janeiro e em São Paulo são cometidos por motivos banais", argumenta o senador alagoano. E lembra ainda que estes crimes sem causa só ocorrem porque um dos envolvidos porta arma de fogo e que 83% das armas ilegais apreendidas são de fabricação nacional e de calibre 38.

Já o senador Pedro Piva (PSDB-SP), relator da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, discorda da entrega de armas legais e considera que se devem abrir exceções, que contemplem o pessoal ligado à área de segurança (policiais e guardas) e vigilantes de propriedades rurais.

O presidente da Associação Nacional de Indústrias de Armas e Munições, Carlos Alberto Murgel, também presidente da fabricante Taurus, diz considerar que o combate real à violência e criminalidade não passa pela proibição de armas, mas pela instituição de "políticas eficientes que ataquem as verdadeiras causas do fenômeno da violência, o que implica, necessariamente, atuar com firmeza e determinação na direção de três

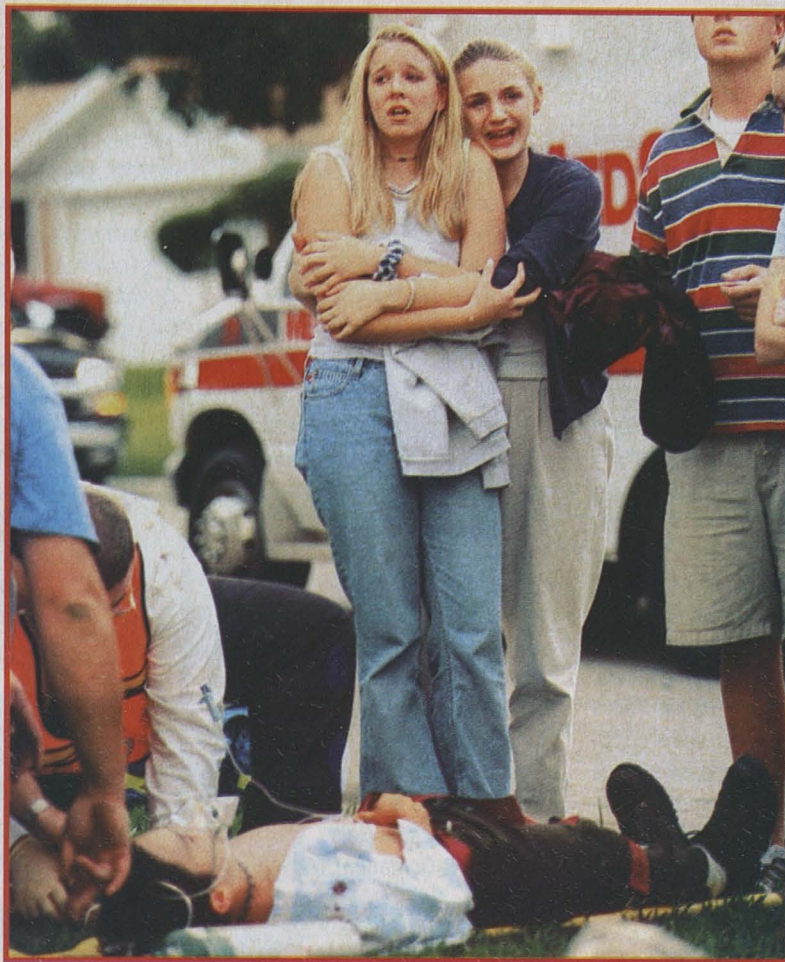


grandes objetivos: no combate à impunidade, para deixar claro que o crime não compensa; no reaparelhamento e na modernização do sistema de segurança pública e na recuperação de nossos valores éticos e morais."

Os defensores do acesso às armas também gostam de citar o professor John Lott Jr., da Universidade de Chicago, autor de *Mais armas, menos crimes: entendendo criminalidade e legislações sobre o controle de armas*", partidário da tese de que uma população armada inibe os criminosos. Segundo o pesquisador, o caso norte-americano mostraria que "as leis do controle de armas reduziram visivelmente a posse de armas em alguns estados, com o resultado de que, para cada redução de 1% da posse de

"O Brasil, segundo a ONU, é campeão mundial em homicídios por arma de fogo: aqui se cometem 10% de todos os assassinatos a bala no mundo"

Senador Renan Calheiros, ex-ministro da Justiça



Pais onde possuir arma e saber atirar é motivo de orgulho familiar, os EUA convivem com chacinas periódicas: acima, três exemplos em 1999: crianças de creche são retiradas após terem cinco coleguinhas feridos por um atirador desconhecido; em Fort Worth, Texas, socorro a um dos muitos baleados numa igreja, onde um atirador matou sete; e o adolescente Kipland Phillip Kinkel, 15 anos, que matou dois e feriu 23 em sua escola de Springfield, Oregon, usando dois revólveres e um rifle

armas, houve um aumento de 3% dos crimes violentos. Nacionalmente (nos Estados Unidos-NR), as taxas de posse de armas durante a década de 60 e anos 70 permaneceram razoavelmente constantes, enquanto as taxas de crime violento dispararam. Na década de 90, a posse de armas cresceu, ao mesmo tempo que nós testemunhamos reduções dramáticas da criminalidade."

Esta é também a tese do presidente da Companhia Brasileira de Cartuchos, Antônio Marcos Moraes de Bar-

ros, que procura desvincular a causalidade entre posse de armas e crime. "Repito aqui os números publicados pela ONU: no Brasil, 8 em cada 1.000 habitantes têm uma arma; no Canadá, 102,3; na Alemanha, 122; na Nova Zelândia, 112. Nesses países, a taxa de criminalidade é abaixo de um por 100 mil, enquanto no Brasil é de 25,78. Existem dez vezes menos armas e 25 vezes mais homicídios no Brasil", cita o presidente da CBC. Numa comparação interna, lembra que 5% da população

"...num país com veto à comercialização de armas, o contrabando se torna muito mais difícil. Em segundo lugar, o que se deve ter em mente é o que as estatísticas nos mostram: possuir arma, portar arma, aumenta em muito a possibilidade de incidentes fatais"

Anthony Garotinho, governador do Rio de Janeiro



Na era do real

Levantamentos em diversos pontos do país demonstram que a criminalidade armada experimentou uma espécie de desabrochar nos últimos seis anos. Os números não mentem, mas não falam, só insinuam que a era do real tem algo a ver com essa situação. Talvez o desemprego decorrente das políticas neoliberais forneça uma explicação, ao lado de outras causas.

Mas o fato é que os números mostram a escala crescente do crime. Por exemplo, só no item chacina, na Grande São Paulo, houve 47 em 1997 (dez delas consideradas de responsabilidade do tráfico de drogas), pulando para 89 em 1998 (34 causadas pelo tráfico), repetindo-se a mesma proporção em 1999.

Estatísticas da polícia paulista mostram que os roubos armados em 1997 foram 79% superiores aos índices de 1992, cinco anos antes, enquanto os homicídios com armas de fogo subiram 29% na mesma fase. Em 1996, a cidade de Diadema, na Grande São Paulo, estabeleceu o recorde, com 92 mortes por 100 mil habitantes, superando Cali, na Colômbia, sede de um dos mais ativos cartéis

de droga, cuja média ficou em 91 assassinatos por 100 mil habitantes.

Em números absolutos, os homicídios em São Paulo, quase todos a bala, seguem linha ascendente: 4.784 em 1997, 5.257 em 1998 e 5.705 em 1999.

Em Minas Gerais, estudo da Fundação João Pinheiro ilustra igualmente o período: "O crime de roubo a mão armada também apresenta forte tendência de crescimento para o período analisado (1986-98), apresentando um aumento de mais de 100% entre os anos de 1996 e 1998. Os municípios de Belo Horizonte, Contagem,

Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares, Uberaba e Ipatinga concentram, juntos, mais de 70% de todas as ocorrências do estado."

Quanto aos homicídios em Minas, o mesmo estudo demonstra que "deve-se destacar que no município de Belo Horizonte houve um crescimento expressivo da



incidência de homicídios em 1998, da ordem de 40% em apenas um ano."

"A taxa de crimes contra o patrimônio, que em 1986 era de 41 ocorrências por 100.000 habitantes, alcança, em 1998, o patamar de 174 ocorrências por 100.000 habitantes, representando um aumento superior a 300% no período."

Outro estudo, este do Grupo de Estudos sobre Criminalidade e Controle Social, da UFMG, constata que "se considerarmos o período como um todo, de 1986 a 1997, Minas Gerais tem assistido a um significativo aumento de suas taxas de criminalidade violenta. Em 1986, a taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes era de 98, chegando ao final do período, em 1997, com uma taxa de 193, o que corresponde a um aumento de quase 100% na incidência da criminalidade violenta. Em termos absolutos, o salto foi de 14.122 ocorrências em 1986 para 32.477 ocorrências em 1997."

A violência rural não pode ser esquecida: no sul do Pará, famílias aguardam acesso a um pedaço de terra, depois de expulsos de posses por jagunços armados. Acima, cruzeiros onde se deu a chacina de Eldorado dos Carajás

"O Sinarm é um sistema muito bom, mas não é tudo, já que não atende a toda a necessidade de controle das armas no Brasil"

Delegado Wantuir Jacini, vice-diretor da Polícia Federal

do Rio declaram possuir armas, enquanto são 15% os gaúchos armados. Mas a média de homicídios no Rio é de 59,9 por 100 mil habitantes, enquanto no Rio Grande do Sul, onde circulam três vezes mais revólveres, os crimes de morte apresentam a média de 16 por 100 mil, quatro vezes menos.

A origem

Linha de raciocínio semelhante foi defendida no Senado pelo representante da Associação Nacional de Proprietários e Comerciantes de Armas (Anpca), Marcelo Torres. "Dos projetos ora em análise nesta Casa e na Câmara, nenhum sugere qualquer medida de combate efetivo às causas reais da criminalidade, como as vergonhosas diferenças sociais entre as diferentes camadas da população e a miséria acintosa das periferias dos grandes centros urbanos, além dos permanentes bolsões de desigualdades de toda sorte entre os cidadãos simples, e os privilegiados. Todos os que não dispomos de segurança armada, seja esta provida pelo Estado - no caso de seus dignitários e autoridades - ou paga a peso de ouro, tampouco podemos refugiar-nos em verdadeiros *bunkers*, como os que povoam os condomínios de luxo e os bairros nobres das grandes cidades brasileiras", disse o representante da Anpca.

"Ao encerrar-se o comércio legal e controlado pelo Estado - abrir-se-ão as portas para a instalação definitiva do tráfico de armas institucional no Brasil, uma vez que o Estado terá aberto mão da via legal do controle da posse e uso de armas, quais sejam, os registros policiais



Com uma submetralhadora, que adquiriu sem grande espera, o estudante de medicina Mateus da Costa Meira matou três pessoas e feriu cinco, em 3 de novembro de 1999, neste cinema do Morumbi Shopping, em São Paulo. Copiou com exatidão cenas de um jogo eletrônico no qual o herói invade uma sala de projeção para limpá-la dos inimigos

e militares tanto de proprietários, como fabricantes e comerciantes", previu Marcelo Torres.

Ele definiu como "tese relacional absurda" a que liga a posse de armas legalizadas com a intensificação do crime, pois considera que os criminosos usam armas adquiridas de forma ilegal. "Não serão afetados pelo desarmamento civil aqueles a quem se procura atingir: os criminosos. É mais do que evidente que nenhum meliante adquire suas armas em lojas legais! Como então estes as obtêm? Talvez uma das respostas possíveis se encontre nas estatísticas de armas apreendidas. Somente no ano passado, no estado do Rio de Janeiro, as firmas de

segurança 'perderam' cerca de 13.000 armas. Para onde vão estas armas? É um descalabro imaginar que se extraviaram mais do que o dobro das armas vendidas em todo o ano de 1998."

Explosão de crimes

O representante dos proprietários e comerciantes de armas insiste que "o que temos em nosso país não é um problema de excesso ou mau uso de armas: temos um gravíssimo problema social, aliás, problemas, que acabam por explodir em crimes como os que têm chocado a sociedade brasileira. É verdade que hoje as metrópoles sofrem de violência endêmica.

“Dos projetos ora em análise nesta Casa e na Câmara, nenhum sugere qualquer medida de combate efetivo às causas reais da criminalidade, como as vergonhosas diferenças sociais entre as diferentes camadas da população”

Marcelo Torres, representante da Associação Nacional de Proprietários e Comerciantes de Armas



Em conjunto residencial popular no Rio de Janeiro, viaturas marcam a presença do Exército em operações contra o tráfico de drogas, em 1996, objetivando ainda recuperar armamentos militares subtraídos de seus paíes e repassados às quadrilhas. As operações deram magros resultados e fortaleceram a corrente contrária à presença do Exército em operações policiais dentro do país

O que não é verdadeiro é a relação desenhada pelos proponentes do desarmamento entre crime, violência e armas de fogo, no tocante aos cidadãos de bem", alega Marcelo Torres. "A Associação Nacional de Proprietários e Comerciantes de Armas não prega o armamento geral da população para fins de defesa própria, pois reconhecemos estas particularidades, além de mantermos a posição de que o uso eficiente e seguro de armas depende fundamentalmente de cada indivíduo, e não é possível impor a ninguém tal decisão. Mas também cremos que não se pode usurpar dos cidadãos de bem, homens e

mulheres deste país, o livre arbítrio e acesso a armas de fogo que possam viabilizar sua legítima defesa, em caso de extrema necessidade."

Segundo estes defensores da atual legislação, o Brasil pode ser considerado um país desarmado, pois os registros oficiais apontam a existência de apenas 1,8 milhão de proprietários de armas, correspondendo a cerca de 1,5% da população do país. Alegam que, na Suíça, por exemplo, a proporção é de 100%: há uma arma por habitante. Dizem ainda que o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), que controle a comercialização e posse de armas, é eficiente

e que toda a legislação referente ao tema - Lei 9.437/97 - foi aprovada há apenas três anos. Já os regulamentos militares sobre o assunto levaram oito anos de análises e foram assinados pelo presidente da República em março do ano passado, o que tornaria o Brasil um dos países com a legislação mais atualizada sobre o tema.

Mas, o vice-diretor da Polícia Federal, delegado Wantuir Jacini, faz um reparo, pois considera que o Sinarm não consegue atender plenamente ao controle de armas no país. Ao falar aos senadores, o policial lembrou que apenas 12 estados estão interligados ao Sinarm,

**"No Rio de Janeiro,
na faixa etária de 15 aos 19 anos,
de cada dois jovens que morrem,
um morre a bala"**

Rubem César Fernandes, coordenador do Viva Rio



A ironia dos atiradores

Gente que gosta de armas ou os simplesmente céticos da eficiência do desarmamento associam-se em diversas organizações regionais ou de âmbito nacional.

Sobre o atual debate da questão, recorrem aos ditames constitucionais sobre os direitos individuais e a estudos que comprovariam a ineficiência do desarmamento e um erro de enfoque da questão, pois consideram que a criminalidade estaria associada ao aguçamento da miséria no país e não à presença de armas em si.

No entanto, os atiradores estão recorrendo a uma arma inesperada: a ironia.

Em suas publicações e na Internet, estão divulgando dois modelos de cartaz, semelhantes àquele do "é proibido fumar neste local" - o círculo vermelho e, no lugar do cigarro, uma arma cortada pela barra diagonal, com os dizeres: "Nesta empresa (ou nesta residência) não usamos armas".

"Esta é a nossa contribuição à campanha do desarmamento - ponha este cartaz na porta de casa ou de sua empresa", divertem-se.

faltando ainda outros 15, cujos dados sobre circulação de armas continuam fora de controle, entre os quais São Paulo e Paraná, além das unidades de fronteira Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, além de outros.

O debate, como se vê, é intrincado e os dois lados lançam argumentos ponderáveis. São frequentes os casos de acidentes com armas, por um lado, e é consenso que a marginalidade adquire as que usa no crime por meios ilícitos, seja por contrabando, seja por roubo ou desvio de instituições policiais ou militares.

Ambos os lados concordam, no entanto, que os índices de criminalidade se alimentam da intensa crise social nos aglomerados metropolitanos nacio-

nais, decorrentes da ausência de políticas apropriadas para o atendimento das necessidades da coletividade. Tanto que o senador Renan Calheiros, partidário, como o governador Antony Garotinho, da proibição total do comércio e porte de armas, reconhece que desarmar não extingue por si só a criminalidade.

Clamor e temor nacional

Nos governos federal e estaduais, no Parlamento, nas entidades especializadas, na sociedade, nas ruas, o problema da violência, um desafio nacional, é um debate permanente em que se mesclam responsabilidades públi-

cas, as preocupações do que lutam contra o crime organizado e pelos direitos humanos e, também, os que, como fabricantes ou vendedores, defendem a permanência do armamento indiscriminado.

No Senado, registram-se nas comissões debates acalorados e se sucedem as audiências públicas.

Na Câmara funcionam, além de Relações Exteriores e Defesa Nacional, duas comissões especiais, a que investiga o narcotráfico, com notáveis resultados no seu trabalho, e a da violência e segurança, que deve examinar em profundidade a situação no país e indicar políticas públicas e medidas concretas para enfrentar o problema.

Por exemplo: qual o papel do sistema educativo e dos meios de comunicação na proliferação do crime? As polícias civis e militares devem fundir-se? Deve ser criada uma Guarda Nacional? Qual a tarefa das Forças Armadas no combate ao crime organizado e os limites de sua intervenção? Como enfrentar o problema do contrabando, principalmente de origem paraguaia?

Não há dúvida de que todas essas iniciativas são impulsionadas pelo clamor nacional para que se enfrente decididamente o universo do crime.

Não só no Brasil, mas também no exterior, já se conceitua essa situação como uma guerra civil não-declarada, que é cada dia mais grave e extensa, em que estão em jogo, sobretudo a partir da crescente presença do narcotráfico, imensos interesses financeiros e na qual se empregam custosas armas de alta sofisticação técnica e poder de fogo. ■

É consenso que a marginalidade adquire por meios ilícitos as armas que usa no crime, seja por contrabando, seja por roubo ou desvio de instituições policiais ou militares. Os homicídios a bala em dez anos chegam a 410 mil, média superior a de guerras



Capa

Possuir armas não aumenta a segurança



Anthony Garotinho

O desarmamento da população representa inegável fator de aumento da segurança pública, pois a venda de armas é feita totalmente sem controle em nosso país, o que só reforça os arsenais do crime. Assim penso e considero estar de acordo com a opinião pública do meu estado. A campanha "Rio, abaixe essa arma", que mobilizou toda a cidadania, comprovou a atitude pacifista de nossa gente, que subscreveu aquele manifesto com mais de 1,2 milhão de assinaturas a favor da proibição total desses instrumentos letais. Aponto dois aspectos, que julgo básicos na proliferação de armas no país: primeiro, o esquema de contrabando oriundo do Paraguai; segundo, a falta de controle de vendas por parte dos fabricantes nacionais.

A questão paraguaia

Precisamos reconhecer que o governo brasileiro age com excessiva desatenção quanto ao perigo que representa a entrada no país de armamento contraban-

deado do Paraguai. É ilustrativo aqui citar o exemplo do governo norte-americano, a respeito da mesma situação. Em setembro de 1996, o Departamento de Estado suspendeu todas as licenças de exportação de revólveres, pistolas, rifles, componentes e munição para o Paraguai.

A medida foi tomada em resposta à preocupação quanto ao fluxo ilegal desses produtos de ataque, do Paraguai para outros países. Proibiu a emissão de novas licenças de venda até que o governo paraguaio implementasse um sistema apropriado de controle, a fim de frear exportações ilegais. Washington concluiu que o armamento vendido a Assunção atravessava as fronteiras clandestinamente e abastecia os criminosos no Brasil.

Até hoje, é verdade, o governo paraguaio se recusa a pôr em execução o plano conjunto de controle do fluxo desse material mortal, mas a preocupação norte-americana foi exemplar como atitude de governo. Em contraste, verificamos o descaso com que o tema vem sendo tratado pelo governo brasileiro, que deveria comportar-se como o principal interessado.

O controle interno

Mas nem só do tráfico paraguaio vive a facilidade de armamento para o crime no Brasil. É preciso reconhecer uma relação estreita entre a liberalidade de seu comércio interno e os índices de mortes provocadas com o emprego desse instrumento de ataque pessoal.

Do total de homicídios praticados no Brasil, em 88,3% dos casos há uso de armas de fogo. Nos Estados Unidos, outro país de legislação liberal no assunto, elas respondem por 69,7% dos homicídios. Os índices são bem menores, porém, naqueles países onde se limita a posse desse tipo de objeto letal: na Grã-Bretanha, homicídios por arma de fogo não passam de 9% e, no Japão, ficam em 4,5%. Verifica-se, pois, que a pura e simples liberação da utilização provoca imenso impacto da participação das armas de fogo no total de homicídios registrados, sem contar que leva ao crescimento desse tipo de crime de morte.

As fábricas nacionais vendem sua produção de forma leviana, irresponsável, e provocam assim danos irreparáveis à vida de milhares de famílias brasi-

“Do total de homicídios praticados no Brasil, em 88,3% dos casos há uso de armas de fogo... Os índices são bem menores, porém, naqueles países onde se limita a posse desse tipo de objeto letal”



leiras, todos os anos. A prova desta afirmação é que a maioria do armamento apreendido com criminosos mostra a venda irregular como origem, o que justifica, por si mesmo, atribuir a responsabilidade legal aos fabricantes. Sobre isto, aliás, já orientei a Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro a mover ações judiciais de responsabilização penal dessas fábricas e de seus responsáveis.

Sete princípios

Há sete princípios que reforçam nossa certeza da absoluta e urgente necessidade do desarmamento. São princípios claros, insofismáveis, que põem por terra as teses daqueles que, movidos por interesses particulares e até anti-sociais ou por equívoco, defendem uma pretensa liberdade de qualquer cidadão a adquirir e portar armas.

O primeiro princípio é o de que não pode existir um direito individual absoluto para alguém portar esses objetos de ataque. O segundo é que as armas de fogo provocam enorme custo social, em termos de vidas humanas - através de assassinatos, suicídios e acidentes - e de dispêndio de recursos públicos no aparato penal conseqüente, como confirmam as estatísticas. O terceiro princípio é que os lugares, onde há ampla disponibilidade desses instrumentos letais, apresentam taxas de homicídio superiores. O quarto indica que a simples presença de arma aumenta a possibilidade de qualquer discussão terminar de forma trágica.

O quinto princípio demonstra-se igualmente irrefutável: as armas de fogo são mais usadas para a prática de crime do que para a defesa de vítimas. O sexto

mostra que o possuidor de um instrumento desse corre maior risco de se envolver em acidente fatal do que uma pessoa que anda desarmada. E o sétimo princípio, também demonstrado por estatísticas, é que um possuidor de arma a usa, muitas vezes, para alvejar pessoas conhecidas, inclusive familiares, e, com mais freqüência, para vitimar mulheres.

Estes conceitos, validados pelos fatos e analisados pelos estudiosos do fenômeno da violência, confirmam que carecem de razão os que acham que todo ser humano nasce com o direito natural de possuir uma arma de fogo. Também falta razão aos que alegam que o número de crimes não justifica o controle, porque maior número de mortes ocorre, por exemplo, em acidentes de trânsito e que, nem por isso, se pensa em proibir a circulação de automóveis.

Quem argumenta dessa forma quer impor-se pelo absurdo. Não responde e foge à questão central de que à proliferação corresponde um aumento de riscos.

Dados estatísticos norte-americanos registram um milhão de mortes por armas de fogo no espaço de 50 anos, entre 1933 e 1982 - à média de 20 mil mortes a tiro anuais ou 54,6 por dia. Em 1995, chegou a 36 mil o número de mortes por armas de fogo naquele país. O custo social desse fenômeno macabro foi avaliado, em 1990, em 20,4 bilhões de dólares por ano.

Campeão mundial de homicídios a tiros, os Estados Unidos chegam a ter uma taxa de mortalidade até 19 vezes superior à dos outros 25 países mais ricos, segundo estudo do Center for Disease Control and Prevention. Não por acaso, aquele é o país onde há verdadeiro culto à posse de armas e onde se pratica a maior

liberalidade em seu comércio - 25% dos adultos são donos de uma ou mais armas. Torna-se clara, assim, a relação entre a facilidade de se armar e o aumento estatístico de mortes por tal meio.

Alguns recusam a evidência de que é a presença de uma arma que faz a ocorrência da maioria dos crimes. Afirmam estes que um revólver teria uma conotação neutra, pois o crime decorreria de uma tendência homicida de determinadas pessoas. Ora, se fosse verdade, estatísticas norte-americanas não indicariam que, em agressões intrafamiliares, a possibilidade de morte é 12 vezes maior, quando há presença de arma de fogo.

É preciso, igualmente, recusar a idéia de que, armado, o cidadão ordeiro estaria melhor defendido contra os marginais. De novo, as próprias estatísticas norte-americanas falam: dados de 1995 comprovam que, para cada cidadão ordeiro e armado que conseguiu defender-se de algum marginal que o ameaçava, houve 131 desses cidadãos eliminados a tiros. Pesquisa publicada no *New England Journal of Medicine* demonstrou que famílias possuidoras de alguma arma têm quase três vezes mais possibilidades de verem algum integrante assassinado. A conclusão, pois, é definitiva: possuir revólver, pistola, rifle, não aumenta a segurança de ninguém.

O Brasil deve copiar os bons e não os maus exemplos. Nossa legislação deve seguir a linha dos países que determinam restrições ao porte de armas. Neles as mortes por tiros são em menor número e a criminalidade é reduzida. ■

Anthony Garotinho é governador do estado do Rio de Janeiro

"O Brasil não pode continuar permitindo que armas sejam exportadas para o Paraguai e contrabandeadas de volta, e muito menos que sejam vendidas sem controle dentro do país"

130 parlamentares na disputa pelas prefeituras

Muitos parlamentares planejam entrar na corrida pelas prefeituras. Mais de 90 estão em campanha aberta e já se declararam pré-candidatos; alguns tentarão se eleger em cidades como São Paulo, Recife e Porto Alegre

Memélia Moreira

A partir de julho, cerca de 130 parlamentares, um número que ainda pode aumentar ou diminuir, vão deixar o Congresso para entrar na disputa pelas prefeituras municipais e, em poucos casos, vice-prefeituras. Destes, 93 já estão em plena campanha. O partido com o maior número de candidatos, proporcionalmente, é o PPS. Dos 13 deputados deste partido, dez querem administrar cidades do porte de Recife, onde o senador Carlos Wilson, que já exerceu o governo de Pernambuco, pretende assumir a prefeitura, formando bases para eleger seu candidato à presidência da República, Ciro Gomes. São Paulo também está na mira do PPS, onde o deputado Êmerson Kapaz, que deixou o PSDB no ano passado, já começou sua campanha e, caso não chegue ao segundo turno, não descarta possibilidade de alianças com o PSB ou o PT. Kapaz vai disputar a prefeitura da capital paulista com seus colegas Luíza Erundina, do PSB, e o jurista José Roberto Battochio, do PDT.

O PSDB quer concentrar suas candidaturas às capitais e cidades, e o PFL,

um dos três grandes partidos do Congresso, com mais de 90 deputados, está lançando 15 candidatos. Entre eles, o novo pefelista, Moroni Torgan, que pretende ocupar a prefeitura de Fortaleza, enquanto no PT chegam a 17 os candidatos congressistas, em diferentes estados. O PTB gaúcho tem como candidato Caio Riella, que quer ser prefeito de Uruguaiana. E, historicamente trabalhista, pretende o apoio do PDT em Uruguaiana e não descarta a possibilidade de uma aliança na disputa em Porto Alegre.

A ex-ministra Yeda Crusius, hoje deputada do PSDB gaúcho, vai entrar na disputa em Porto Alegre, onde enfrentará seu colega Alceu Collares, candidato do PDT e ex-governador do estado. O Partido Democrático Trabalhista está levando boa parte de seus candidatos às eleições municipais. O número maior de candidatos é no Rio de Janeiro, mas há também em São Paulo e Rio Grande do Sul.

Jandira Feghalli (RJ) e Inácio Arruda são os dois únicos candidatos do



Yeda Crusius: as capitais estão bem de finanças

PCdoB. Arruda entra no páreo pela prefeitura de Fortaleza e Jandira quer se tornar a primeira mulher prefeita do Rio de Janeiro. Vai enfrentar seus colegas Alexandre Cardoso, do PSB, e Airton Xerez, do PPS. E, possivelmente o deputado Bispo Rodrigues, do PL, o partido fundado pelo recentemente fale-

cido ex-deputado Álvaro Valle. Até agora, esta candidatura não foi formalizada. E o PPB vai levar até seu líder, Odelmo Leão (MG), para as urnas este ano, em Uberlândia.

Prioridades

Mesmo com discursos diferentes, as prioridades da campanha de cada um destes candidatos estão voltadas para o binômio saúde-educação. A política ambiental só foi citada por Caio Riella. Além da questão ecológica, Riella quer transformar Uruguaiana em pólo turístico e portal do Mercosul. A outra semelhança entre os candidatos congressistas é que todos eles pretendem redirecionar os gastos públicos, para sanear as finanças dos municípios. E a deputada Yeda Crusius garante que o saneamento das despesas é "o maior desafio para um político".

Um dos mais assíduos oradores da tribuna da Câmara, o deputado Dr. Hélio (PDT-SP), que é médico, pretende mudar as relações do Sistema Único de Saúde para atender melhor a população carente de Campinas. Com um ano de mandato, Dr. Hélio apresentou mais de cinco projetos de lei voltados para a política de Saúde brasileira.

A prática do orçamento participativo, arma do Partido dos Trabalhadores nas prefeituras que administra, é citada até pelo candidato Luciano Castro, do PFL, candidato à prefeitura de Boa Vista, capital de Roraima e que está em segundo lugar nas pesquisas.

Os candidatos que já estão em campanha destinaram verbas para os municípios nos quais concorrem. É o caso de Alísio Santos (PSDB-ES), candidato à prefeitura de Cariacica, que destinou R\$ 1,1 milhão para seu município, e Albérico Cordeiro, do PTB alagoano, que mandou a mesma quantia para Palmeira dos Índios, cidade que quer governar.

Cada um destes candidatos respondeu a duas perguntas de **cadernos**.

Uma sobre a questão das finanças e outra sobre as prioridades do governo. A seguir, as respostas:

JANDIRA FEGHALLI (PcdoB) - candidata à prefeitura do Rio de Janeiro

- **A situação dos municípios** - Os municípios estão falindo, não por falta de dinheiro, mas porque as autoridades estão comprometendo a aplicação de recursos para pagar o capital financeiro. O que precisa é mudar o projeto e destinar as verbas para execução de políticas sociais.

- **Prioridade de governo** - Ninguém está ouvindo o

discurso básico. Vou falar de História. Mostrar aos eleitores com quais pessoas vou trabalhar e trabalhar pela unidade da esquerda. Quero uma campanha do Rio Cidadão.

Campanha para recuperar a solidariedade, recuperar a relação das pessoas entre si, e entre o estado e a sociedade. São coisas simples a fazer. E levar os prefeitos a debater temas nacionais. Por exemplo, sobre o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), nenhum prefeito devia se omitir. Estão calados.

Também estão calados sobre a questão do desarmamento. Não abrem a boca. Quero mudar isso. Os prefeitos não têm se manifestado na questão política e devem atuar em todos os campos. Além disso, quero um governo à disposição da unidade das oposições.

Dr. HÉLIO - (PDT) candidato à prefeitura de Campinas

- **A situação dos municípios** - Já tenho antecedentes por ter disputado em 96.

Apresentei um programa de gover-



Jandira Feghalli: prioridade para as políticas sociais

no, cujo planejamento surgiu através de consulta à comunidade. Quero governar discutindo com a sociedade. Campinas involuiu, porque a pulsação administrativa não está sintonizada com o desenvolvimento econômico, industrial e universitário da cidade. Além disso, quero ver Campinas integrada a São Paulo, o interior de Minas Gerais e o Mercosul, enfim integrada ao desenvolvimento tecnológico.

- **Prioridade de governo** - Revitalização da economia local e, basicamente, a questão da saúde. Discutir uma política de saúde que possa atender, de fato, as comunidades carentes. Mudar as relações no atendimento, reforçar o Sistema Único de Saúde.

LUCIANO CASTRO (PFL) - candidato à prefeitura de Boa Vista

- **A situação dos municípios** - A situação da prefeitura de Boa Vista não é tão difícil. Temos poucas dívidas. Acredito que é possível fazer um bom trabalho. É sempre um desafio concorrer

para um cargo executivo, mas todo político que passa muito tempo longe de suas bases deve voltar. E esta é a oportunidade. Estou pronto para enfrentar os desafios de um governo.

- **Prioridade de governo** - Meu discurso será meu programa de governo. A prioridade acima de todas é a educação, o ensino fundamental. Esta é a célula de qualquer projeto. A escola deve ser um centro de irradiação, inclusive político. Quero reduzir o índice de analfabetismo e todos os programas sociais serão feitos a partir da escola. Estou em segundo lugar nas pesquisas e acho que vou ter apoio do governador.

YEDA CRUSIUS (PSDB) - candidata à prefeitura de Porto Alegre

- **A situação dos municípios** - Não existe falência nas prefeituras das capitais. Diferente de outros municípios, as capitais estão em boa situação, a não ser num caso de desastre total, como a prefeitura de São Paulo, onde o Celso Pitta promoveu a esbórnia. A de Porto



Nelson Pellegrino: Salvador para todos

Alegre é superavitária. E, para quem quer ser político, nada melhor do que finanças recompostas.

- **Prioridades de governo** - Quero dar ênfase à política urbana. Que a cidade seja transformada num pólo de serviços. Quero ver Porto Alegre como centro de convergência do Mercosul. Porto Alegre não cresce faz tempo, e quero mostrar que é possível fazer a cidade crescer.

NÉLSON PELLEGRINO (PT-BA) - candidato à prefeitura de Salvador

- **A situação dos municípios** - Os municípios não estão tão falidos. O que existe é uma má aplicação dos recursos. Estabelecendo-se políticas corretas, você pode melhorar a qualidade de vida da população. As prefeituras devem ser trincheiras de lutas contra estas políticas que não privilegiam o social.

- **Prioridades de governo** - Meu lema de campanha é "Salvador para todos".

Mais da metade de nossa cidade é de favelas. O atual prefeito governa só para a cidade formal. Então, o primeiro passo deve ser o resgate da dívida social.

Temos uma capital campeã de desempregos, mas ele combate o comércio informal.

Além disso, vamos nacionalizar as questões. Ou seja, vamos transformar os debates, as grandes questões de luta das oposições em lutas locais.

CAIO RIELLA (PTB) candidato à prefeitura de Uruguiana

- **A situação dos municípios** - Não há falência nas finanças dos municípios. O

que existe é má aplicação de recursos. Uma questão de gerência.

Deve-se trabalhar em cima da despesa e não, como vem acontecendo, em cima da receita. Há muitos desvios e é preciso trabalhar com transparência, eleger prioridades.

- **Prioridades de campanha** - Uruguiana é o portal de entrada do Brasil.

Somos getulistas, janguistas e bri-zolistas. Há 50 anos o município não tinha um deputado. O último foi Batista Luzardo.

Quero descentralizar. Voltar Uruguiana para o turismo. Hoje jogam lixo no rio Uruguai. Vamos mudar esta mentalidade. Vamos fomentar a agroindústria, trabalhar em parceria com o empresariado, enxugar a máquina administrativa, valorizando quem é concursado. Por enquanto, estou bem, com 45% das intenções de voto.

JOSÉ ANTONIO (PSB) - possível candidato à prefeitura de São Luís

- **A situação dos municípios** - O partido e boa parcela da sociedade me querem candidato, por isso estou examinando esta hipótese. Acredito que uma boa administração, ajustada aos recursos do orçamento, é fundamental para que os municípios sejam bem administrados. De forma geral, as capitais não enfrentam o problema de falência.

- **Prioridades de governo** - O PSB tem determinadas posições e modelos de governar, que estão sendo aplicados em Belo Horizonte, Maceió e Natal.

O orçamento participativo é um destes modelos. Dar ênfase ao aperfeiçoamento do atendimento de saúde, com a otimização do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando no aspecto preventivo.

A atual filosofia tem muitas distorções. A questão da Educação também está entre as minhas prioridades.

OS CANDIDATOS

PMDB

Alberto Mourão (SP) - Praia Grande
 Norberto Teixeira (GO) - Aparecida de Goiânia
 Marcelo Teixeira (CE) - Fortaleza
 Gustavo Fruet (PR) - Curitiba
 Elcione Barbalho (PA) - Belém*
 Maria Elvira (MG) - Belo Horizonte
 Antônio do Valle (MG) - Patos de Minas
 Carlos Dunga (PB) - Boqueirão
 Jorge Costa (PA) - Capanema
 Laire Rosado (RN) - Mossoró
 Renato Vianna (SC) - Blumenau
 César Schirmer (RS) - Santa Maria
 Edson Andrino (SC) - Florianópolis
 Jorge Tadeu Mudalen (SP) - Guarulhos
 José Priante (PA) - Belém*

PFL

Antonio Geraldo (PE) - Caruaru
 Ildfonso Cordeiro (AC) - Cruzeiro do Sul
 Jairo Carneiro (BA) - Feira de Santana*
 José Múcio Monteiro (PE) - Jaboatão dos Guararapes
 Luciano Castro (RR) - Boa Vista
 Moroni Torgan (CE) - Fortaleza
 Ney Lopes (RN) - Natal
 Paulo Gouvea (SC) - Blumenau
 Paulo Marinho (MA) - Caxias
 Raimundo Colombo (SC) - Lajes
 Toland Lavigne (BA) - Ilhéus
 Ronaldo Vasconcellos (MG) - Belo Horizonte*
 Vic Pires Franco (PA) - Belém
 Zezé Perrela (MG) - Belo Horizonte*
 José Ronaldo (BA) - Feira de Santana*

PSDB

Aloísio Santos (ES) - Cariacica
 Lino Rossi (MT) - Várzea Grande
 Raimundo de Matos (CE) - Maranguape

Badu Picanço (AP) - Macapá
 José Teles (SE) - Itabaiana
 João Castelo (MA) - São Luís
 Paulo Feijó (RJ) - Campos
 Clóvis Volpi (SP) - Ribeirão Pires
 Wellington Fagundes (MT) - Rondonópolis
 Ronaldo César Coelho (RJ) - Rio
 Sebastião Madeira (MA) - Imperatriz
 Luis Carlos Haully (PR) - Londrina
 Manoel Salviano (CE) - Juazeiro do Norte
 Pedro Canedo (GO) - Anapólis
 Yeda Crusius (RS) - Porto Alegre

PDT

Alceu Collares (RS) - Porto Alegre
 Eber Silva (RJ) - Campos
 Dr Hélio (SP) - Campinas
 Celso Jacob (RJ) - Três Rios
 José Roberto Battocchio (SP) - São Paulo
 Luis Eduardo (RJ) - Belford Roxo
 Miriam Reid (RJ) - Macaé

PCdoB

Jandira Feghalli (RJ) - Rio de Janeiro
 Inácio Arruda (CE) - Fortaleza

PT

José Machado (SP) - Piracicaba
 Angela Guadagnin - São José dos Campos
 Jacques Wagner (BA) - Camaçari
 Néelson Pellegrino (BA) - Salvador
 Antonio Palocci (SP) - Ribeirão Preto
 Telma de Souza (SP) - Santos
 Carlito Mers (SC) - Joinville
 Geraldo Simões (BA) - Itabuna
 Luis Mainardi (RS) - Bagé
 Pedro Wilson (GO) - Goiânia
 Dr Rosinha (PR) - Curitiba
 Wellington Dias (PI) - Teresina
 Waldecir Rodrigues (RS) - Santa Maria
 Fernando Marroni (RS) - Pelotas

Waldir Ganzer (PA) - Belém, ao cargo de vice-prefeito
 Ben Hur (MS) - Campo Grande
 João Magno (MG) - Ipatinga
 Maria do Carmo Lara (MG)
 Os deputados Marcelo Déda, de Sergipe, e Yara Bernardi, de São Paulo, respectivamente para Aracaju e Rio Claro

PPS

Carlos Wilson- senador (PE) - Recife
 Emerson Kapaz (SP) - São Paulo
 Edinho Araújo (SP) - S. José do Rio Preto
 Airton Xerez (RJ) - Rio de Janeiro
 Regis Cavalcanti (AL) - Maceió
 Pedro Eugênio (PE) - Olinda
 Paulo Hartung (ES) - Vitória
 Ivan Paixão e Airton Cascavel - a definir
 Márcio Bittar (AC) - Rio Branco

PTB

Albérico Cordeiro (AL) - Palmeira dos Índios
 Caio Riella (RS) - Uruguiana

PPB

Odelmo Leão (MG) - Uberlândia
 Pastor Amarildo (TO) - Palmas
 Celso Russomano (SP) - São Paulo
 Enivaldo Ribeiro (PB) - Campina Grande
 Telmo Kirst (RS) - Santa Cruz do Sul

PSB

Luiza Erundina (SP) - São Paulo
 Evandro Milhomem (AP) - Macapá
 José Antonio (MA) - São Luís
 Gonzaga Patriota (PE) - Petrolina
 Alexandre Cardoso (RJ) - Rio de Janeiro

PMN

João Caldas (AL) - Maceió



Com 31 anos de carreira, 25 discos e cds gravados, 16 Discos de Ouro, e o seu último cd *Pagode de Mesa*, entre os dez mais vendidos no Brasil atualmente, a grande sambista reafirma o seu amor à Mangueira e ao Brasil e faz uma reflexão a respeito das dificuldades para se fazer samba num país cujo mercado está dominado pelas gravadoras transnacionais

Sérgio Meireles

MADRINHA DO PAGODE, DIVA DOS TERREIROS, RAINHA DO SAMBA. Estes títulos são provas incontestáveis de que a carioca e botafoguense Beth Carvalho é a sambista de maior prestígio e popularidade no país. Mas essa consagração, segundo a cantora, deve ser creditada, em grande parte, a Clementina de Jesus, responsável pela sua decisão de entregar-se, de corpo e alma, ao samba. Para chegar ao topo das 1.800 colinas que escalou ao longo de seus 31 anos de carreira, Beth bebeu de várias fontes da MPB (a começar do violão de João Gilberto), se entregou à Mangueira, sua maior paixão, ao pagode de terreiro, comeu muito do feijão da Vicentina, gravou grandes mestres como Cartola e Nelson Cavaquinho, revelou uma leva considerável de músicos e compositores, muitos deles até então confinados no anonimato dos subúrbios do Rio.

Afinal, nessa trajetória que lhe deu uma invejável projeção internacional ao se apresentar em diversas cidades do mundo, tendo a carreira musical incluída no currículo escolar da Faculdade de Música de Kyoto, no Japão, estão contabilizados 25 discos/cds gravados, seis Prêmios Sharp, 16 Discos de Ouro, nove de Plantina, centenas de troféus e diversas premiações. O seu último cd, *Pagode de Mesa*, gravado em agosto, já está entre os dez mais vendidos no Brasil. Fiel ao lema de que "todo artista tem que ir onde o povo está", a cantora encara o samba como "uma corrente de energia que nos alimenta e fortalece, que nos explica e nos define. É a van-

Beth Carvalho

A guerreira indomável do samba

guarda, é revolucionário, é a crônica do dia-a-dia de um povo, é a representatividade maior do nosso país".

Em entrevista à **cadernos do terceiro mundo**, em sua casa na Joatinga, um dos bairros mais pitorescos do Rio de Janeiro, decorada, entre outros trabalhos, com quadros de Che Guevara e do compositor Guilherme de Brito, Beth diz que a febre do neopagode, do axé, do funk-rap não tem força para destronar o samba raiz, cujo gueto se fortalece cada vez mais. Declara sua admiração por Cuba e Fidel Castro, a quem condecorou, e relembra a emoção ímpar que sentiu ao cantar, em 1988, em Portugal, para 300 mil pessoas, o Hino da Revolução dos Cravos. "Foi o maior público da minha vida, o equivalente a mais de dois Maracanãs lotados. Enquanto cantava, todos acendiam seus isqueiros, numa confraternização política inesquecível". Revela, com exclusividade, que ainda este ano pretende gravar um cd com músicas revolucionárias latino-americanas. Do Brasil, *Apesar de você*, de Chico Buarque, deve ser a escolhida. Com a palavra, a madrinha...

Como a música, especialmente o samba, entrou em sua vida e você na vida do samba?

Beth - A música esteve sempre muito presente em minha vida, na minha família. Minha avó, Maria da Ressurreição Leal de Carvalho, tocava bandolim, violão. Jornalista, revolucionária, fazia teatro em sua casa com as

filhas e foi a primeira mulher a usar maiô em Terezina, no Piauí. Minha mãe, Nair, curti música erudita. Desde cedo eu ouvia tudo, Cinderela, Gata Borralheira, Branca de Neve, sabia todos os diálogos e canções. Fiz balé clássico e fui primeira bailarina. Meu pai, João Francisco, bacharel em Direito, era um homem moderno, de um bom gosto incrível. Ouvia Dorival Caymmi, Noel Rosa, Silvio Caldas, Araci de Almeida, Elizeth Cardoso. Foi ele, quando estava na Alfândega, em Santos, depois de trazer todos os onze irmãos para o Rio, empregados, que me apresentou o disco do João Gilberto, em 78 rotações, recomendando que eu escutasse com atenção.

O João Gilberto foi seu passaporte para a bossa nova?

Beth - A partir do João comecei a tocar violão. Cheguei a viver durante muito tempo dando aula de violão para uns 40 alunos, porque em 1964 meu pai foi cassado e nossa vida caiu de padrão. Essas aulas, em Ipanema, me sustentaram por muito tempo. O João Gilberto foi fundamental nesse contato com a bossa nova. Sempre tive uma relação muito forte com autores, compositores, músicos. Comecei a cantar nas reuniões de violão, em apartamentos da Zona Sul, onde fazia sucesso. Na época frequentava as casas do Marcos Vale, Tom Jobim, Dory Caymmi, Roberto Menescal. O Menescal me repassou muitos alunos de sua Academia de Violão. Faço parte de

uma geração pós-Nara Leão. A Nara era a musa da bossa nova. Eu acompanhei a elaboração da consagrada *Garota de Ipanema* que, inicialmente chamava-se *Morena Sol de Ipanema*.

Qual a primeira música que você gravou?

Beth - Por quem morreu de amor, um samba-canção belíssimo do Menescal e do Ronaldo Bôscoli. No outro lado desse compacto simples gravei *Namorinho*, de Mário de Castro e Athayde. Já naquela época eu lançava compositores pois esses dois eram inéditos. Essa primeira gravação minha tem uma história interessante. Fui levada por um amigo ao Flávio Cavalcanti, produtor e apresentador do programa de televisão de maior audiência na época, o *Noite de Gala*. Mesmo sendo politicamente oposta ao Flávio, lacerdista fanático, fui à sua casa, cantei música de protesto, cantei o *Subdesenvolvido* e ele, por incrível que pareça, me adorou. Fiz, então, o *Noite de Gala* com um vestido emprestado. Com meu violão cantei *Por quem morreu de amor* e *Namorinho*. Os diretores da RCA, Paulo Rocco e o Humberto Reis, me viram na TV e convidaram-me para gravar, com Menescal no violão e arranjo de Eumir Deodato, que era um maldito no país e hoje é um Deus lá fora. Em 67, com o Música Nossa, gravei *Viola enluarada*, do Marcos e Sérgio Paulo Vale, e *Contraste*, do Edmundo Souto. *Viola enluarada* chegou no momento certo. Era u-



“Minha mãe me levava para a Rio Branco e eu adorava aquele carnaval dos blocos, o Cacique de Ramos, o Bafo da Onça, ver os palhacinhos. Ficávamos na Americana, na Cinelândia, vendo aqueles travestis, era tudo fascinante”

ma canção bonita, tiramos o terceiro lugar e hoje, passados 33 anos, é a música mais cantada nas rodas de violão da garotada de 15, 16 anos. A gente só perdeu para o *Pra não dizer que não falei de flores* (Caminhando), do Geraldo Vandré, e para o *Sabiá*, do Chico Buarque e Tom Jobim.

Não foi nessa época, de efervescência política, mas com a censura com a tesoura na mão, que começaram os festivais da MPB?

Beth - Exato. Em 67 eu cantei num festival universitário, no auditório onde é hoje a TVE, o samba *Meu tamborim*, do César Costa Filho e Paulo Monteiro de Souza. Fiquei em terceiro lugar. Aí comecei a ser a pé quente dos festivais. Todo mundo queria que eu gravasse a fitinha para mandar para os festivais. Tinha facilidade para aprender a música, sabia tocar violão. Todo mundo me dava composições para gravar na casa do Karan, um cara apaixonado por música. Ele deve ter hoje um acervo importantíssimo de fitas históricas de todos nós. Foi lá que eu vi o Milton Nascimento sentado num banquinho esperando para gravar nada menos que *Travessia*, *Morro velho* e *Maria minha fé*. E todas as músicas que eu gravava eram classificadas. Tinha muitas composições para escolher. Até uma de minha autoria em parceria com Paulinho Tapajós, *Guerra de um poeta*, também foi classificada mas eu não sou

boba nem nada e escolhi *Andança*, título do meu primeiro lp, que estorou. Quando cantei essa música já era contratada de gravadora, a Odeon.

Sabiá e Caminhando provocaram uma guerra ideológica de público. Uns achavam que a música do Vandré merecia ganhar por ter sido um hino de protesto contra o regime político opressor da época enquanto Sabiá era mais lírica, exaltava a natureza, deixando nas entre linhas o canto à liberdade. Esta é também a sua análise?

Beth - Embora *Caminhando* tenha sido uma marcha que o povo brasileiro precisava no momento, *Sabiá* sobressaiu-se por ser uma obra-prima, a canção do exílio. É a música dos exilados, porque esse pássaro só existe no Brasil. Vou voltar, sei que ainda vou voltar, para o meu lugar, é lá, é ainda lá que eu hei de ouvir cantar um sabiá, vou deitar à sombra de uma palmeira, que já não há (Beth canta). Pelo amor de Deus, é deslumbrante. Essa conotação política da canção do Chico e do Tom não foi percebida e, por causa da censura, não teve o alcance maior que merecia. Aí entendi porque o Tom e o Chico estavam fazendo uma música tão forte, diferente de uma simples exaltação à natureza.

Quando a sua ligação com a Mangueira virou um cordão umbilical, algo emblemático em sua vida?

Beth - Desde criança eu sou ligada ao samba, ao carnaval; cheguei a aprender cerca de 80 músicas por ano. Minha mãe me levava para a Rio Branco e eu adorava aquele carnaval dos blocos, o Cacique de Ramos, o Bafo da Onça, ver os palhacinhos. Ficávamos na Americana, na Cinelândia, vendo aqueles travestis, era tudo fascinante. Passava um cara tocando um surdo, outro um pandeiro, cuíca, tamborim ou coisa do gênero e eu não resistia. Ia atrás, era carnavalesca mesmo. Até que vi a Mangueira passar, em cima de um caixote. Amor à primeira vista. Passei a conviver de corpo e alma com a escola a partir de 71, quando comecei a desfilar.

A sua postura política foi sempre ir onde o povo está. Isso já lhe custou algum tipo de perseguição, boicote por parte do governo ou gravadoras?

Beth - Vivíamos, sobretudo no período que vai de 64 ao início dos anos 70, um clima de censura acirrada. O Teatro Opinião, foco de resistência cultural, era um alvo fácil de ser alcançado caso resolvessem concretizar algum atentado. Falávamos muito por metáforas, por símbolos, porque podia ter a qualquer momento por perto, ou mesmo na nossa mesa de bar, um dedo duro, com um discurso parecido com o da gente. Tínhamos o maior cuidado para conversar, no Degrau, um dos bares que freqüentei muito. Uma ressalva: embora freqüentadora precose da noite, nunca fui muito da birita.

Por falar no Teatro Opinião, não poderia deixar de mencionar o compositor maranhense João do Vale, de quem me tornei muito amiga a partir da roda de samba que freqüentava no teatro, junto com Nelson Cavaquinho e outros ambistas. Conversávamos muito na Adega Pérola, onde nos reuníamos, todas as segundas-feiras, depois da roda. Considero o João um gênio que saiu de Pedreiras, no interior do Maranhão, como ajudante de caminhão e, depois, pedreiro, para se consagrar nacional-

mente com Carcará, uma raridade dentro das músicas de protesto. Sinto saudades do João.

Existe alguém, em especial, que marcou sua trajetória musical?

Beth - No show Rosa de Ouro, ex-Teatro Jovem, eu vi a Clementina de Jesus pela primeira vez. Estava sendo lançada juntamente com o Paulinho da Viola pelo Hermínio Belo de Carvalho. Quando eu vi a Clementina eu me decidi definitivamente pelo samba. Entendi tanto ela, me comovi tanto com essa deusa negra do samba de raiz que, a partir dali, fiz meu voto de amor eterno ao samba. A Clementina foi fundamental na minha vida.

O fascínio pelos negros é antigo, até porque tenho uma negritude em mim, essa é que é a verdade. Meu ídolo na infância era o Blecaute. O sonho meu era tirar uma foto com o Blecaute com ele vestido de General da Banda. E acabei tirando. Ele era o General da Banda e percorria os bailes de carnaval tirando fotos com as crianças. Eu ficava fascinada com essa figuraça. Uma das músicas que mais me marcou na infância foi o bolero *Angelitos negros*, que fala "pintor que pinta as igrejas porque não pinta os anjos negros".

A bossa nova, com todo o respeito, era uma ode à Zona Sul, uma coisa que eu vivenciei porque eu morei em Ipanema, Leblon, conheço o pôr-do-sol do Arpoador, mas ela ficou elitizada, apesar de ter vindo do samba. Ela simplificou o ritmo do samba, sofisticou a harmonia e a letra, falando de assuntos que não são os que o sambista mais tradicional fala.

Como você resolveu esse conflito que a deixava com um pé no samba e outro na bossa nova?

Beth - A bossa nova era uma realidade minha mas não me bastava. Nas reuniões de bossa nova eu cantava samba-enredo, Nelson Cavaquinho, Zé Keti, e algumas pessoas faziam até cara

"Quando eu vi a Clementina eu me decidi definitivamente pelo samba. Entendi tanto ela, me comovi tanto com essa deusa negra do samba de raiz que, a partir dali, fiz meu voto de amor eterno ao samba"



feia. Chico Buarque não foi aceito inicialmente, eu me lembro disso. Eu me apaixonei pelo Chico no momento que o ouvi. Eu chegava nas reuniões, cantava Chico e as pessoas faziam cara feia. Não era considerado um bom melodista porque fazia harmonias mais simples, imagine! As músicas de protesto, que eu também cantava, eram consideradas secundárias pela turma mais sectária da bossa nova. Tanto que o Carlinhos Lira, tremendo compositor, quando começou a fazer *Subdesenvolvido*, neguinho também fez cara feia. Esse elitismo não tinha nada a ver comigo.

Aí o samba falou mais alto...

Beth - Eu gostava da beleza do que os compositores da bossa nova faziam mas também gostava da emoção que jorrava do samba. Para mim, o samba é a vanguarda, é revolucionário, é a crônica do dia-a-dia de um povo, é a representatividade maior do nosso país. Você não pode chegar lá fora e não cantar um samba, senão você não está representando o Brasil. O forró, o baião, que têm uma importância grande no Brasil, não podem competir com o samba. O samba sempre foi marginalizado. Quando abracei o samba para valer, a Odeon, que é uma multinacional, reagiu à idéia e eu fui em 72, para a Tape Car, uma gravadora brasileira localizada num depósito da Avenida Brasil. Lá recebi um convite irrecusável, com direito a nove passagens aé-

reas por ano para a Europa. Gravei, então, o disco de samba *Canto por um Novo Dia*, que estorou com *Folhas secas*, de Nelson Cavaquinho.

Você é a intérprete que mais gravou os autores da Velha Guarda da Portela. Carlos Elias, Monarco e Noca são alguns deles. Como é seu relacionamento com as outras escolas, considerando que a Beth Carvalho representa uma das referências mais respeitadas da matriz genuína do samba?

Beth - A minha relação com a Portela começou em 1966, quando fiz um show chamado *A hora e a vez do samba*, no Teatro Jovem, na Praia de Botafogo. Era eu, Antônio Houais, que dizia uns textos, e o trio ABC. Passei a frequentar os ensaios da escola, fiz muito show lá e, posso dizer, comi demais aquele feijão da Vicentina. O primeiro compositor da Portela que gravei foi o Carlos Elias. A música foi *Carnaval*, dele e de Nelson Lins e Barros. Depois foi Monarco e hoje sou a cantora que mais gravou Noca. No meu disco *Nos Botequins da Vida*, de 1997, gravei o primeiro samba enredo da Portela, *Lá vem ela chorando*, de Benedito Lacerda e Alvarenga. Neste mesmo disco tem *Saco de feijão*, que se tornou um verdadeiro hino em todo o país. Agora, no meu novo cd *Pagode de Mesa*, a Velha Guarda da Portela participa cantando em duas faixas: *Depois de Madureira*, belíssima composição de Mauro Diniz e O



“Acho que o Ciep é uma saída inadiável para a educação do país. Um povo sem educação não vai para frente nunca. O Ciep é a idéia mais linda e funcional que eu conheço para garantir a promoção social”

quintandeiro, de Monarco e Paulo da Portela. Gravei mais de 30 sambas dos autores da Portela.

Com toda essa dedicação à Portela, seu compromisso histórico com a Mangueira não chegou a ser afetado em momento algum?

Beth - A Velha Guarda da Mangueira também está no meu novo disco, assim como o Cacique de Ramos, minha outra paixão, além dos novos compositores que, com certeza, chegaram para ficar. O samba, antes de tudo, é uma grande corrente. Agora, quero deixar claro que a Mangueira está em primeiro lugar no meu coração. Não é à toa que já gravei 56 sambas da escola. Acontece que os sambistas da Portela, como Monarco, Argemiro, Casquinha e Manacéa ficaram mais conhecidos porque o Paulinho da Viola os levou para o disco.

Por falar em Mangueira, lá funciona com sucesso um Centro Integrado de Ensino Público (Ciep). Os Cieps, ponto alto do governo Leonel Brizola, devem ser expandidos nacionalmente?

Beth - Não tenho dúvidas. Acho que o Ciep é uma saída inadiável para a educação do país. Um povo sem educação não vai para frente nunca. E o Ciep é a idéia mais linda e funcional que eu conheço para garantir a promoção social. Me mostrem outro programa. Esses centros educacionais foram concebidos

para atender gratuitamente todas as crianças em idade escolar. A educação tem que ser gratuita. No mundo inteiro é assim, por que também não é no Brasil? O Sambódromo é um mundo de Cieps que se transforma numa bela festa de carnaval. O Ciep da Mangueira foi tão elogiado que até o presidente Clinton foi conhecê-lo. Os Cieps de Niterói funcionam bem mas, no Rio e em outras partes do estado, os governos que sucederam Brizola acabaram marginalizando esses centros educacionais, desfigurando-os. É uma pena.

*O país, nos últimos anos, vive a febre do neopagode, do axé, do funk-
rap, impulsionada por um forte esquema mercadológico que tomou conta da mídia. De que forma essa usina musical febril está afetando a MPB, principalmente o samba?*

Beth - Com toda essa onda, o samba de raiz está voltando fortemente. Hoje, tenho uma renovação de público assustadora. Mesmo com essa febre, a juventude tem mostrado que gosta de samba e sabe escolher o bom samba. Recentemente fui a um *work show*, no Méier e autografei dez cavaquinhos, todos pertencentes a garotos de 15, 16, 18 anos. Eu reciclei meu público sem forçar nenhuma barra, sem fazer música dirigida para A, B ou C. Acho que o rap, o funk exercem um papel que o samba deixou de exercer. Explico: sempre teve o samba de protesto, mas, por força de

uma campanha subliminar desencadeada na época da Redentora, de que cantar música de protesto era cafona, essa campanha, aliada à censura, inibiram a produção do samba nessa linha de protesto político. Do samba e de outros gêneros musicais. Mas a América Latina, em peso, resistiu e continuou a compor músicas de protesto até hoje.

Não existe mais hoje o sossego de antigamente, quando compositores do calibre de Noel, Pixinguinha, Cartola, Moreira da Silva retratavam o lado malandro e romântico do Rio. A transformação do morro e do subúrbio num campo de guerra pelo tráfico de drogas e armas está forçando o samba a mudar sua temática e migrar para outras áreas?

Beth - Essa é uma questão que merece um estudo mais aprofundado. Os funqueiros encontraram uma forma de falar do cotidiano, da injustiça, dos problemas do povo, utilizando a linguagem da denúncia, da afronta. O sambista nunca deixou de denunciar mas só que ele é capaz de dizer algo comovente ou contundente com elegância, romantismo e de maneira doce. Vejam o Zé Ketí, quando diz “podem me prender, podem me bater, podem até deixar-me sem comer, que eu não mudo de opinião, daqui do morro em não saio não”. São melódicos e, independentemente da transformação social do morro, são ágeis e conseguem adaptar-se a novas situações para darem continuidade ao seu trabalho.

Um dos traços marcantes da sua história é o seu faro e sua sensibilidade para resgatar velhos compositores, como foi o caso do Nelson Cavaquinho, e revelar novos artistas como o grupo Fundo de Quintal, Zeca Pagodinho, Arlindo Cruz, Jorge Aragão, entre outros. Essa é a grande façanha para perpetuar a corrente do samba?

Beth - O meu tesão, a minha fé na música, e a riqueza de talentos existentes no país caminham juntos. Toda hora

“Devo gravar ainda este ano, provavelmente num estúdio de Cuba. Pela infra-estrutura que oferece o estúdio do Sílvio Rodrigues e pela base musical daquele país, Cuba é ideal para produzir esse trabalho”



estou revelando pessoas. Além desses nomes mencionados, posso citar os autores Beto Sem Braço, Sombrinha, Marquinho PQD, Luis Carlos da Vila, Franco, músicos como Carlinhos Sete Cordas, Marcelinho Moreira, pianista Leandro Braga, Vitor do Trombone, Ovídio. Agora na minha banda tem a veterana Zenilda (As Gatas), os novatos Fred do Salgueiro, de 22 anos, que toca pra caramba, Bianca Calcagni, Rodrigo Carvalho e ainda minha sobrinha Luciana e minha filha Luana.

A globalização, que ameaça as identidades dos povos, é uma ameaça à "cadência bonita" do samba?

Beth - O samba é visceral. *O samba agoniza mas não morre*, do Néelson Sargento, que eu gravei em 1978, mostra essa resistência. O samba parece bolsa de valores; às vezes está em alta, às vezes está em baixa. Eu e a Clara Nunes rompemos nos anos 70 com a barreira de que mulher não vendia samba, não vendia disco. Já em 68, quando gravei *Andança*, nós vendemos 30 mil cópias. Em 70, quando resolvi encarar mesmo a carreira com o disco *Canto por Seu Novo Dia* e no ano seguinte quando gravei *Prá seu governo*, que estorou com 1.800 colinas (subi mais de 1.800 colinas...), despertamos a mídia para o fenômeno da mulher vendendo disco. Nesse disco é que peguei o povão. A Internet tem o poder de globalizar, mas essa velocidade de se comunicar com mundo não vai destruir os guetos do samba, que são grandes e coesos. Um desses guetos está em São Paulo, onde está plantado um dos mercados mais fortes e do qual participo com grande aceitação de público.

E o seu último trabalho, o *Pagode de Mesa*?

Beth - Considero o melhor disco da minha carreira por ser o mais maduro. Já está entre os dez discos mais vendidos no país. Nele, ao vivo, trouxe toda a minha vivência de pagode. Pagode é uma reunião de sambistas, é a celebra-

ção, uma forma íntima de se chamar o samba. A gente diz canta um pagode aí em vez de dizer canta um samba aí. Não vamos confundir com pagode, em chinês, que é uma casa de oração, um templo. No nordeste, pagode é o forró.

O cd é maravilhoso porque são nove músicas inéditas e nove regravações com repertório que inclui *Acreditar*, *Quitandei*, *Argumento*. É um bom resumo do que vivenciei estes anos todos e onde continuo revelando novos compositores como Xande de Pilares e Mauro Júnior, um novo reduto do samba no Rio, Arranco do Engenho de Dentro. Tem participações do Zeca Pagodinho que canta comigo *Ainda é tempo pra ser feliz*, do Almir Guineto, *Meu sangue é Brasil*, samba extremamente político, bem aquilo que o povo está querendo há muito tempo (é preciso achar doutor, pra curar doença valente, a corrupção lesa a nação em todas as frentes, até pé no chão já tem avião com a grana da gente...

Você tem uma música especial, aquela que terá sempre um lugar cativo no coração. Uma música que, caso não gravasse, a sua obra seria incompleta?

Beth - Tenho muitas. Mas existe uma, que eu ainda não gravei mas ainda vou gravar que é *Carinhoso*. No réveillon deste ano, no Leme, eu cantei essa música e foi inacreditável, uma loucura. Eu conheço, como pesquisadora, o trabalho de muitos compositores, e isso abre um leque grande para selecionar novas gravações.

Qual a sensação de ter entregue o título de Cidadão Honorário da cidade a Fidel Castro? Como é a sua relação musical com Cuba?

Beth - Foi uma honra entregar esse título ao Fidel, um líder político que merece o respeito de todos que lutam por uma vida mais justa e digna. Sou meio embaixatriz de Cuba aqui no Brasil. Todo cubano que vem ao Brasil acaba chegando em minha casa. Uma amiga minha que morou em Cuba há dez anos hospedou recentemente um grande compositor cubano, Augusto Blanca, que esteve em minha casa no natal, onde rolou o maior pagode, lá embaixo, perto das árvores. O pagode só terminou às nove e meia da manhã do dia 26. O samba tem uma relação com a árvore. As árvores estão sempre abençoando as escolas. A Mangueira tem a mangueira; o Salgueiro tem o salgueiro; a Portela tem a jaqueira; o Cacique de Ramos, a tamarineira; o pagode da tia Doca tem a amendoeira.

A sua frase "meu coração é mangueirense mas minha alma é brasileira" define a sua paixão pelo samba. É preciso muito fôlego para converter em trabalho essa paixão?

Beth - Haja fôlego, porque convivemos com multinacional o tempo todo. As gravadoras são multinacionais. Fazer o que é genuíno, o que é brasileiro dentro de uma multinacional no seu país que é entreguista é muito complicado. Esta é que é a luta mais árdua. É muito



“Sou favorável à volta dos festivais. A maioria dos cantores e compositores é remanescente dos festivais. Elis Regina, Edu Lobo, Milton Nascimento, Chico Buarque, Caetano, Gil, Gal, Dory Caymmi são alguns deles”

difícil fazer o que eu faço e que outros fazem com essa lisura toda, trabalhando com multinacionais.

Enquanto estamos fazendo o disco é uma delícia, ninguém se mete no repertório, tenho essa liberdade. O que vem depois disso é terrível; é um trabalho pelo qual deveríamos ganhar salário e uniforme porque, no fundo, somos funcionários das gravadoras, sem remuneração. Ficamos com a menor parte do *royalties*, mas somos nós que trabalhamos, divulgamos e eles ficam com a parte do Leão.

Como a Igreja católica reagiu à capa do seu novo cd, uma grande mesa de samba, exibindo atrás um painel inspirado na obra A última ceia, de Leonardo da Vinci, com o Cartola substituindo Jesus Cristo, ao centro, e outros sambistas renomados tomando o lugar dos apóstolos?

Beth - Como ia fazer Pagode de Mesa - eu na mesa com os músicos, achei legal que o cenário fosse essa ceia, essa celebração na capa.

A Igreja católica teve dúvidas em relação à montagem do cenário com Cartola sendo colocado no lugar de Cristo. Esse quintal de pagode montado na gravadora Universal não era nada pejorativo, e nem teve o objetivo de chocar a Igreja.

Só que, para os sambistas de raiz, Cartola não deixa de ser um mestre, um Deus do samba.

Você defende a volta dos festivais como forma de democratizar a produção musical no país?

Beth - Sou totalmente favorável à volta dos festivais. Se você for analisar, a maioria dos cantores e compositores é remanescente dos festivais. Elis Regina, Edu Lobo, Milton Nascimento, Chico Buarque, Caetano, Gil, Gal, Dory Caymmi são alguns deles. Querem ressuscitar os festivais. Só não pode é ter jogo de interesses por trás dessa idéia, privilegiando uma determinada editora, coisas assim.

O samba mudou?

Beth - Mudou. Em 77 cheguei ao Cacique de Ramos, que é um bloco carnavalesco mas que tinha um pagode rolando numa mesa retangular. Encontrei ali um grupo com fundo de quintal amador e uma instrumentação que eu não tinha visto com frequência no samba: o tan-tan, o repique de mão e o banjo. Cheguei lá levada pelo Alcir do Vasco. O bloco estava morto naquele momento. Fiquei encantada com aquela afinação; o Aimir Guineto criou o banjo com afinação de cavaquinho e com o braço mais curto; o Sereno, que é do Fundo de Quintal, criou a forma de tocar o tan-tan e o Birani o repique de mão. Jorge Aragão criou uma forma de puxada no violão combinando com aquilo tudo. Fiquei fascinada. Passei um ano, toda as quartas-feiras, frequentando o Cacique. Com isso gravei *Vou festejar*, samba de carnaval, e *Marcando bobeira*, usando es-

sa nova forma de tocar. Eles não tinham nem carteira da Ordem dos Músicos. Com essa turma revolucionei o som do samba. O disco *Pé no Chão* é todo Cacique. Gravei *Agoniza mais não morre*, do Nelson Sargento nesse disco.

Entre seus sucessos está o Coisinha do pai, que a tornou, fato inusitado no mundo, uma sambista interplanetária, já que a música foi programada pela engenheira brasileira, Jacqueline Lyra, da Nasa, para despertar o robô enviado ao planeta Marte. Como foi essa odisséia no espaço?

Beth - O *Coisinha*, do Jorge Aragão, Guineto e Luis Carlos, é genial, porque tem o poder de comunicação. O Jorge Aragão teve uma família e fez essa música que tem a simplicidade e a beleza do amor de um pai pela filha. Cheguei a oferecer essa música para o Martinho, que tinha a sua cara, mas ele não gravou.

Você continua sendo o porto seguro onde deságua o samba gerado pelos pesos pesados da MPB. É difícil carregar essa bandeira?

Beth - É uma bandeira árdua mas dá prazer porque dá bons resultados. Quando eu vejo a juventude na minha platéia, como estou vendo de uns tampos para cá, constato que essa é a maior prova de que estou no bom caminho. É assim que preciso seguir.

Qual o seu próximo passo?

Beth - Devo gravar ainda este ano, provavelmente num estúdio de Cuba, do Sílvio Rodrigues, músicas revolucionárias só com compositores e intérpretes latino-americanos. Na minha seleção vão entrar Violeta Parra, do Chile, Pablo Milanez, de Cuba, e Mercedes Sosa, da Argentina. Do Brasil eu acho que a escolhida será *Apesar de você*, do Chico Buarque, ou de um sambista de raiz. Cuba é ideal para produzir esse trabalho pela infra-estrutura que oferece o estúdio do Sílvio Rodrigues e pela base musical daquele país. ■

O manual dos 500

Historiador resgata através de documentos os principais fatos da história brasileira

Cristiano Dias

Boa parte dos 500 anos da história brasileira foi detalhada pelo historiador Ivan Alves Filho que esmiuçou em seu *Brasil 500 anos em documentos* (Editora Mauad) os principais acontecimentos documentados da história do país. O livro apresenta mais de 300 documentos, dos quais 93 na íntegra, que cobrem um período que vai da *Carta de Caminha* ao *impeachment* de Collor, seguindo sempre uma ordem cronológica. "Um sobrevôo à História do Brasil", segundo o próprio autor.

O trabalho de Ivan é mais do que uma simples descrição e estudo de documentos históricos. Cada documento tem uma apresentação particularizada, com a fonte onde é encontrado e com notas explicativas e referências a outros documentos de caráter secundário. "Na *Carta de Caminha*", explica o autor, "há uma introdução histórica seguida da publicação da carta na íntegra, com mais de 50 notas explicativas". Em seguida, é situado o autor em sua época e finalmente são apresentadas as referências.

Em toda a obra são mais de 3.100 referências que vão desde livros a teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos na imprensa, peças de teatro e filmes. O livro tem um grande valor enquanto fonte primária, mas a área de interesse, de acordo com o autor, não é restrita a historiadores. "É um manual para todos que se interessarem pela história do Brasil". Para Ivan, um bom

exemplo do vasto campo de interesse é a diversidade dos assuntos documentados. "Tem de tudo, de documentos jurídicos, como a Lei Áurea, até culturais, como o Manifesto da Poesia Pau-Brasil, que sintetizou as idéias da Semana de Arte Moderna de 1922", afirma.

Ivan vai além dos fatos históricos e resgata alguns acontecimentos marcantes, como o primeiro manifesto feminista brasileiro, assinado por 100 mulheres, na pequena cidade de Brejo da Areia, na Paraíba, no ano de 1823. "É um documento surpreendente pelo fato de se tratar de um manifesto feminista, reivindicando a participação política das mulheres, há quase 200 anos", diz.

O debate sobre a interiorização da capital federal também está presente, como mostra um discurso de José Bonifácio, de 1823, na Assembléia Constituinte. "Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do Império no interior do Brasil", declarou o Patriarca da Independência. "Esta capital pode se chamar Petrópole ou Brasília", diz o documento, mostrando que, se a mudança de fato só viria no século seguinte, ao menos o nome já estava escolhido.

Conclusões

Foram 15 anos de uma pesquisa que fluiu lenta, paralela a outros trabalhos, mas que começou a tomar corpo em 1990, quando a idéia passou a ser levada a sério. Através do exame dos documentos, Ivan vê duas tendên-

cias na formação da nacionalidade brasileira.

"No Brasil houve colonialismo sem colonização e, depois, colonização sem colonialismo", declara. Ele explica que, durante o período colonial, não houve uma política de colonização no país e a ocupação humana aconteceu em faixas setoriais e sem direcionamento. O paradoxo acontece após a independência, quando a imigração proporciona uma ocupação do campo e das cidades, ajudando na formação de uma classe operária brasileira. "Aí pode-se dizer que não havia mais colonialismo, mas já se tinha colonização", destaca.

Outro aspecto mencionado por Ivan é a força da negociação como alavanca para as principais mudanças de direção histórica no Brasil. "Tivemos sempre uma sociedade civil reduzida, sem forças para provocar um processo revolucionário que quebrasse o aparelho de Estado. Por outro lado, também não houve a conciliação que muitos historiadores anunciam", afirma.

Ivan ilustra com três exemplos, documentados no livro, como a sociedade civil negociou com a elite importantes mudanças de rumo no país. Primeiro, a independência, materializada no livro pelo célebre Manifesto do Fico. "A sociedade civil cerca o aparelho de Estado e Portugal vai embora do país. Existiram confrontos isolados, mas o poder nacional já estava assegurado", lembra. Depois, a Lei Áurea, quando a sociedade civil pressiona o governo e a elite acaba negociando a abolição da escravidão. "Mudou a estrutura política do país sem que a sociedade civil tivesse destruído o Estado". Por último, ele cita o fim da ditadura como afirmação dessa peculiaridade social. "A ditadura foi derrotada mas não derrubada. Quem tomou o poder pelas armas saiu pela porta dos fundos. É um processo muito rico porque mais difícil que derrubar o aparelho de Estado é ganhar a sociedade civil. É aí que se consolida a democracia". ■



Construções antigas, ruas de paralelepípedos e gente acolhedora fazem da capital maranhense uma das cidades mais atraentes do Brasil, confirmando a sua vocação para o turismo

Quinhentos franceses

Edouard Bailby¹

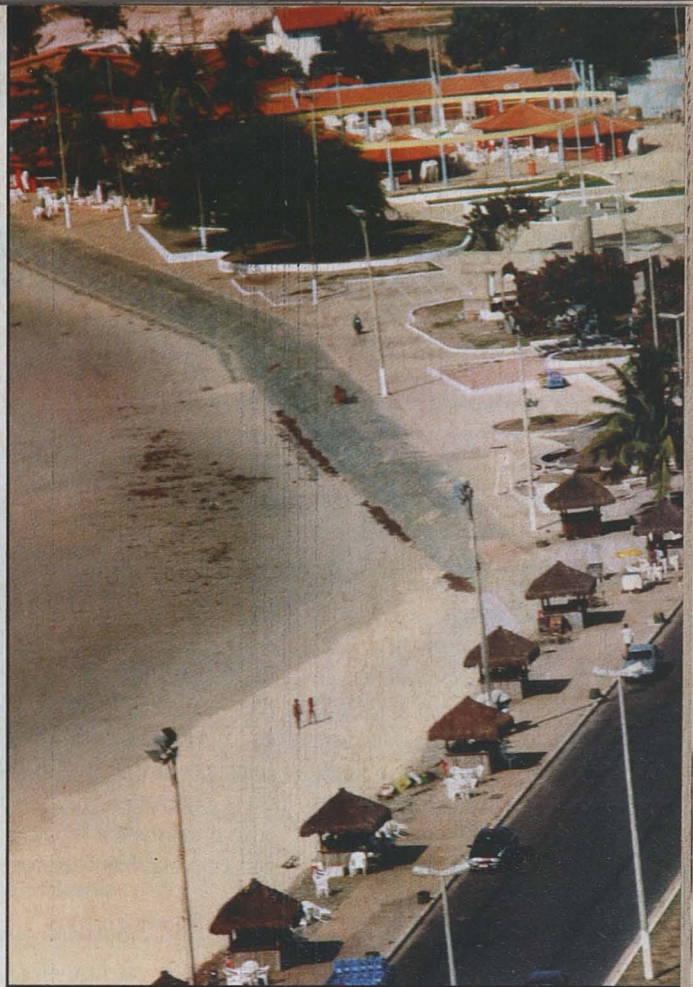
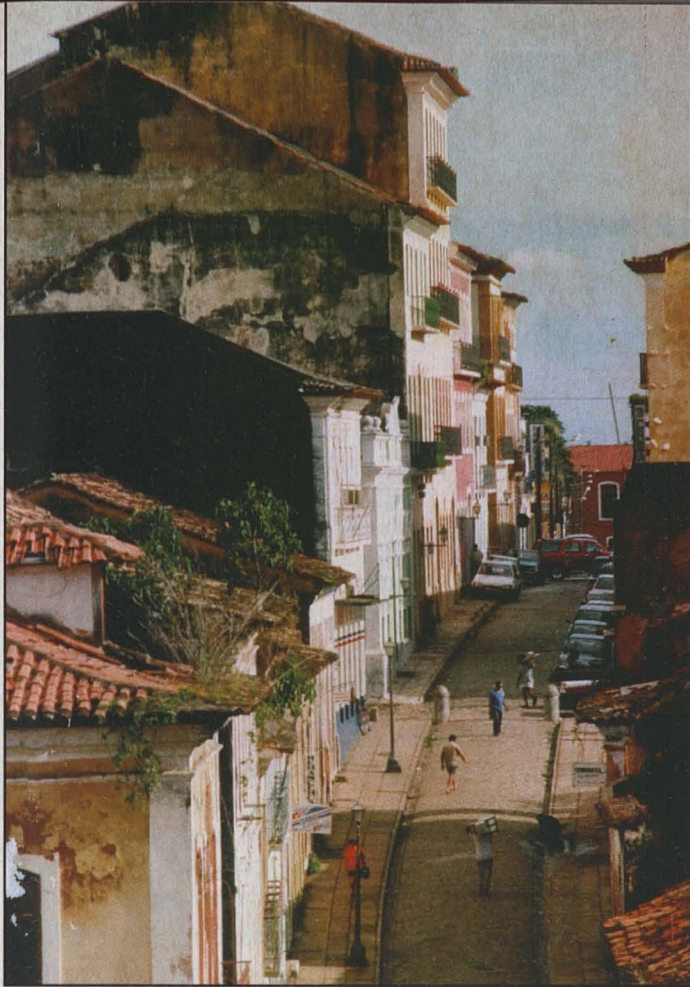
OS TURISTAS FRANCESES que vêm ao Brasil costumam visitar, em oito ou dez dias Salvador, Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu e, às vezes, Manaus. Nada conhecem do resto do país.

A Companhia Francesa de Navegação, com sede em Paris, convidou-me a participar de dois cruzeiros marítimos para dar conferências sobre o Brasil, a bordo do *Mermoz*. Fizemos escalas nos principais portos do litoral, desde Paranaguá até Belém do Pará.

São Luís do Maranhão foi a grande surpresa dos 500 turistas que viajavam no transatlântico mais prestigiado da França. Durante o passeio a pé que fizemos pelo centro da cidade, todos ficaram maravilhados com as construções antigas, as ruas de paralelepípedos e, sobretudo, a atmosfera acolhedora. "Curioso, repetiam, aqui nos sentimos mais perto da população do que em outras cidades brasileiras". Por que seria? A topografia de São Luís, o jeito especial do maranhense, a ausência de visitantes estrangeiros? Difícil responder, porque em Salvador a acolhida dos baianos também foi generosa. Graças a um guia mais experimentado com os

estrangeiros, um grupo de passageiros do *Mermoz* teve a sorte de visitar o Museu do Bumba-meu-Boi em cima da hora. Os elogios foram unânimes. "Além de ser interessantíssimo, é muito bem organizado, com textos explicativos de qualidade", observou um professor da Universidade de Estrasburgo.

Há algum tempo, assisti em Paris a uma conferência de imprensa, na qual estiveram presentes empresários franceses, para apresentar as belezas naturais e históricas desse pedaço do Brasil, insistindo sobre as possibilidades de investimentos no turismo e na indústria. Fotografias, vídeos, fitas de música regional e documentos foram oferecidos aos pre-



em São Luís

A beleza arquitetônica do centro histórico da capital maranhense, com seus característicos sobrados de azulejos, se complementa com as praias paradisíacas da ilha de São Luís



sentes que ficaram encantados. Não sei em que deu essa iniciativa, mas, aparentemente, São Luís continua fora dos circuitos tradicionais dos turistas franceses. É uma pena. Além do encanto da capital do Maranhão e das praias do litoral, Alcântara é uma jóia dos tempos coloniais, que tem tudo para empolgar os visitantes ávidos de história e cultura. Por que não imaginar, por outro lado, uma viagem de trem até a Serra dos Carajás? Turismo implica imaginação e organização. ■

Edouard Bailby, destacado jornalista francês, viveu muitos anos no Brasil. Atualmente é correspondente de cadernos em Paris

Empresários questionam desnacionalização

Ao transferir para transnacionais volumes crescentes do capital acumulado durante décadas por empresários, trabalhadores e o Estado, o Brasil empobreceu a si mesmo e ainda promoveu a ampliação do já insuportável passivo externo

As últimas operações de financiamento de empresas multinacionais pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram uma espécie de gota d'água: fez transbordar a impaciência e a revolta de núcleos mais lúcidos do empresariado industrial paulista. As primeiras reações ao modelo neoliberal radical se manifestaram através de denúncias discretas e pressões de bastidores, disso resultando a criação do Ministério do Desenvolvimento. Na verdade, esse Ministério nasceu esvaziado de funções e de poder, por influência dos tecnocratas neoliberais radicais liderados pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e aos quais FHC continua devendo obediência incondicional.

Erro

Hoje, a polêmica em torno de desenvolvimento *versus* estabilidade e da desnacionalização da indústria continua acentuando as divisões na equipe econômica.

Ao eleger o capital estrangeiro como o grande fator de crescimento do país e pôr em prática uma política econômica dependente desse capital, Fernando Henrique Cardoso não levou em conta a qualidade da destinação dos recursos externos que passaram a ingressar no país

a partir do começo do seu primeiro mandato. Quer dizer: não distinguiu investimentos criadores de novas riquezas de aplicações meramente especulativas e de "investimentos" diretos na compra de ativos físicos brasileiros - riquezas produzidas pelo povo e transferidas a preços vis para empresas transnacionais.

Massacre

Os primeiros efeitos da supervalorização do real - durante dois anos o dólar valeu o máximo de 99 centavos de real - e das altas taxas de juros foram a falência de incontáveis empresas de capital privado brasileiro e o aumento do desemprego.

Devido à perversidade da política cambial, aquelas que produziam para a comercializa-

ção externa viram reduzir-se as suas receitas de exportações; na frente interna, exportadoras ou não, todas as empresas nacionais foram vítimas de desigual competição dos produtos estrangeiros, que invadiram o mercado interno e eram vendidos a preços incompatíveis com os custos de produção dos produtos brasileiros. Para completar, as elevadas taxas de juros asseguravam altas remunerações às aplicações de volumosos recursos externos especulativos, mas inibiam os investimentos produtivos das empresas nacionais.

Quando a equipe econômica se apercebeu dos riscos potenciais de debandada dos capitais especulativos, mesmo antes das crises na Ásia, passou a dar maior ênfase às privatizações - incorporando as telecomunicações e a Vale do Rio Doce (entre outras jóias da

coroa) ao Programa Nacional de Desestatização - e aos apelos à entrada dos chamados "capitais de risco" (investimentos diretos).

Esses capitais vieram, de fato, não para aumentar a riqueza do Brasil, mas para reduzir os espaços geoeconômicos antes ocupados pelas empresas brasileiras, através da compra de estatais e de empresas privadas de capital nacional, industriais e financeiras.

Expropriação

Assim, foram transferidos às transnacionais volumes crescentes de poupança real e financeira do país, capital acumulado em mais de sete décadas de esforços dos empresários, dos trabalhadores e do Estado brasileiros. Ingressamos, portanto, numa fase de empobrecimento.

De um lado, reduziu-se o patrimônio em poder do povo; de outro, ampliou-se a dívida, que os credores esperam que paguemos com o que sobra de nossos mais importantes ativos.

Tem mais: insatisfeitas com a expropriação, as transnacionais impõem o uso de grandes fatias da nossa poupança compulsória e do produto de empréstimos para que lhes financiemos a compra de novas estatais e a instalação, em alguns estados, de subsidiárias de indústrias de países do Grupo dos Sete, como Ford e AES.



Os industriais brasileiros começam a estralar, o que amplia o grande debate nacional em curso a respeito dos rumos da economia e sobre o destino do país

Expectativas cercam a postura do BNDES

É significativo que o secretário de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Hélio Mattar, tenha denunciado os perigos de uma segunda onda de desnacionalizações. A primeira onda, destacou Hélio Mattar, destruiu várias empresas de capital nacional e forçou muitas outras a cederem seu controle ao capital estrangeiro. Ele citou diversos setores nos quais sucumbiram várias empresas brasileiras, entre eles o têxtil e os de autopeças, financeiro, elétrico, petroquímico, siderúrgico, telecomunicações e supermercados. O risco maior de desnacionalização é a transferência para o exterior do poder de decisão de investir, advertiu o secretário.

Este é o pano de fundo em que se projetam as novas ações do BNDES na indústria petroquímica e as parcerias com o capital privado nacional, em Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), por intermédio



Leilão: primeira onda de desnacionalização

de sua subsidiária BNDESPar (BNDES Participações). A nova orientação para as ações do banco implicará a substituição de vários dos seus atuais diretores por pessoas mais afinadas com o compromisso de apoio

Os equívocos da política trabalhista

O governo reagiu com crítica ao duro discurso do presidente norte-americano, Bill Clinton, em Davos, prometendo lutar pela inclusão de cláusulas sociais em acordos comerciais, para que os países em desenvolvimento aproximem suas políticas trabalhistas, sociais e salariais dos padrões vigentes no Primeiro Mundo. Essas palavras foram pronunciadas no exato momento em que FHC insiste em suprimir o cumprimento obrigatório do artigo sete da Constituição Federal (que dispõe sobre o pagamento do décimo-terceiro salário, licença-maternidade, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), multa de 40% sobre o FGTS nos casos de demissões sem justa causa por iniciativa patronal, férias remuneradas e um terço das férias), em nome da chamada "flexibilização das leis trabalhistas" e na ilusão de que as empresas terão re-

duzidos os seus custos para investirem mais na produção e ampliar no futuro a oferta de empregos.

A compressão da massa de salários no Brasil ao longo dos últimos quatro anos já ultrapassou os 40%, por efeito não apenas dos elevados níveis de desemprego, mas também devido à redução dos salários dos empregados com carteira assinada que continuam trabalhando. Isto sem falar na inflação do período. Só em novembro de 1999, a renda média real do trabalhador paulista ocupado, por exemplo, caiu 1,8% em relação ao mês anterior, atingindo o seu menor valor - 848 reais contra 909.

Em todo o ano de 1999, a queda geral foi de 6,7%. Recente pesquisa Dieese/Seade mostrou que o poder de compra dos 10% situados na base da pirâmide experimentou uma diminuição de 12,6% no período (de 174

da instituição ao desenvolvimento do país, baseado no capital nacional. A expectativa é que o BNDES retome o papel de banco de fomento e abra caminhos para que o capital nacional assumira a liderança do processo de desenvolvimento em uma nova fase.

Há empresários que vêem estes sinais de mudanças com reservas, notadamente os mais prejudicados pelo modelo neoliberal radical. O empresário Einar Kok reagiu assim, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, edição de 19 de janeiro último: "A impressão é que o governo está acordando do sonho da globalização total. A maior parte do setor de bens de capital foi entregue a grupos estrangeiros". Mário Bernardini, também dirigente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por sua vez, observou: "Os excessos começam a ser corrigidos. O governo, finalmente, fez as contas e viu quanto vai custar a desnacionalização (...), percebeu que exagerou na abertura e na transferência de grupos empresariais. Mas fica para trás a tese de que o mercado resolve tudo sozinho. Feito o estrago, vão tentar salvar o que pode ser salvo, dando condições a grupos nacionais que ainda têm condições de sobreviver."



Clinton: contra a concorrência da mão de obra barata dos países dominados pelo neoliberalismo

reais para 152); os 10% do vértice tiveram redução de 4,4% em suas rendas (passando de 1.957 mil reais, em dezembro de 1998, para 1.870 mil reais em novembro do ano passado).

Os estragos da dívida interna

Um dos pontos de estrangulamento da economia brasileira continua localizado na dívida interna, que aprisiona a poupança doméstica e remete as taxas de juros a patamares estratosféricos, desencorajando os investimentos no setor produtivo.

O problema, aliás, continuará muito distante de solução, a se confirmarem projeções do Banco Central (BC) para o aumento dessa dívida até 2010. São previsões que reduzem o otimismo até mesmo dos mais confiantes nas ações do governo.

Trilhão

Nos próximos 10 anos, segundo o BC, a dívida quase duplicará, partindo de 574 bilhões de reais no final deste ano para alcançar o pico de 1,003 trilhão de reais em dezembro de 2010.

Difícil acreditar que o mercado se satisfaça com a taxa de juros de 9% ao ano, de 2002 a 2010, como remuneração dos títulos, cujos montantes evoluirão de 554 bilhões de reais - registrados em 1999 - para 600 bilhões até 2003; 700 bilhões de 2004 a 2006; 800 bilhões em 2007 e 2008; e 900 bilhões em 2009, para alcançar o patamar de 1,003 trilhão de reais em 2010.

Não se sabe, ainda, em que variáveis o BC se baseia para projetar uma inflação declinante, de 20%, em 1999, para 2% a partir de 2002, e nesse nível se manter até o final da próxima década. A previsão para a taxa de câmbio é de 1 dólar igual a 2,03 reais, estável a partir dos próximos quatro ou cinco anos.

Tais hipóteses só poderão se confirmar se o governo decidir pelo alongamento do perfil da dívida. Não se trata de simples rolagem anual, mas de ampliação dos prazos de resgate para 30, 40, 50, 60 anos - de forma a depender cada vez menos das imposições do mercado para definir as taxas de juros básicas em níveis mais civilizados.

A Bélgica e a Itália são dois exemplos de dívidas internas de valores muito superiores a 100% dos respectivos PIBs, mas nem por isso ostentam taxas altas de inflação, nem vêem inibidos os investimentos da poupança doméstica no setor produtivo. Na Itália, a inflação foi de 1,6% em 1999.

Sempre déficit

Outro ponto de estrangulamento - não apenas do crescimento, mas da própria economia - é a dívida externa, antes contraída (anos 70, por exemplo) para investimentos que promoveram o desenvolvimento e, nos

últimos cinco anos, ampliada simplesmente para fechar o balanço de pagamentos, uma vez que a equipe econômica, em função da abertura, vem estimulando sucessivos déficits na conta de mercadorias e na conta corrente, cobertos com o recurso à conta de capital. Quer dizer, com mais emissões de dívidas.

No fim do ano passado, por inspiração do governo, a mídia festejou os 29,976 bilhões de dólares do "investimento estrangeiro direto" no país, como o define a equipe econômica. Bastaria para cobrir o déficit de 25 bilhões de dólares na conta corrente do balanço de pagamentos. Mesmo assim, fechadas as contas externas de 1999, restou saldo negativo de 6 bilhões de dólares no balanço de pagamentos.

Embora menor que o de 1998 (33 bilhões de dólares), o déficit em conta corrente de 99 evoluiu de 4,33% para 4,39% do PIB - uma queda do PIB medido em dólares de 28%, de 776 bilhões de dólares para 555 bilhões.

Num cenário de crise social, caracterizada pelo elevado desemprego, as projeções do Banco Central impedem qualquer margem de otimismo



Os chamados "investimentos estrangeiros diretos", portanto, em nada contribuíram para o aumento da riqueza do país. Ao contrário, absorveram boa fatia das riquezas resultantes do esforço interno de poupança investida no desenvolvimento, ocasionando a redução do patrimônio nacional.

Estagnação

É hora de questionar a destinação desses recursos, pois mais de 80% do total, em 1999, entraram para novas operações de compras de empresas privadas e de economia mista: mais desnacionalizações. Estão incorporadas a esses ingressos prestações pela venda de estatais em anos anteriores, como as do Sistema Telebrás e de setores que não produzem para exportação e que vão onerar mais ainda o balanço de pagamentos com remessas de lucros, juros, dividendos etc.

Em 2000, a expectativa otimista é de que o déficit em conta corrente, no mínimo, será igual ao de 1999, já que a receita proveniente de novas desnacionalizações não ultrapassará os 4 bilhões de dólares, segundo prognósticos do governo, devido a dificuldades que deverá encontrar na privatização das demais unidades do setor hidrelétrico. Mas não se esperam grandes progressos na conta de mercadorias, cujo déficit chegou a 1,3 bilhão de dólares em 1999. Ainda que se consiga um superávit, este será pouco significativo, a menos que se restrinjam drasticamente as importações e a resposta das exportações à desvalorização cambial seja reforçada pela capacidade de competição dos produtos brasileiros e pela ampliação da demanda externa.

Brasil - 1999

Indicadores

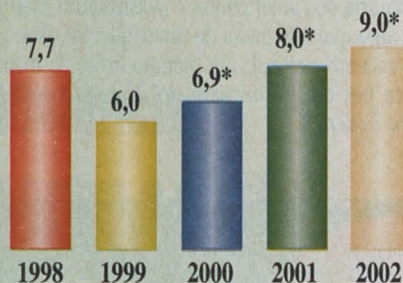
Em US\$ bilhões

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO	555 (28% menor que em 98)
DÍVIDA PÚBLICA	350
DÍVIDA EXTERNA	280
RESERVAS CAMBIAIS (DEZEMBRO)	24
DÉFICIT COMERCIAL	1.3
BALANÇO DE PAGAMENTOS	-6,0

Em %

IPCA	85,30 (1994-1999)
INFLAÇÃO	19,98 (IGPI-DI)
TAXA DE JUROS	19,00 aa.
DESEMPREGO	9,85
CRESCIMENTO	0,4

Remessas de Lucros (em US\$ bilhões)

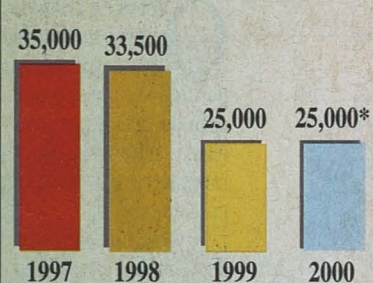


*Projeções da SORET

Investimentos estrangeiros diretos (em US\$ bilhões)



Balanço de pagamentos C/C (em US\$ bilhões)



*Previsão do Banco Central

Péssimos serviços

Com o Programa Nacional de Desestatização (PND) e a transferência de ativos reais e financeiros para empresas estrangeiras, além da perda de poder econômico e de decisão, quebraram-se os elos importantes da corrente do desenvolvimento tecnológico. O BNDES contabilizou 72 bilhões de dólares como receita total das privatizações feitas no período de 1991 a 1999 e 18 bilhões a título de transferências de dívidas do conjunto das empresas vendidas. Do montante apurado, o BNDES não desagregou o total em "moedas podres", tam-

pouco quanto muitas das empresas tinham em caixa.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por exemplo, saiu praticamente de graça para os seus atuais donos, pois, ao ser privatizada, tinha em caixa 150 milhões de dólares, mais de 80 milhões em matérias-primas e 120 milhões em semi-acabados e outras receitas potenciais.

A transferência de dívidas, alegada como vantagem para o país, não passa de falácia. A dívida do Sistema Telebrás era a ninheria de 2 bilhões de dólares, se compara-

da ao ativo total e até mesmo ao lucro anual da empresa - 5 bilhões de dólares. Este lucro era pouco menos da quinta parte da receita produzida pela privatização.

Fatiado o Sistema Telebrás, o governo pulverizou-o entre empresas tecnologicamente atrasadas em sua maioria, daí o péssimo serviço de que os usuários somos vítimas indefesas. Em suma, o Brasil perdeu precioso e rentável patrimônio e o povo passou a amargar um serviço de péssima qualidade.

A Telebrás deixou saudade. Seus serviços eram muito bons, e o governo e a mídia mentiram ao povo para justificarem mais este crime contra a Nação.



Elián junto às avós materna e paterna. O menino cubano continua a ser alvo de uma batalha judicial para decidir seu futuro

Cuba

O seqüestro de Elián

O tema da criança cubana Elián, que se salvou milagrosamente do naufrágio de um barco que levava imigrantes ilegais de Cuba para os Estados Unidos tendo então perdido sua mãe, e que está retido em Miami, continua na ordem do dia. É um caso que, de acordo com as leis internacionais, e na própria lógica diplomática e jurídica, poderia ter sido rapidamente solucionado, com a devolução do garoto ao seu país de origem.

Ocorreu que os fanáticos líderes da comunidade de exilados cubanos em Miami em desrespeito a todas as leis e praxes que regem casos semelhantes em todas as partes do mundo converteram a situação de Elián em um tema político, em mais um esforço de hostilizar o regime cubano e o seu líder, Fidel Castro.

O governo norte-americano, através do seu Serviço Nacional de Imigração deu pronta solução à controvérsia criada, definindo que Elián fosse restituído a Cuba, à guarda legítima do seu pai, Juan Miguel González, porteiro de um hotel em Varadero e que tem reclamado por todos os meios a volta de seu filho à sua pátria. A própria secretária norte-americana de Justiça, Janet Reno, tem atuado corretamente em favor de uma solução justa desse caso. Recentemente, referindo-se às chicanas jurídicas e políticas para adiar o retorno de Elián, declarou ela: "A política deve ser deixada de lado por todas as partes envolvidas na disputa pelo destino de Elián. É importante que as pessoas de boa vontade cheguem a um acordo e trabalhem para apressar o trâmite da lei o mais rápido possível, para levar o menino para casa e para o pai".

Um pedido de asilo em favor de Elián, apenas uma manobra protelatória forjada em Miami, foi repelida explicitamente pelo Serviço de Imigração dos Estados Unidos. A porta-voz dessa repartição, a mais diretamente ligada ao caso, Maria Cardona, declarou: "A única pessoa que poderia solicitar asilo de Elián é o seu pai. E este já deixou bem claro que não tem a menor inten-

ção de preencher esse pedido". A outra manobra, uma proposta no Congresso, para que se conceda a Elián a cidadania norte-americana, recebeu a desaprovação do governo e ainda não encontrou condições de avançar.

Nos Estados Unidos, apesar da campanha de alguns meios de comunicação contra a volta de Elián a seu país, a maioria da população, ouvida em pesquisas, é a favor do retorno. É a mesma a posição de muitos países. Além do Vaticano, a França, a Espanha, a Rússia e muitos outros manifestaram seu apoio à volta do garoto a Cuba.

Quero deixar aqui nosso indignado protesto pela procrastinação da solução desse problema e concitar as autoridades norte-americanas inclusive o presidente Clinton, que já se manifestou a favor do retorno de Elián à sua pátria, a liquidar o mais urgente com essa novela que já é um desafio à legalidade internacional e uma vergonha para os Estados Unidos.

Por fim quero deixar inscrito nos anais desta Casa um notável, oportuno e absolutamente lógico artigo do jornalista Luiz Weis, recentemente publicado de *O Estado de S. Paulo*, com o título "O seqüestro de Elián".

Weis não é um partidário de Fidel Castro, mas um jornalista independente que, seguramente, expressa os sentimentos dos que, em nosso país, conhecem o caso, e protestam contra a intenção de reter Elián em Miami, o que não é outra coisa senão um seqüestro.

E destaco aqui a frase final desse irretorquível artigo: "A menos que faça cumprir a lei e devolva Elián a Cuba - como quer, por sinal, a maioria dos americanos -, Washington estará sendo cúmplice de algo que não passa de um seqüestro. Não é Fidel Castro quem está em causa. É um menino órfão de mãe, e um pai que chora por ele". (Discurso do deputado Neiva Moreira na Câmara Federal)



Ao celebrar um ano de governo, o presidente venezuelano Hugo Chávez foi à catedral de Caracas e cumprimentou o arcebispo da cidade, monsenhor Mario Moronta. Chávez se disse satisfeito por ter alcançado sua meta de dar ao país uma nova Constituição



Ricardo Lagos, presidente eleito do Chile

Chile

Boa projeção econômica

O primeiro ano de governo de Ricardo Lagos, que assumirá a presidência do Chile em 11 de março, se caracterizará por uma forte recuperação da produção, com uma inflação moderada, crescimento da taxa de emprego e estabilidade do dólar, segundo a análise de economistas. A maioria dos peritos coincide em que, após a queda do Produto Interno Bruto (PIB) em um por cento, em 1999, este ano a atividade econômica crescerá em torno de seis por cento, colocando-se entre as mais rápidas recuperações da América Latina.

Em 1999, o Chile viveu uma depressão econômica, devido ao ajuste feito em consequência da crise financeira internacional, que resultou em um desemprego de mais de onze por cento (caiu para dez por cento no final do ano.) Esta situação elevou a inflação a 2,3 por cento. Um dos fatores mais positivos das projeções dos economistas para este ano é o baixo índice inflacionário.

A recuperação econômica possibilitará, igualmente, uma recuperação da taxa de emprego, ainda segundo as previsões. Estima-se que, até o final do ano 2000, o desemprego será de 7,7 por cento. Como consequência da recuperação, as importações e a balança comercial chegarão a uma situação de equilíbrio ou, mais ainda, poderá se chegar a um superávit de 500 milhões de dólares.

Lagos ganhou as eleições presidenciais em 16 de janeiro, derrotando o seu adversário, o candidato da direita União pelo Chile, Joaquín Lavín. Caso a anunciada recuperação econômica se concretize, com a queda do desemprego, a coalizão de centro-esquerda poderá enfrentar em boas condições as eleições municipais previstas para outubro.

Caribe

Violência

contra a mulher

A violência contra as mulheres e as meninas nos países do Caribe continua aumentando, apesar de os governos e organizações não-governamentais terem tomado consciência do problema, adotando medidas punitivas. Em Trinidad e Tobago, o Parlamento aprovou uma lei sobre violência doméstica, mas as agressões contra mulheres e crianças, incluindo homicídios, são a cada dia mais corriqueiras. No ano passado, por exemplo, 83 por cento das pessoas mortas, como resultado da violência doméstica, eram mulheres.

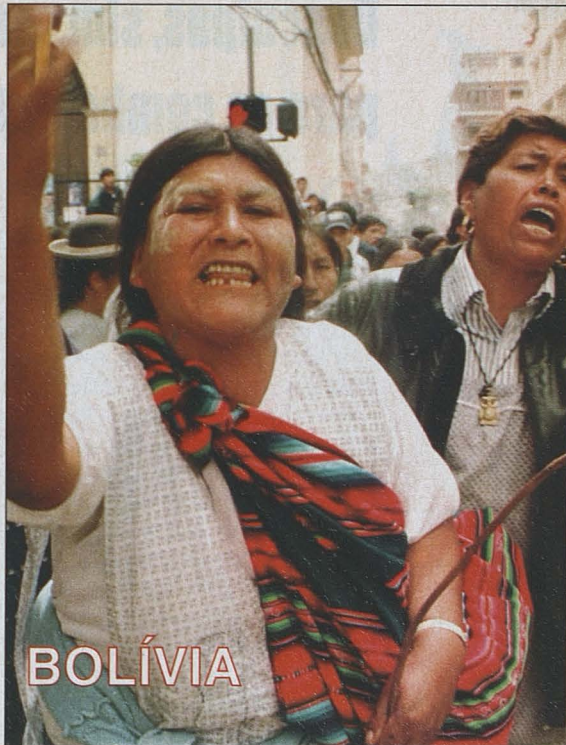
Na mais recente Conferência Ministerial Caribenha sobre a Mulher, o representante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) afirmou que, durante a década passada, "a violência contra as mulheres atraiu mais a atenção da ação governamental e não-governamental do que qualquer outra questão".

As conclusões da reunião indicaram

que para atacar a violência a resposta política não basta, e que seus efeitos parecem aumentar, "mesmo que a ação governamental e não-governamental seja mais efetiva do que nunca".

Em 1999, a maioria dos estados caribenhos pôs em vigor ou apresentou a seus respectivos parlamentos leis contra a violência doméstica e os delitos sexuais. Em Antígua e Barbuda, o Congresso aprovou uma lei contra este tipo de delito. A medida pune como crime o fato de o marido obrigar a esposa a manter relações sexuais sem o seu consentimento. Em relação ao assédio sexual, só Bahamas e Belize contam com leis a respeito. Além da reforma da legislação, os governos caribenhos têm dado apoio e refúgio para mulheres e crianças agredidos, incluindo telefones especiais e assistência com equipes policiais especializadas.

A maioria dos centros de atendimento para mulheres e crianças maltratadas são dirigidos por organizações não-governamentais, que também produzem programas radiofônicos, organizam debates públicos e realizam vigílias de protesto. Contudo, apesar de todas essas iniciativas, as agressões de todo tipo contra as mulheres da região continuam a aumentar.



BOLÍVIA

Bolivianos e bolivianas saíram às ruas para protestar contra a administração do presidente Hugo Banzer Suárez, que pretende aumentar em 20% as tarifas de consumo de água potável na cidade de Cochabamba, na região central do país

Haiti

Menos ajuda

Vários doadores suspenderam a ajuda externa para o Haiti, porque este país não conseguiu consolidar sua infra-estrutura política, informou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 1998, o Haiti recebeu da comunidade internacional 356 milhões de dólares de ajuda, soma bem menor do que a recebida quatro anos antes. O fato de não ter nomeado um primeiro-ministro nem ter estabelecido um novo Parlamento teve, como conseqüência, uma crise política que durou de junho de 1998 a março de 1999, o que desanimou a comunidade internacional e diminuiu a ajuda, segundo o informe do PNUD.

De fato, o dinheiro doado para a ajuda ao desenvolvimento em 1998 foi substancialmente menor do que os créditos obtidos nos anos que se seguiram ao regresso ao poder do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide. Entre 1995 e 1996, o governo recebeu quase 957 milhões de dólares da comunidade internacional para programas de desenvolvimento, sem contar o dinheiro emprestado por organizações não-governamentais. Não só as contribuições de fontes multilaterais diminuíram, como também os donativos de ONGs. Elas denunciaram o vazio institucional dos poderes Executivo e Legislativo, que dificultou a cooperação com o Haiti.

Canadá

Desculpas, sim, mas não dinheiro para os combatentes indígenas

O governo do Canadá pediu desculpas aos soldados indígenas que lutaram na Segunda Guerra Mundial e não receberam as mesmas compensações que os outros ex-soldados, mas decidiu não lhes pagar. As autoridades se limitaram a apresentar desculpas verbais aos veteranos de guerra indígenas, expressando seu arrependimento por lhes ter discriminado ao outorgar diversos benefícios aos ex-combatentes. Prometeram, no entanto, que lhes entregarão medalhas especiais.

Os veteranos de guerra indígenas decidiram não abrir processo contra o governo, mas sustentam que a desculpa não é suficiente. Eles foram os únicos canadenses não obrigados a servir como soldados durante as guerras mundiais do século XX, mas apresentaram-se como voluntários em uma proporção maior do que qualquer outra etnia do país. E os que retornaram da guerra não receberam bolsas de estudo, subsídios estatais para comprar casas, empregos públicos, terras baratas e nem outros

benefícios outorgados aos veteranos não-indígenas.

Muitos descobriram ao regressar que suas terras haviam sido divididas em lotes e entregues a outros veteranos. O líder da Associação de Veteranos Indígenas declarou que as famílias de muitos aborígenes sofreram graves discriminações, enquanto eles lutavam no estrangeiro.

O governo também se negou a financiar a construção de monumentos memoriais nas reservas nativas. Até 1960, os indígenas canadenses nem sequer podiam votar, e muitos deles pela primeira vez receberam um tratamento igualitário quando ingressaram para as Forças Armadas. Uns 200 morreram na Segunda. Dezoito, dos mais de 7.000 nativos canadenses que lutaram em guerras fora de seu país no século XX, foram condecorados por sua valentia.

Os líderes da Associação dos Veteranos Indígenas afirmam não ter esperanças de que o governo negocie algum

tipo de compensação, mas rejeitaram a idéia de abrir um processo contra a União. "Não foi por dinheiro, se tratava de uma questão de honra. A maioria dos veteranos já morreu, e os que ainda vivem só querem receber o mesmo reconhecimento que o restante dos ex-soldados canadenses", esclareceu. Contudo, vários dirigentes indígenas pensam que o pedido de desculpas não basta. Spencer Greyeyes, diretor da Federação das Nações Indígenas Saskatchewan, alertou que a maioria dos veteranos nativos não aceitará as medalhas que o governo pensa entregar em junho em Ottawa.

"Não nos interessam as medalhas. Queremos que o governo negocie uma compensação pela injustiça à qual nos submeteu", afirmou.

A Lei de Assentamento para os Veteranos de Guerra Canadenses permitiu que ex-soldados comprassem terras a preços muito baixos, como prêmio por terem combatido. Aos veteranos indígenas nunca se ofereceu a possibilidade de se beneficiarem com esta lei e nem sequer foram informados da sua existência. Ironicamente, parte das terras oferecidas aos ex-soldados era de antigas reservas indígenas, confiscadas pelo governo durante a guerra para instalar bases de treinamento militar.



Agentes da Polícia Federal Preventiva detêm alunos grevistas da Universidade Autônoma do México (Unam) que protestavam contra a diminuição das vagas públicas na universidade. Pelo menos 22 pessoas ficaram feridas durante os confrontos

Bom na Iugoslávia, ruim na Chechênia

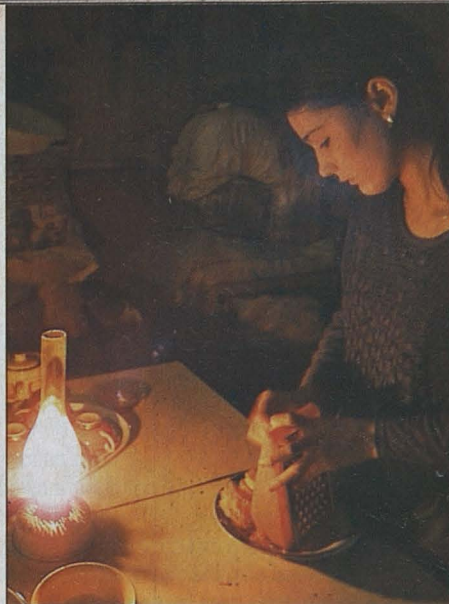
A guerra na Chechênia está oferecendo mais uma oportunidade para que se possa avaliar as práticas políticas, diplomáticas e militares dos países capitalistas. O mundo inteiro acompanhou perplexo a violência e a crueldade do ataque à Iugoslávia, sobretudo os bombardeios aéreos que resultaram em devastadoras destruições no país. O argumento central era impedir os massacres sérvios em Kosovo e restabelecer nessa região uma convivência pacífica entre as etnias que ali habitam. O que se verifica hoje é absolutamente o contrário.

A ONU organizou uma polícia parcialmente integrada pelas milícias albanesas, o que não vem dando qualquer segurança à população sérvia. Cerca de 450 sérvios foram assassinados, com a participação ou a ausência de qualquer

proteção da Kfor, que é a polícia militar da Otan, organizada com forte participação albanesa.

Ainda mais: quase 80 igrejas ortodoxas e católicas, construídas ou frequentadas pela comunidade sérvia, foram destruídas. Um mosteiro histórico, o da Santíssima Trindade, construído em 1465, foi demolido com explosivos, e o do Arcanjo, do século XIV, foi saqueado e incendiado.

Os Estados Unidos e países europeus desconhecem os apelos internacionais para a cessação dos bombardeios à Iugoslávia. Silenciam diante dos crimes em Kosovo e condenam a Rússia pelo tipo de guerra que desenvolve na Chechênia, uma cópia do modelo que a Otan aplicou na Iugoslávia e que, lá como aqui, recebe a desaprovação internacional.



Jovem chechena prepara o jantar na cidade de Alkhan-Kala. O Ocidente condena o mesmo tipo de guerra que travou contra a Iugoslávia

"É uma hipocrisia", declara o general Igor Sergueiev, ministro da Defesa da Rússia.



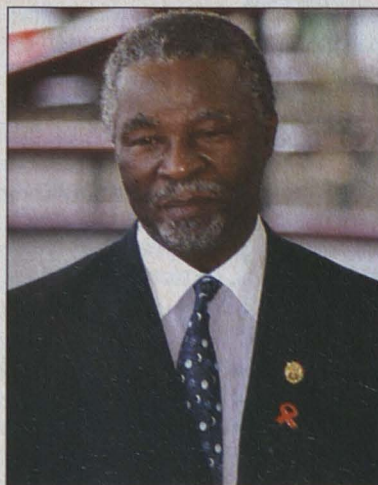
O presidente da Indonésia, Abdurrahman Wahid, aumentou a pressão pela renúncia do general Wiranto (foto à esq.), homem forte do exército indonésio, envolvido em acusações de atrocidades durante a guerra que terminou com a independência de Timor Leste. Enquanto isso, o líder timorense Xanana Gusmão acompanha em Dili, capital de Timor Leste, o presidente de Portugal, Jorge Sampaio (foto à dir.), que realiza uma histórica visita à ex-colônia. Sampaio deve definir com Gusmão de que forma o governo português vai colaborar com a reconstrução da economia de Timor



África do Sul

Erradicar os governos militares

O presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, afirmou que os governos militares na África devem terminar, para que os povos não sofram mais com a guerra e a miséria e possam reconstruir seus países. Em recente ato de comemoração dos 88 anos de fundação do Congresso Nacional Africano (CNA), agora no poder, Mbeki fez um pronunciamento que teve profunda repercussão em todo o continente, no qual convocou o movimento democrático de seu país a desencadear uma ofensiva para o renascimento da África. "Devemos intensificar a luta para assegurar que, no final do ano 2000, haja paz em todos os países de nosso continente e nenhum deles esteja governado por um regime militar", disse o sucessor de Nelson Mandela. O último golpe de Estado militar na África ocorreu no final de 1999, na Costa do Marfim, quando o exército derrubou o governo de Henri Konan Bédié.



Thabo Mbeki, presidente da África do Sul

"Há milhões de pessoas que não vivem em liberdade, porque seguimos permitindo que regimes tirânicos se imponham sobre nós, em especial quando carregam armas. Há milhões de pes-

soas que não vivem em condições de segurança, porque permitimos que nos imponham guerras, que nos neguem a possibilidade de resolver nossos problemas de forma pacífica e que prosperem criminosos que matam, roubam e violam. Temos permitido que poderosos ladrões se enriqueçam mediante a corrupção, à custa de milhões de pessoas que já eram pobres."

A declaração foi complementada pelo ministro da Defesa sul-africano, Mosiuo Lekota, que afirmou que não se surpreenderia se "o presidente enviasse as forças armadas sul-africanas ao exterior, porque queremos nos assegurar de que haja paz e estabilidade no continente". Ambas as intervenções foram interpretadas como uma postura mais agressiva do governo sul-africano, cuja diplomacia tem agido de forma vigorosa em favor da pacificação dos países em conflito.

Entre os países africanos abalados pela guerra estão Angola, Burundi, Chade, Eritreia, Etiópia, República Democrática do Congo, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sudão e Uganda.

África

Cancelamento da dívida

Reunidos em janeiro em Libreville, a capital do Gabão, em uma reunião de cúpula destinada a traçar estratégias para combater a pobreza, mais de 30 governantes da África prometeram destinar verbas significativas à saúde pública e à educação.

Na Declaração de Libreville, eles reconhecem que a eliminação da pobreza continua sendo um objetivo de longo prazo, apesar de alguns países terem obtido um significativo crescimento econômico nos anos recentes.

Os líderes aprovaram um novo compromisso de cooperação e de crédito com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, assim como a con-

versão do Mecanismo de Ajuste Estrutural ao Mecanismo de Redução da Pobreza e Fomento do Crescimento. Este mecanismo permite que os fundos destinados aos Países Pobres Fortemente Endividados (PPFE) sejam investidos em setores sociais, como educação e saúde. A iniciativa foi aprovada pelo FMI e o Banco Mundial.

A principal decisão da cimeira de Libreville, no entanto, foi o apelo dos participantes aos países ricos e organismos credores, para que cancelem os 200 bilhões de dólares da dívida externa da África e para que desenvolvam estratégias destinadas a superar os obstáculos ao progresso social e econômico. Os dirigentes



Mais de trinta governantes da África prometem combater a pobreza no continente e destinar verbas à saúde pública

também reivindicaram que as instituições financeiras se abstenham de impor aos países africanos novas exigências e condições através de suas políticas para a redução da pobreza.

Os chefes de Estado, reconhecendo que a situação no continente é alar-

mante, aprovaram uma Agenda Econômica e Social para a África na Aurora do Terceiro Milênio, que define como prioritária a luta contra a pobreza e para tal adota severas medidas para combater a corrupção e o uso incorreto do dinheiro público.

Sudão

Recomeça processo de paz

Representantes do governo e dos guerrilheiros, que lutam pela autodeterminação do sul do Sudão, concordaram em janeiro, na capital do Quênia, em retomar as negociações para pôr fim a uma guerra civil de 17 anos.

Desde agosto de 1998, quando a negociação feita na Etiópia fracassou, a reunião em Nairóbi foi a primeira tentativa de sucesso da Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento (Igad), radicada em Djibouti, de recomeçar o diálogo entre as partes.

Espera-se que as negociações entre o governo e os rebeldes do Exército de Libertação Popular do Sudão (ELPS) sejam regidas pela Declaração de Princípios da Igad, que sinalize quais são

os pontos principais das negociações e que direção deve tomar o diálogo. A Igad reúne Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda. Ambas as partes reiteraram o compromisso com uma "solução política pacífica, duradoura e definitiva do conflito".

Calcula-se que dois dos 30 milhões de habitantes do sul do Sudão, em sua maioria civis, morreram como consequência da guerra iniciada em 1983, que deslocou 85 por cento da população. Os insurgentes do sul, habitado principalmente por cristãos e fiéis das religiões africanas tradicionais, lutam contra o norte muçulmano.

É desta região que saem os 130 000 barris de petróleo que a cada dia produz atualmente o Sudão. Ambas as



O reinício das negociações entre o governo e os guerrilheiros do sul do Sudão pode colocar um fim na guerra civil que já dura 17 anos

partes concordaram no direito à autodeterminação do sul, que representa 30 milhões de habitantes. A população vai se pronunciar através de um plebiscito.

Porém, as conversações não conseguiram que o governo deixe de aplicar a lei islâmica em todo o país.

"Não haverá resolução ao conflito de costas para a lei islâmica", manifestou o porta-voz do governo.

O ELPS pretende um governo leigo, mas a administração de Cartum diz não estar preparada para renunciar ao sistema político islâmico.

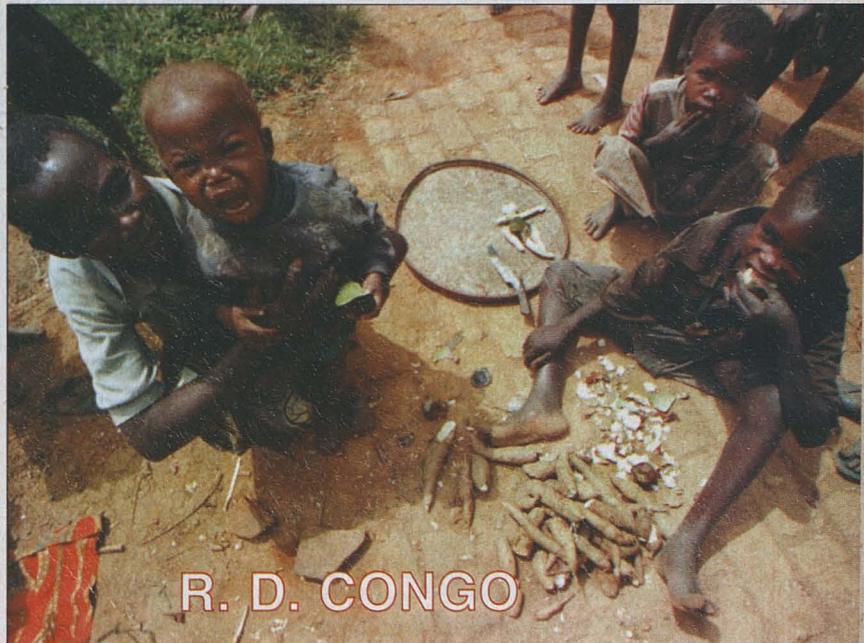
Angola

Provável fim da Unita?

Em consequência da aplicação das sanções decretadas pela ONU contra a Unita, com a ajuda de Washington e Londres, e da ofensiva militar do governo angolano nas áreas controladas pelos rebeldes, esse movimento contra-revolucionário se acha enfraquecido e cercado em toda Angola. Enquanto isso, um dos filhos de Savimbi, Araújo Domingos Sakaita, fugiu do país e declarou que seu pai "é um monstro".

Em Luanda, circulam versões de que a Unita já teria perdido quatro quintos de sua capacidade de fogo, apesar de ninguém desconhecer que sobrevivem muitos resíduos de pelotões guerrilheiros em atividade. Mas o que já é considerado em Luanda como uma hipótese a ser levada em consideração é a possível captura do próprio Savimbi, algo inimaginável até alguns meses atrás, não só pelo poderio militar de seu movimento como pelo bom trânsito do dirigente rebelde em altas esferas dos governos mais fortes do mundo.

Caso essa hipótese venha mesmo a se confirmar, mudaria completamente o cenário político e militar em Angola, possibilitando verdadeira negociação de paz.



R. D. CONGO

Milhares de pessoas estão fugindo dos conflitos étnicos entre os povos lendu e heme, no nordeste da República Democrática do Congo, que já deixou 4 mil mortos em ambos os lados. Na foto, crianças da etnia lendu se alimentam de raízes, na cidade de Banbu, em território congolês. O drama humano do país está mobilizando organizações humanitárias que procuram uma saída negociada para o conflito.

Bug

Gastos questionados

O temor de um desastre mundial pelo *bug* do milênio era sem fundamento e muitos perguntam se os bilhões de dólares utilizados para prevenir este acidente não poderiam ter sido empregados melhor, em particular nos países em desenvolvimento.

Temiam-se erros e desajustes em decorrência da mudança de data do dia 31 de dezembro de 1999 para 1º de janeiro de 2000. Muitos técnicos acreditavam que os programas informáticos que empregam dois dígitos para contar os anos interpretariam que o 00 era anterior ao 99 (ou seja, seria 1900 e não 2000). Popularizou-se a referência ao problema com as iniciais Y2K, que significam "ano 2000", com o Y para a palavra inglesa *year* (ano). Peritos e governos alertaram sobre a possibilidade de um caos que poderia paralisar uma enorme quantidade de máquinas.

Calcula-se que o mundo gastou entre 330 a 600 bilhões de dólares - um pouco menos que o Produto Interno Bruto da Argentina - para evitar o problema, através da avaliação e melhora dos sistemas, aquisição de novos equipamentos e atualização de velhos computadores. Segundo o perito sul-africano Mike Jensen, a questão acabou se transformando num grande negócio para as corporações, fomentado pelos meios de comunicação. Como resultado adicional, muitas companhias atualizaram seus equipamentos e doaram velhas máquinas, e as firmas de consultoria tecnológica obtiveram enormes ganhos.

Edward Yardeni, assessor do Deutsche Bank, defendeu os investimentos realizados, afirmando que existia 70 por cento de possibilidades de o *bug* do milênio causar a interrupção de importantes atividades e a quebra de muitas companhias, aumentando assim o desemprego e a recessão mundial. Yardeni também assegurou que caso as medidas preventivas não fossem adotadas, era muito provável um bloqueio das comunicações e dos sistemas financeiros mundiais que afetaria gravemente as economias dos países em desenvolvimento.

No final de dezembro, quando já tinham sido investidos bilhões de dólares, o Grupo Gartner de pesquisa tecnológica descartou a possibilidade de uma catástrofe mundial. "Era necessário ajustar os computadores, mas não necessitávamos chegar tão longe como aconteceu", reconheceu John Gantz, chefe de pesquisa da firma Internacional Data Corporation (IDC) e chefe de equipe do Projeto Magalhães, que supervisionou 10 mil organizações de 17 países sobre o impacto do *bug* do milênio. Os responsáveis pelo projeto estimam que foram realizados gastos desnecessários no valor de 117 bilhões de dólares.



KUAIT
Abdullah Tefoni, prefeito do bairro de Kifan, na capital do Kuwait, conversa com dirigentes femininas que foram registrar seus nomes nos centros de votação para protestar contra a exclusão das mulheres no processo eleitoral kuaitiano. Em novembro, o Parlamento rejeitou, por estreita margem de votos, a proposta do emir Jaber al-Ahmad al Sabah, para que as mulheres tivessem direito a votar e se candidatar a postos eletivos a partir de 2003. O Kuwait é o único país, entre as monarquias do Golfo Pérsico, a ter um Parlamento eleito

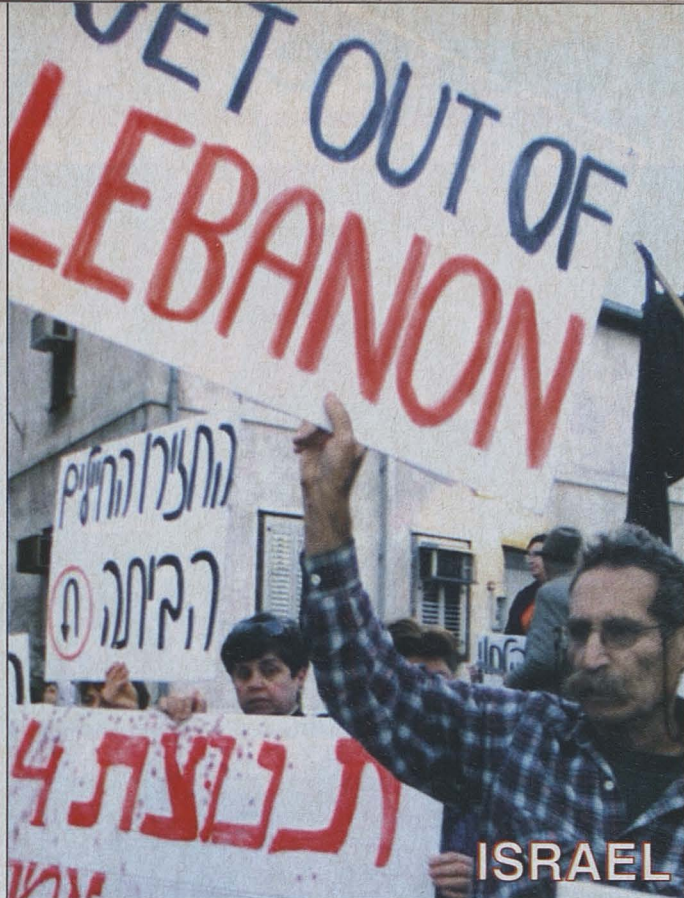


VIETNÃ
Atores e atrizes encenam uma dança revolucionária ao lado do busto do ex-presidente Ho Chi Minh, fundador do Partido Comunista Vietnamita, durante as comemorações do 70º aniversário de fundação do partido. Durante as celebrações, líderes vietnamitas reafirmaram a opção do país pelo socialismo



FINLÂNDIA

A ministra das Relações Exteriores da Finlândia e candidata do Partido Social Democrata à presidência do país, Tarja Halonen, festeja a sua vitória sobre Esko Aho, do Partido do Centro, nas eleições presidenciais realizadas no início de fevereiro. Halonen será a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe de Estado de um país nórdico



ISRAEL

Pacifistas israelenses do grupo Quatro Mães protestam contra a presença de Israel no sul do Líbano. As manifestações em favor da retirada israelense do território libanês, ocupado desde 1982, se intensificaram após a morte de três soldados de Israel pelo Hizbolah, milícia armada, apoiada pela Síria e pelo Irã, que luta contra a presença dos israelenses no Líbano

Grécia

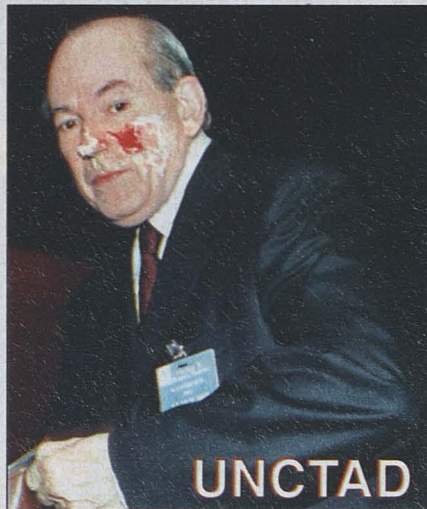
Porta de entrada da imigração ilegal

As ensolaradas praias da Grécia e os sucessivos governos tolerantes do país serviram de proteção para numerosos refugiados políticos do Oriente Médio e da África durante os últimos anos. Árabes, palestinos, libaneses, iranianos e etíopes tentam encontrar um lar na Grécia. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) já ajudou milhares de perseguidos a se adaptarem à nova condição de expatriados. A maioria deles recebeu documento de identidade, alojamento barato e uma modesta remuneração. Os mais instruídos recorrem logo às embaixadas para tentar serem recebidos em algum rico país ocidental, como o Canadá, os EUA, a França ou a Suécia. Os menos qualificados procuram qualquer tipo de trabalho.

Às vezes, apelam para intermediários com contatos com escritórios de imigração ou com a polícia, contribuindo para o desenvolvimento de um próspero negócio de venda de vistos de residência. Muitos simplesmente desaparecem pelas ruelas de Atenas, onde vivem cinco milhões de pessoas.

Desde o colapso do comunismo na Europa Oriental, e à medida que o processo de globalização econômica provoca incerteza nos países em desenvolvimento, a Grécia se viu inundada por milhares de refugiados econômicos que vêem o país como porta de entrada da Europa Ocidental.

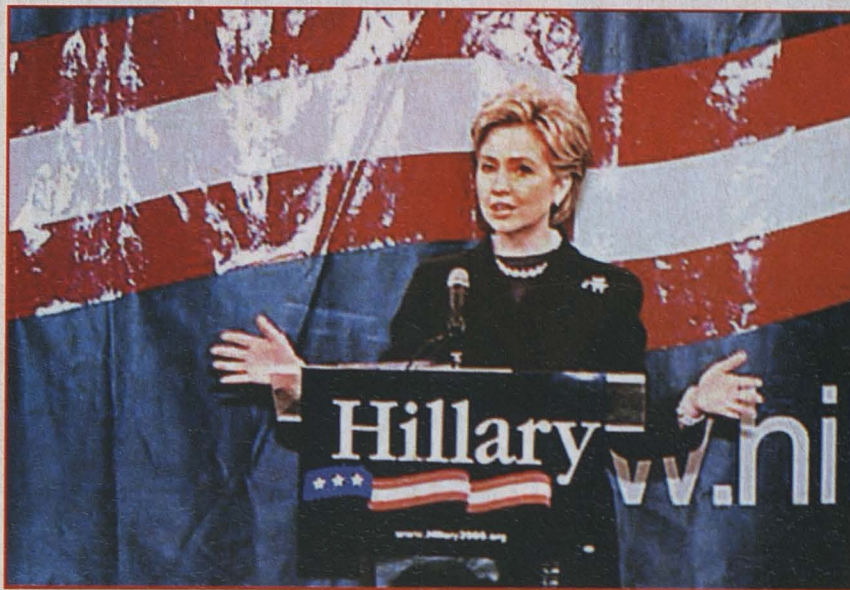
Dos 600 mil pedidos de asilo na Grécia, a metade são de albaneses. Para eles é fácil cruzar a acidentada porém aberta fronteira norte do país, onde as patrulhas de vigilância não são capazes de controlar os numerosos pontos de entrada.



UNCTAD

O diretor do FMI, Michel Camdessus, se protege depois de ter sido atingido com um bolo pelo ativista norte-americano Robert Naiman, em 13 de fevereiro, em Bangcoc. Camdessus participava de uma conferência da UNCTAD quando o militante violando a segurança decidiu protestar dessa forma contra a política imposta pelo FMI aos países mais pobres do planeta

Gente

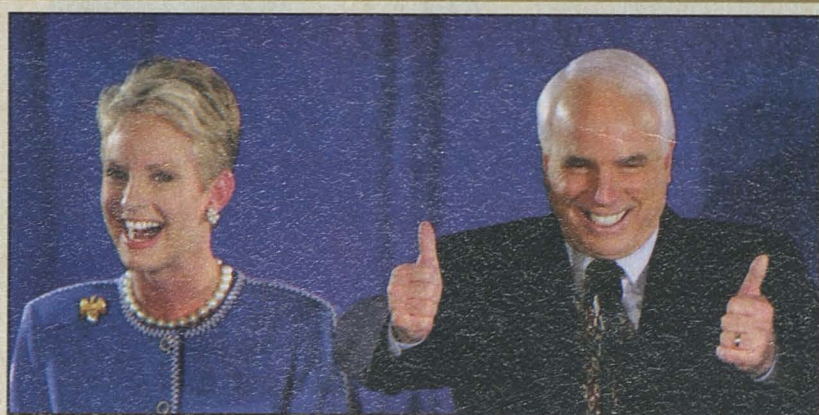


A primeira-dama dos Estados Unidos, Hillary Clinton, anunciou oficialmente sua candidatura ao Senado norte-americano pelo Estado de Nova Iorque. É a primeira vez que a esposa de um presidente norte-americano disputa um cargo eletivo

O ultradireitista Joerg Haider, líder do Partido da Liberdade, abalou as estruturas da União Européia quando se aliou ao conservador Partido Popular, de Wolfgang Schuessler, e passou a fazer parte da coalizão de governo. A União Européia, os Estados Unidos e Israel ameaçam isolar a Áustria com sanções diplomáticas, acusando Haider de identificar-se com o nazismo



Norodom Sihanouk, rei do Camboja, acena para admiradores no aeroporto de Phnom Penh, capital do país. O rei, que já teve dois derrames cerebrais e é diabético, partiu para a China para tratamento médico de dois meses, deixando para trás uma profunda crise política decorrente da disputa sobre a sucessão no trono



O senador John McCain, veterano da Guerra do Vietnã e um dos pré-candidatos à presidência dos Estados Unidos, e sua mulher, Cindy McCain, comemoram a vitória sobre o governador do Texas, George W. Bush, filho do ex-presidente George Bush, nas primárias do Partido Republicano no estado de New Hampshire. Essa vitória provocou uma reviravolta na campanha republicana, já que até então Bush parecia imbatível



Fusae Ota, de 48 anos, comemora a vitória eleitoral que a transformou na primeira mulher a governar o estado de Osaka, no Japão. Ota foi eleita após derrotar três outros candidatos e substituirá o ex-governador Knock Yokoyama, que renunciou depois de se envolver num escândalo sexual



Dura reação popular e militar contra a radicalização das medidas neoliberais obriga o presidente Mahuad a abandonar o governo e mergulha o país na pior crise dos últimos anos

Imponentes manifestações contra o modelo neoliberal, que começaram com um movimento liderado pelos indígenas, forçaram a saída do presidente Mahuad

Cristiano Dias

UM NOVO TURBILHÃO POLÍTICO tumultuou a virada de anos dos equatorianos. A Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), uma organização que representa 4 milhões de indígenas, um terço da população do país, liderou em janeiro uma sé-

rie de duríssimas manifestações - das quais participaram associações estudantis, sindicatos e comunidades indígenas - exigindo a renúncia do presidente Jamil Mahuad. Apesar da expectativa positiva que tinha despertado a sua eleição, o ex-prefeito de Quito não conseguiu dar resposta às demandas sociais das grandes maiorias nem sanear a economia do país, que não se recuperara da sistemática queda, desde 1998, do preço do petróleo

e da banana, os dois principais produtos da pauta de exportação equatoriana.

Insatisfeitos com a orientação neoliberal do governo, os indígenas lideraram violentos protestos que se tornaram comuns no final de 1999. A inflação ultrapassara a casa dos 61%, a mais alta do continente, o PIB teve um encolhimento de 7,3% e a cotação do sucre, a moeda nacional, acompanhando a taxa inflacionária, tinha sofrido uma desvalorização

Seis meses de trégua

de 67% em relação ao dólar. Para piorar, o desemprego atingiu 17%, segundo as cifras oficiais, contestadas pela oposição, que o situam em patamares bem superiores, em particular se se levar em consideração o fato de a maior parte dos trabalhadores estarem no setor informal da economia, onde é muito difícil confiar em estatísticas.

O país já se aproximara do caos em meados da década dos 90, quando o então presidente, Abdalá Bucaram, apelou em vão a um drástico ajuste fiscal para tentar pôr ordem nas finanças públicas. O caos que se instalou no país e as atitudes pouco ortodoxas com que o presidente pretendeu superar a crise fizeram com que o Parlamento o declarasse "insano" e o afastasse do poder.

Estopim

Eleito em maio de 1998, após a proclamação de uma nova Constituição, Jamil Mahuad, da Democracia Popular, enfrentou a primeira crise em julho de 1999, quando teve que decretar o estado de emergência para enfrentar uma onda de protestos e greves contra a sua política econômica, de corte neoliberal.

A crise foi contornada, mas ressurgiu pouco tempo depois, agravando-se a partir de 10 de janeiro, quando o presidente anunciou a dolarização da economia, uma tentativa de estancar a inflação, e o ministério apresentou a renúncia coletiva. Foi o estopim para que a Conaie avançasse ainda mais nas suas reivindicações, ocupando o Congresso, na manhã do dia 21 de janeiro, e anunciando a formação de um "governo de salvação nacional", com a participação de setores das Forças Armadas. O Poder Legislativo ficava a cargo de Antonio Vargas, líder da Conaie, enquanto a presidência da Junta ia para as mãos do coronel Lucio Gutiérrez, ficando a Suprema Corte sob responsabilidade do advogado Carlos Solórzano.

Revogar a dolarização da economia, combater a corrupção e criar o que



Mahuad (acima à esq.) abandonou o governo que foi momentaneamente ocupado por uma Junta de Salvação Nacional e a seguir empossado o seu vice, Gustavo Noboa (dir.)

chamaram de "nova democracia", que daria um maior poder às comunidades indígenas, eram algumas das metas do povo rebelado. Segundo o líder da Conaie, era necessário instituir uma forma de governo que acabasse com o *apartheid* equatoriano. Paradoxalmente, o Exército passou a ser o fiel da balança e a única instituição capaz de evitar um derramamento de sangue e manter o Equador dentro do marco democrático.

Para evitar o aprofundamento da crise, a saída encontrada pela cúpula militar foi obrigar Mahuad a deixar o governo, na prática uma renúncia força-

da, protegendo sua fuga de Quito, com destino ignorado. O vice-presidente, Gustavo Noboa, assumiu a presidência. "A renúncia era necessária para evitar uma explosão social", afirmou o general Carlos Mendoza, chefe do comando conjunto das Forças Armadas. A decisão não agradou a Conaie e ao movimento, dentro do próprio Exército, favorável aos manifestantes. Mas, após longas negociações, os insurgentes aceitaram o novo governo e deram uma trégua de seis meses para Noboa.

Para Vargas e para o movimento indígena, a pressão deu resultado e mos-



O poder indígena

As manifestações lideradas pela Conaie desde o final de 1999 têm os seus antecedentes no levante indígena de 1990, que emocionou o Equador e marcou o início de uma etapa de revitalização da luta pelos direitos das comunidades autóctones.

No Equador não há reservas indígenas, nem uma economia indígena diferenciada. Ao contrário, apesar de os índios terem historicamente reivindicado a autonomia, o fato de eles constituírem hoje a maioria da população faz com que estejam social e econômica-

mente integrados na vida do país. Mas eles não têm poder político nem econômico e foram as principais vítimas das políticas de ajuste estrutural adotadas pelos últimos governos.

A partir do movimento do início da década dos 90, os indígenas criaram uma organização de caráter nacional, a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) e definiram uma plataforma de luta e um programa de ação.

A reforma agrária é a principal reivindicação, junto com a criação de um Estado multiétnico e multilingüístico, que respeite os direitos das nove nacionalidades que existem no Equador.

trou o poder que a Conaie e as organizações estudantis e civis podem exercer diante do novo governo. "Há muitas coisas mais importantes do que o poder. É importante que a sociedade mude por dentro", disse Vargas.

Para a cúpula do Exército e a elite política equatoriana, a maior vitória foi conseguir um prazo de seis meses para encontrar uma saída. "Se houver vontade política, o governo de Noboa pode fazer as mudanças nesse prazo. Caso contrário, estará caindo no mesmo erro de Mahuad e construindo seu próprio túmulo", afirmou o líder indígena.

Junto com o acordo, os manifestantes reivindicaram de Noboa a realização de um plebiscito para "afirmar a demo-

cracia". A principal questão a ser colocada para a população é se está de acordo com a saída de Mahuad, com a deposição dos deputados e dos membros da Corte Suprema.

A cidadania também seria convocada a se pronunciar sobre a dolarização da economia, o controle estatal do petróleo, da eletricidade e das telecomunicações e também sobre o modelo de segurança social. Caso o governo de Noboa não aceite o plebiscito, a Conaie deve reunir 660 mil assinaturas para levar a idéia adiante.

Os próximos três meses são considerados decisivos pelos observadores internacionais, que são bastante céticos quanto à estabilidade do novo governo.

Caso, nesse prazo, Noboa consiga estabelecer canais de diálogo com a população e formalizar uma proposta para reverter a dramática situação em que se encontra a economia do país, poderá chegar ao final dos seis meses da trégua acertada com um programa amadurecido, democraticamente discutido e aceito pela sociedade.

Se não for assim, é improvável que o governo consiga manter-se, e a partir daí só existiriam incertezas quanto ao futuro.

No Equador, a opinião geral é que essa convulsão foi uma espécie de sinal vermelho, anunciando uma crise de enorme profundidade e proporções, que está muito longe de ser solucionada. ■



O líder da Junta de Governo da Costa do Marfim, general Robert Guei, na foto acompanhado de três assessores, é considerado um herói pelo povo. Uma de suas primeiras medidas de governo foi conceder anistia para os presos políticos, adversários do presidente deposto Henry Konan Bédié

O que se esconde por trás do golpe?

Decepcionado com a administração de Konan Bédié, cujo mandato não era considerado legítimo, o povo confia que o general Guei, um herói nacional, conduza o país à democracia

INCIADO COMO UM MOTIM POR CERCA DE 200 MILITARES que tinham servido nas forças de manutenção da paz, sob a bandeira da ONU, em Bangui, na República Centro-Africana, o golpe que levou à saída de Henry Konan Bédié, no final do ano passado, terminou sem vítimas fatais. No máximo, alguns armazéns foram saqueados e presos comuns indevidamente colocados na rua, aproveitando a liberação de prisioneiros políticos.

Mas a facilidade com que o motim se transformou em golpe de Estado e a facilidade com a qual a sociedade aderiu à causa - a população, todas as unidades militares e paramilitares e os partidos de oposição - indicam que o regime do ex-presidente Henry Bédié tinha chegado, há algum tempo, a seu limite. A convocação do presidente deposto à "desobediência civil" não teve efeito algum. A legalidade institucional era ruim, mas era um marco legal.

No dia 23 de dezembro de 1999, os amotinados, que reivindicavam salários atrasados, exigiram e obtiveram uma audiência com o presidente da República. É importante lembrar que esses soldados tinham feito a mesma reivindicação cerca de seis meses antes. No encontro, o presidente teria feito novas promessas.

Como não se satisfizeram com promessas, os soldados expressaram suas preocupações em relação à situação política geral da Costa do Marfim, que estava, de acordo com todos os observadores internacionais, mergulhada numa crise econô-

mica e política preocupante. Os amotinados exigiram, principalmente, a libertação imediata e incondicional dos prisioneiros políticos.

O delfim

Sucessor do presidente Felix Houphouët-Boigny, Henry Konan Bédié chegou ao poder como um delfim constitucional. Houphouët-Boigny, o "velho sábio da África", reformou a Constituição para que Bédié, então presidente da Assembléia Nacional, e, segundo muitos boatos, filho do próprio Houphouët, pudesse assumir o poder após sua morte.

Entretanto, para aprovar as necessárias reformas exigidas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, Houphouët nomeara como primeiro-ministro um tecnocrata: Alassane Dramane Ouattara. Era justamente Ouattara quem, na ausência de Houphouët, já velho e doente, assegurava efetivamente o poder na Costa do Marfim. Após a morte de Houphouët-Boigny, no momento de passar o poder para as mãos de Bédié, o primeiro-ministro foi tentado a conservar o poder. Foi o general Robert Guei, o atual novo presidente, que arbitrou o conflito e decidiu que o primeiro-ministro Ouattara devolvesse o poder a quem pertencia de direito. A lei era ruim, mas era a lei.

Em troca, o general Guei obtivera de Konan Bédié a promessa de eleições limpas quando se completasse o período constitucional do mandato de Houphouët-Boigny, que iria até outubro de 1995. Até essa data, Konan Bédié ocuparia a presidência. Justamente o erro de Henry Konan Bédié foi não ter respeitado os termos desse acordo.

Bédié fez a Assembléia votar um código eleitoral que tornava inelegível o antigo primeiro-ministro Ouattara, alegando que seus pais não eram nascidos na Costa do Marfim. Era a teoria da "marfinidade", uma ideologia de forte tendência tribalista e xenófoba. Além do mais, tendo o país ascendido à independência em 1960, torna-se uma in-

congruência jurídica exigir que pessoas nascidas antes dessa data tenham essa nacionalidade. E é um fato mais surpreendente ainda num país de imigração, como a Costa do Marfim, onde um terço da população é estrangeira. Com sua economia baseada na agricultura (primeiro produtor mundial de cacau, terceiro de café), o país tem a maior imigração da África Ocidental.

Como os pais de Ouattara são de Burkina Fasso, ele se surpreendeu com a lei que o tornava inelegível e certamente dissuadido de reagir por potências estrangeiras. Na eleição de 1995 ele e os principais partidos de oposição, como a Frente Popular Marfinense, de Laurent Gbagbo, não se rebelaram contra a atitude de Bédié, preferindo incentivar o boicote ativo ao pleito.

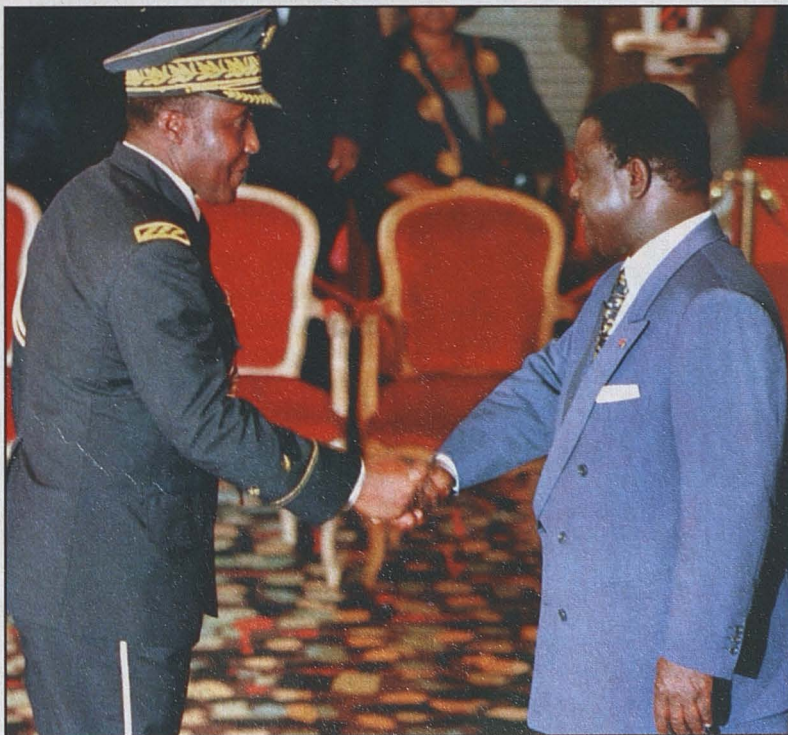
Sem os adversários principais e sem os votos dos estrangeiros, a eleição acabou perdendo legitimidade. Além disso, o novo período presidencial de Bédié não convenceu. Tinha assumido compromissos que não conseguiu honrar com

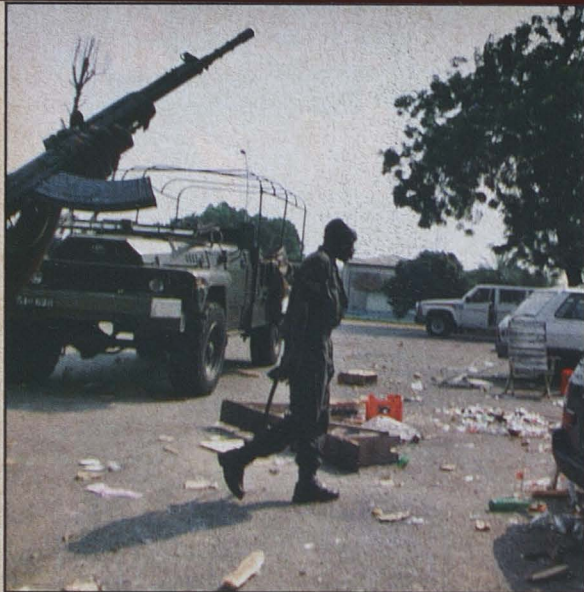
gastos não incluídos no orçamento e assistiu sem reação a uma escalada da corrupção. Ao mesmo tempo, no campo social a sua administração enfrentou tensões com trabalhadores e estudantes.

Foi no dia primeiro de agosto de 1999 que a sorte do presidente Bédié começou a mudar. Nesse dia, Alassane Dramane Ouattara, seu maior rival, abandonou suas funções de diretor-adjunto no FMI para regressar ao país e dedicar-se inteiramente à política. Imediatamente foi eleito presidente do Partido da União dos Republicanos (RDR), de cunho liberal, que, no entanto, tem alianças com as organizações de esquerda.

Bédié passa a utilizar uma repressão judicial, que culmina com um mandado de prisão contra Ouattara, então em missão política na França, por falsidade ideológica. Simultaneamente, os meios de comunicação estatais começaram a empreender uma campanha contra a oposição. O RDR decide então realizar uma manifestação diante da sede da TV estatal que termina em violência.

O presidente Konan Bédié aparece nesta foto (de outubro de 1995) apertando a mão do general Guei. Pouco depois, Bédié destituiu o general do cargo de ministro da Defesa





Soldados amotinados patrulham as ruas de Abidjan

Em virtude de uma lei adotada durante o governo de Ouattara, os líderes da RDR são considerados responsáveis pelos danos ocasionados nas casas depredadas e pelos veículos destruídos durante os distúrbios e são presos e condenados a dois anos de prisão.



Situada no golfo da Guiné, a Costa do Marfim tem 14 milhões de habitantes, provenientes de cinco grandes grupos étnicos. O francês é a língua oficial e há tantas línguas quanto grupos étnicos.

O sistema de governo é parlamentarista, com um Congresso (Assembléia Nacional) de 175 membros eleitos por voto direto a cada cinco anos. Tem 60% de analfabetismo

Herói nacional

A liberação desses prisioneiros políticos foi uma das principais reclamações dos jovens amotinados. Mas a recusa do presidente Bédié foi categórica. Como o fracasso eventual do motim teria exposto os rebeldes a represálias, eles ocuparam a rádio, a televisão e o aeroporto. Mediador entre os amotinados e o presidente, o general Robert Guei se converteu em líder do movimento, em virtude da confiança que os jovens depositavam nele.

Há alguns anos, o general Guei era considerado herói nacional, por recusar que o exército reprimisse o boicote às eleições de 1995. Este veterano das escolas de guerra francesas, nascido em 1941, foi, em seguida, acusado pelo presidente Bédié de tentativa de golpe de Estado e, pouco depois, em 1996, afastado do Estado Maior das Forças Armadas.

Após recusar o posto de embaixador que o presidente Bédié lhe oferecera para afastá-lo do país, Guei - que pertence à etnia minoritária dos We, povo célebre por suas máscaras que fascinaram o pintor espanhol Pablo Picasso e os cubistas - se encontrava numa espécie de aposentadoria antecipada, quando ocorreu o motim de 24 de dezembro, que acabou por levá-lo à presidência da República.

A Organização das Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, a França e a Grã-Bretanha condenaram o golpe de Estado. Os Estados Unidos preferiram observar a evolução da situação antes de pronunciar-se. Na Costa do Marfim, a queda de Bédié foi acolhida com entusiasmo.

No país, o fato foi recebido como uma nova independência. Foi um alívio geral, já que alguns meses atrás se temia o desencadeamento de uma guerra. A maioria dos marfinenses confia no novo presidente. Esperam que ele saiba conduzir uma transição rápida e eficaz em direção à democracia e ao estado de direito. (Prensa Latina) ■

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a revista *Cadernos* ligue para:

(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

ou pela Internet:

etm@etm.com.br

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas
O preço da assinatura é R\$ 72,00, mas estamos com uma promoção POR TEMPO LIMITADO de R\$ 60,00 (à vista).



Pode enviar cheque nominal à Editora Terceiro Milênio, ou solicitar envio de boleto bancário.

Para se corresponder com a redação ou enviar cartas:

Redação de Cadernos
Editora Terceiro Milênio

Rua da Glória, 122 / 105-106
Glória - CEP 20241-180
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Contate para Pesquisas o nosso Centro de Documentação ou os Editores.

Para anunciar:

Departamento Comercial
Ligue (0 XX 21) 221-75 11

Para comprar números atrasados:

Departamento de Circulação
Tel: (0 XX 21) 221-7511

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescidos de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>
E-mail: etm@etm.com.br

Postal Norte-Sul

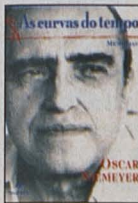


BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO

Ivan Alves Filho

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0200-17 R\$99,00



AS CURVAS DO TEMPO

Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um livro para se incorporar à história. 296 páginas.

Editora Revan - Cód. 0162 R\$25,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Diários inéditos da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução Cubana. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor Emir Sader (Uerj/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra. 306 páginas.

Ed. Oficina do Autor - Cód. 517 R\$34,00



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Editora Revan - Cód. 0159 R\$30,00



A CRISE DO EMPREGO

Paulo C. Moura

Visão além da economia. O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Editora Mauad - Cód. 010064 R\$29,00



A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Christophe Dejourn

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da dominação": por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento? 160 páginas.

FGV Editora - Cód. 20419-9 R\$24,00



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas pesquisas, estudos, ensaios, teses e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0100-68 R\$59,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEOLIBERAL: a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação, como forma jurídico-política da flexibilidade do sistema de relações de trabalho no Brasil, ganha consciência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos de trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

FGV Editora - Cód. 85-225-0265-X R\$31,00



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Michael T. Murray

Um dos mais respeitados naturopatas, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 páginas.

Editora Campus - Cód. 20310-0 R\$29,00



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Maria Lúcia W. Vianna

Estratégias de bem-estar e políticas públicas. As políticas implantadas no Brasil pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 páginas.

Editora Revan - Cód. 0156 R\$27,00



ESPAÑOL PARA BRASILEIROS

Juan Kattán-Ibarra

Curso completo para você entender, falar e escrever em espanhol. Se você nunca falou e precisa aprender depressa, esta é a solução. 330 páginas.

Editora Pioneira - Cód. 113-47 R\$ 42,00



ESCRavidÃO OU MORTE

Jorge Prata de Souza

O autor esclarece, o motivo pelo qual, lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia. Indo além, mostra como, através da guerra, construíram sua liberdade. 136 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0100-20 R\$22,00



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viana

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 págs.

Ed. Mauad - Cód. 020015 R\$39,00



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. Hoje, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como adotar medidas naturais na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas.

Editora Campus - Cód. 20311-0 R\$29,90



QUE PAÍS É ESTE?

João Sayad

Temas atuais e polêmicos como a globalização, o liberalismo brasileiro, a "modernização" da economia e o conservadorismo de nossa elite política, possibilitando ao leitor atento a oportunidade de refletir sobre os rumos do país. 320 págs.

Editora Revan - Cód.0178 R\$ 29,00



O DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)

Analisa o processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometia levar o Brasil à modernidade, ao Primeiro Mundo e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 páginas.

Voices - Cód. 85.326.2174-0 R\$16,00



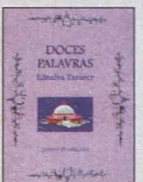
BENEDITA
Benedita da Silva, Maisa Mendonça e Medea Benjamin
 A autobiografia da senadora Benedita da Silva, escrita com o apoio da jornalista americana Medea Benjamin e da documentarista brasileira Maisa Mendonça, é de "uma coragem rara nos políticos brasileiros", como observou o "Informe JB" em nota recente. 192 págs.
 Editora Mauad **Cód. 020013 R\$22,00**



SOU CRIANÇA: TENHO DIREITOS
 Oficinas pedagógicas de direitos humanos
Várias autoras
 Crianças na faixa de 6 a 11 anos - alunos do sistema educacional ou integrantes de grupos ligados a diferentes instituições de caráter educativo, cultural e social. 196 páginas.
 Ed. Vozes **Cód. 85-326-2089-2 R\$19,00**



VENCER É POSSÍVEL
 Democracia sem exclusão, globalização com soberania
Nelson Mandela
 Coletânea de textos do autor, selecionados e organizados pelo sociólogo Emir Sader. A obra é uma grande fonte de idéias e exemplos para os países, como o Brasil, que enfrentam hoje problemas para a construção de uma democracia sem exclusão social. 192 páginas.
 Editora Revan **Cód. 0148 R\$19,00**



DOCES PALAVRAS
Ednalva Tavares
 A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64 páginas. (formato: 15cm x 11cm)
 Janine Produções **Cód. 0001 R\$5,00**



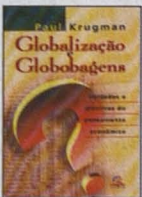
A REVOLUÇÃO DA QUALIDADE E O SERVIÇO DE SAÚDE
M. Daniel Sloan & Michael J. M.D.
 O livro mostra, com detalhes, um plano para se usarem ferramentas estatísticas do Controle de Qualidade do processo, em um contexto clínico. A meta é reduzir os custos dos serviços de saúde com precaução. 232 páginas.
 Editora Qualitymark **Cód. 0188 R\$ 26,00**



UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO
 Argumentos para uma nova esquerda
Hilary Wainwright
 Combina uma discussão sobre idéias políticas neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimento sociais e partidos. 152 páginas.
 Jorge Zahar **Cód. Z 0486 R\$19,00**



A ÁGUIA E A GALINHA
 Uma metáfora da condição humana
Leonardo Boff
 Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas.
 Editora Vozes **Cód. 85-326-1845-6 R\$16,00**



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGÊNS
 Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman
 O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o *downsizing* das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 páginas.
 Editora Campus **Cód. 20412-1 R\$39,00**



O DESPERTAR DA ÁGUIA
Leonardo Boff
 O livro continua o anterior *A águia e a galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas.
 Editora Vozes **Cód. 85-326-1977-0 R\$12,00**



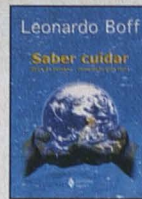
A INVENÇÃO DO MAR
Gerardo Melo Mourão
 O livro é uma grande epopéia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. Gerardo Melo Mourão vai narrando os principais fatos da história brasileira, como a travessia das caravelas de Cabral, a primeira missa celebrada em solo brasileiro e a invasão holandesa. 368 páginas.
 Editora Record **Cód. 050229 R\$ 28,00**



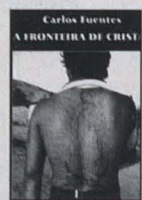
"FICAR COM"
 Um novo código entre jovens
Jaqueline Chaves
 A autora apresenta o livro com um estilo de vida praticado pelos jovens nos anos 80 e 90. As informações foram obtidas através de entrevistas feitas com jovens e formam um trabalho elucidativo voltado para pais, professores e adolescentes. 156 páginas.
 Editora Revan **Cód. 0069 R\$ 11,50**



UMA HISTÓRIA DO BRASIL
Thomas E. Skidmore
 Mostra o processo integral de formação do Brasil. O que vem a tona é a história do povo brasileiro na procura de um país moderno e reconhecido internacionalmente em sua singularidade. 358 páginas.
 Ed. Paz e Terra **Cód. 20488 R\$ 32,00**



SABER CUIDAR
Leonardo Boff
 Este livro procura detalhar o cuidado em suas várias concretizações: cuidado com a Terra, com a sociedade sustentável, com o corpo, com o espírito, com a grande travessia da morte. A ótica do cuidado funda nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes. 200 páginas.
 Editora Vozes **Cód. 85-326-2162-7 R\$ 16,00**



A FRONTEIRA DE CRISTAL
Carlos Fuentes
 Um romance fragmentado em nove contos revela a agonia e a alegria dos mexicanos impensados entre o México e os EUA, ou que tentam atravessá-la. Uma ficção com alto teor de realidade, que faz um retrato pungente da divisão entre o Primeiro e o Terceiro Mundo; a opulência e a miséria. 176 págs.
 Editora Rocco **Cód. 85.325.0967-3 R\$25,00**



IUGOSLÁVIA
 Laboratório de uma nova ordem mundial
Mário Augusto Jakobskind
 Análise sobre a guerra nos Balcãs. O autor faz retrospectiva histórica da região, do século VI até hoje, e também um resumo sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas.
 Novos Ideais **Cód. 85.87414-01-1 \$14,00**



DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS AMERICANAS
Luiz L. Gomes e Donald E. Collins
 Apresenta cerca de 5.000 expressões empregadas na atualidade. 282 páginas.
 Editora Pioneira **Cód. 113-38 R\$ 36,00**



DOMINAÇÃO PELA FOME
 Economia política do abastecimento
Miranda Neto
 A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades contemporâneas e politicamente democráticas. Porém há situações ainda mais absurdas, que nos afetam diretamente: a fome está sendo manipulada para a dominação dos povos! 136 páginas.
 Forense Universitária **Cód. 00124 R\$ 9,90**



NOTÍCIAS DO PLANALTO
Mário Sérgio Conti
 O livro retrata os construtores dos impérios de comunicação e suas empresas. Com realizações surpreendentes, narra a ascensão e queda de Collor do ponto de vista da imprensa. (80 fotos cor e pb) 720 páginas.
 Cia. das Letras **Cód. C 1182 R\$ 35,00**



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Doria
É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170 páginas.

Editora Revan R\$14,00
Cód. 0075



CONSTRUINDO O FUTURO

O impacto global do novo paradigma
Paulo C. Moura
Para quem quer entender as transformações em curso, o futuro provável e as chances de elaborar respostas adaptativas a esses desafios. 228 páginas.

Editora Mauad R\$29,00
Cód. 010001



A LARANJEIRA

Carlos Fuentes
Sendo um conjunto de novelas a uma só vez místicas e desmistificadoras, *A laranjeira* reúne todas as qualidades da prosa de Carlos Fuentes: a densidade dramática, a riqueza das personagens e uma narrativa que flui circular, envolvente, como o próprio tempo histórico. 215 páginas.

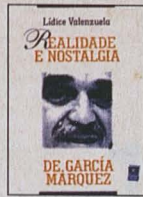
Editora Rocco R\$23,00
Cód. 85.325.0772-7



O POVO BRASILEIRO

Darcy Ribeiro
Neste livro, que considera a súpula de seu pensamento sobre o Brasil, o autor procura explicar por que, e como, os brasileiros são o que são. 476 páginas.

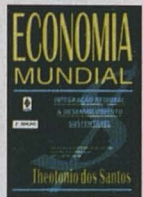
Editora Cia. das Letras R\$29,50
Cód. C 0570



REALIDADE E NOSTALGIA DE GARCIA MARQUES

Lidice Valenzuela
A autora cruzou o morno Mar do Caribe, percorreu aquelas estradas poeirentas e conversou com amigos e parentes de Gabriel, a fim de desvendar as origens mágicas dos personagens que povoam a obra do escritor. 107 páginas.

Oficina do Autor R\$ 18,00
Cód. CA 107



ECONOMIA MUNDIAL

Integração regional & desenvolvimento sustentável
Theotônio dos Santos
Introduz a Revolução Científico-Técnica como uma variável da leitura fundamental para compreender a Economia Mundial. 145 páginas.

Editora Vozes R\$ 15,00
Cód. 0310-0



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA MUNDIAL

Aos 50 anos da vitória
Leonid Ieremeev
Com o fim da URSS, o interesse neste relato dramático e fartamente documentado renova-se,

pois revive um momento crucial para sobrevivência dos valores democráticos e da própria civilização. 128 páginas.

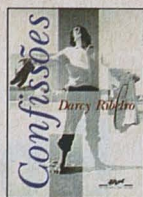
Editora Revan R\$ 10,30
Cód. 0084



O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura
Manual Castells
Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas.

Editora Paz e Terra R\$42,00
Cod. 20.495



CONFISSÕES

Darcy Ribeiro
Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas.

Editora Cia das Letras R\$36,00
Cód. C 0890



O SUJEITO DA EDUCAÇÃO

Estudos foucautianos
Organizador: Tomaz T. da Silva
Obra baseada nas idéias de Foucault analisa os pressupostos, as instituições e as estruturas de nossos arranjos educacionais, numa perspectiva inovadora, desestabilizadora, transgressora e subversiva. 258 páginas.

Editora Vozes R\$29,00
Cód. 85.326.1317-9



BINÔMIO-Edição Histórica

Direção: José Maria Rabêlo
A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas.

Barlavento e Amazém de Idéias R\$34,00
Cód. BA 7013



O LONGO AMANHECER

Reflexões sobre a formação do Brasil
Celso Furtado
Reflexões sobre a formação do Brasil e que se inscreve na linha de reflexões pluridisciplinares das obras mais recentes de

Celso Furtado. 117 páginas.
Editora Paz e Terra R\$15,50
Cód. 10.533

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____
Profissão: _____ Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:
 Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
 Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão _____ Nº _____ Validade até ____/____/____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____ Assinatura do comprador _____

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$ 2,50 por livro e o prazo máximo de entrega estipulado em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

CADERNOS 216

Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE: até durar o estoque

Preencha o cupom em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua da Glória, 122 / 105 e 106 - Glória
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180
Tel: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br
Internet: http://www.etm.com.br

É preciso ter distintas inteligências

Os humanos estão cada vez mais inteligentes no mundo inteiro. A tendência do aumento da inteligência está comprovada pelos resultados dos testes que se realizam, geração após geração, há dezenas de anos. Essa descoberta traz à tona uma pergunta crítica: teria o ser humano se tornado mais racional?

O **QUOEFICIENTE DE INTELIGÊNCIA (QI)**, determinado através de testes, é questionado por muitas pessoas, para quem o QI só comprova a capacidade de as pessoas resolverem os problemas de determinados testes. Trabalhos de pesquisa realizados nas últimas décadas demonstram que existem muitos tipos de inteligência e que a maioria deles não pode ser detectado mediante esses testes. Isso quer dizer que não só existe uma inteligência matemática e lógica, mas também uma inteligência musical, lingüística e, até mesmo, corporal.

Uma publicação do psicólogo norte-americano Daniel Goleman, intitulada *Inteligência emocional*, integrou a lista dos livros mais vendidos há dois anos. Seu colega, Robert Sternberg, que escreveu uma série de artigos sobre inteligência, é autor do livro intitulado *Inteligência de êxito*. O êxito da vida diária é, segundo Sternberg, o produto da inteligência analítica, criativa e prática. Os tes-

tes e a escola avaliam, em geral, somente a inteligência analítica. O próprio Sternberg assinala que, ele mesmo, quando criança, sofreu por não ser considerado muito inteligente devido aos resultados de testes de QI.

Os três aspectos da "inteligência de êxito" estão intimamente relacionados. A inteligência analítica é necessária pa-

Não só existe uma inteligência matemática e lógica, mas também uma inteligência musical, lingüística e, até mesmo, corporal



ra solucionar problemas e para avaliar a utilidade de uma idéia. A inteligência criativa é útil para formular corretamente os problemas e as idéias. A inteligência prática se utiliza para pôr em ação, de maneira efetiva, as idéias e suas análises. "A inteligência de êxito deveria ser um tema de aprendizagem nas escolas", disse Sternberg. As pessoas com um nível de inteligência de êxito mais elevado são, necessariamente, aquelas com um índice mais alto nos três componentes. Elas estão capacitadas para aproveitar ao máximo suas forças, compensar suas fraquezas e fazer o melhor de suas habilidades.

Mas as vinte características e propriedades que apresenta uma pessoa com inteligência de êxito não são medidas em testes convencionais. Essas pessoas têm iniciativa, são motivadas para atuar, transformam seus pensamentos em atos, aprendem a controlar seus impulsos, não adiam as tarefas, trabalham perseguindo um fim preciso, se concentram em seus objetivos, possuem uma medida razoável de confiança em si mesmos e acreditam em suas possibilidades para alcançar seus objetivos.

Sabem quando devem perseverar e conseguem terminar suas tarefas. Além disso, essas pessoas sabem explorar ao máximo suas capacidades. Não têm medo de fracassar e aceitam as críticas construtivas e não permitem a autopiedade. Também têm a capacidade de esperar recompensas e são independentes. Conhecem a medida exata entre sobre e subesforço. São capazes de ver a floresta sem perder de vista as árvores. E pensam, na mesma medida e da mesma maneira, analítica, criativa e praticamente. (Rudolf Grimm/DPA) ■

Arquitetura hospitalar

Arq. Héctor Patrucco*



Um grande esforço está sendo realizado nos últimos tempos para desinstitucionalizar a imagem do hospital. Este fenômeno tem sua origem no reconhecimento, por muito tempo adiado, da influência do entorno sobre a pronta recuperação dos pacientes.

Geralmente, os hospitais são considerados como lugares aterradorizantes, aos quais recorremos somente em casos de doença e dor. É muito difícil encontrar exemplos que descrevam o hospital como um lugar alegre e prazeroso. Até uns 70 anos atrás não havia conhecimento de alguém, pertencente a qualquer classe social, que tivesse se internado em um hospital de forma voluntária. O hospital era um lugar de eliminação e morte, não de cura. Somente durante a primeira metade do século XX, ele começou a oferecer 50% de possibilidades de sobrevivência. Mas, mesmo assim, hoje sabemos que a boa saúde depende menos da cura do que da prevenção de doenças, alimentação correta e condições apropriadas de higiene.

Crescente pressão social questionando o uso abusivo de custosos instrumentos de diagnóstico, descontrole na utilização de recursos, procedimentos cirúrgicos às vezes desnecessários, perigos de infecção hospitalar e iatro-

genia (doenças induzidas através de medicamentos) e o altíssimo custo do atendimento médico, estão tendo como resultado uma clara tendência ao crescimento da atenção ambulatorial e conseqüente diminuição dos casos de internação. Este fenômeno que começou a manifestar-se nos países mais desenvolvidos agora está se estendendo ao resto do mundo.

Paralelamente, um destacado intercâmbio internacional de conhecimento e experiência, equipamento altamente especializado e modernas técnicas de diagnóstico e tratamento possibilitam intervenções e recuperações rápidas que permitem internações de 24 horas ou menos.

A pergunta é: onde e como queremos distribuir os recursos necessários? Como queremos ser atendidos no nosso nascimento, quando doentes, velhos, ou diante da morte? A cada dia nos deparamos com enfermidades novas. Águas contaminadas, radiação no ar, frustração, tensão, acidentes de trânsito, asbestos, solidão são todos causadores de doenças. E nos jornais nos inteiramos de novas crises no atendimento médico, seu elevado custo e seu gradual limite de acesso.

O problema é desenvolver um enfoque racional para o projeto arquitetônico e a operação de um hospital dentro de um contexto de uma sociedade às vezes irracional.

Os hospitais latino-americanos se encontram numa encruzilhada. Por um lado, na maioria deles a infra-estrutura é deficiente, insuficiente e obsoleta, e por outro o consumidor, leia-se cliente e não paciente, tem hoje mais consciência, e por isso mesmo está contribuindo a gerar uma atmosfera de mudança que pode tornar-se muito positiva.

A arquitetura hospitalar é possivelmente a mais complexa de todas as infra-estruturas existentes. O processo de programação, planificação e desenvolvimento do projeto de seus edifícios é certamente trabalhoso. E requer alta especialização dos técnicos encarregados do trabalho, que consome vários meses, até mesmo anos. ■

A maioria dos hospitais latino-americanos têm infra-estrutura obsoleta, mas os seus clientes potenciais são hoje mais conscientes, e com suas exigências contribuem para gerar uma mudança que pode tornar-se muito positiva

*O autor é o diretor da Medical Architecture, firma sediada na Califórnia, EUA, especializada em planejamento de infra-estrutura hospitalar com mais de 20 anos de experiência
<http://www.concentric.net/~medarch>
e-mail: merdarch@concentric.net



Peça já o seu exemplar

"Um instrumento de trabalho imprescindível para quem se interessa pelos temas da atualidade"

Le Monde Diplomatique, Paris

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA

Preço: R\$ 54,00*

Tel: (0XX21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por fax:

(0XX21) 252-8455

ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

<http://www.etm.com.br>

*Apenas com cartão de crédito

O índio brasileiro ensinou liberdade à Europa

Os nossos indígenas deram aos europeus a lição histórica de que deviam civilizar a sua própria sociedade



Moacir Werneck de Castro

Nestes dias em que se comemoram os 500 anos do descobrimento do Brasil pelos portugueses, o índio nativo, dono da terra, ainda aparece como personagem exótico na grande aventura dos brancos. Tal como o negro, importado da África para trabalhar na condição de escravo dos colonizadores, o indígena tem servido como figurante na festa da civilização cristã implantada nos trópicos.

Poucos foram os nossos pensadores que avaliaram com justeza o papel do índio na formação do Brasil. O nome de Darcy Ribeiro deve ser lembrado com uma homenagem especial, sobretudo quando um dos seus companheiros de luta, Orlando Villas Boas, se tornou alvo de uma medida arbitrária, bem de-

monstrativa da incompreensão e da injustiça ainda vigentes contra os defensores da causa indígena.

No "descobrimento" do Brasil, o índio teve para o mundo dito civilizado uma importância que passa despercebida em meio ao foguetório com que se festeja a chegada das naus de Pedro Álvares Cabral à terra de Santa Cruz. Não se tem lembrado com a necessária ênfase que essa chamada civilização deve ao indígena brasileiro uma de suas idéias essenciais na história moderna, a de liberdade, tal como foi formulada pelos humanistas do Iluminismo e se sagrou vitoriosa com a Revolução Francesa.

Com efeito, foram os nossos tupinambás que sacudiram o torpor da Europa submetida ao feudalismo, despertando-a para a revelação de que a injustiça e a opressão de classe não eram inerentes à estrutura das sociedades humanas. Esse "estalo" ocorreu quando os europeus foram empolgados pelo conceito da "bondade natural" do homem das selvas com o qual travaram conhecimento.

O momento desencadeador dessa idéia nova, desse alumbramento, foi uma festa na cidade francesa de Ruão (Rouen), em 1551, quando cerca de cinquenta tupinambás, acompanhados

de figurantes locais, simularam ritos e combates para divertimento da corte, numa espécie de Sambódromo *avant la lettre*. No camarote real estavam o rei Henrique II e sua mulher, Catarina de Médicis, de passagem pela cidade, além da rainha da Escócia, Maria Stuart, a duquesa de Poitiers, amante do rei, embaixadores e nobres que se deliciavam à vista dos corpos nus dos nossos índios e índias.

Michel de Montaigne, no seu famoso ensaio *Os canibais*, conta que conversou com um desses índios, a respeito dos quais já tinha se ilustrado, lendo os livros dos viajantes Jean de Léry e André Thavet. Montaigne perguntou ao seu entrevistado o que eles achavam da cidade grande dos brancos e obteve a seguinte resposta: "Observaram que há entre nós gente bem alimentada, gozando as comodidades da vida, enquanto metades de homens emagrecidos, esfaimados, miseráveis, mendigam à porta dos outros (em sua linguagem metafórica chamam metades a tais infelizes), e acham extraordinário que essas metades suportem tanta injustiça sem se revoltarem e incendiarem as casas dos demais."

A noção de liberdade como uma conquista revolucionária, complementar à idéia de justiça, iluminou, via Montaigne, o pensamento de Jean-Jacques Rousseau, graças à presença dos índios levados para a Europa como curiosidade do Novo Mundo. Quem primeiro assinalou essa influência, entre nós, foi um então jovem intelectual brasileiro, Afonso Arinos de Melo Franco, no livro *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, cuja primeira edição data de 1937.

Foram os nossos indígenas que deram aos europeus a lição histórica de que estes deviam civilizar a sua própria sociedade, onde viviam "metades de homens", antes de imporem o seu estilo de vida aos "selvagens", cuja sociedade excluía a injustiça e a felicidade de uns à custa da miséria de outros. ■



A festa brasileira de Ruão (Gravura publicada em 1551 e reproduzida no livro de Ferdinand Denis, 'Resumo da História do Brasil')

A informação
é um instrumento
indispensável no século XXI.
Por isso, você precisa assinar
nossas publicações.



EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO



JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj